Lourivaldo Perez Baçan

O LIVRO SECRETO DA MAÇONARIA



UNIVERSO DOS LIVROS

Este livro contém uma série de relatos históricos a respeito da Maçonaria desde os primeiros registros, o Poema Regius, a Constituição de Anderson e o Manuscrito Cook, além do estabelecimento da Maçonaria no Brasil, das Leis Anti-Maçônicas na Europa e as farsas envolvendo a instituição com o Satanismo. Também estão presentes a descrição dos ritos maçônicos e da hierarquia de cargos.

INTRODUÇÃO À MAÇONARIA

CAPÍTULO 1

Mitos, lendas e desinformação cercam a Maçonaria como instituição. Para os leigos, ela é cercada de mistérios e é considerada elitista. Informações nem sempre fidedignas ligam suas atividades ao sobrenatural e ao satânico. É importante, portanto, esclarecer alguns aspectos para melhor entendimento do assunto.

A Maçonaria é uma ordem cujas doutrinas básicas são amor fraterno, auxílio mútuo, filantropia e busca constante da verdade. Os maçons esforçam-se para desfrutar da companhia de seus irmãos, ajudando-se em tempos de dificuldade pessoal e reforçando valores morais essenciais. Um antigo provérbio maçom diz que "a Maçonaria ensina os homens a serem bons e os que já o são, ela os torna melhores". Oferece uma oportunidade para um contato regular e agradável com homens de caráter, reforçando o próprio desenvolvimento pessoal e moral, num clima de companheirismo e fraternidade.

Para manter essa fraternidade, é proibida a discussão de religião e política dentro das Lojas, uma vez que estes assuntos dividiram freqüentemente os homens ao longo da História. A Maçonaria encoraja um homem a ser religioso sem defender uma religião em particular, tanto quanto incentiva que ele seja ativo na comunidade, sem defender um sistema ou partido político em particular.

Os Maçons, também conhecidos como Pedreiros, não encontram na Maçonaria ensinamentos sobre a arte da construção, como o faziam os Maçons operativos da Idade Média. Assim, as ferramentas comuns, usadas nos canteiros medievais, como o maço, o cinzel, o nível, o prumo e outros têm cada uma um significado simbólico na Maçonaria e visam o aperfeiçoamento moral dos Maçons.

A Maçonaria se distingue de outras ordens fraternais por sua ênfase no caráter moral, no seu sistema de rituais e na sua longa tradição, com uma história que data aproximadamente do século XVII.

Há três graus em Maçonaria. Outros corpos conferem graus adicionais, até o 330 no Rito Escocês, mas nas Lojas normais ou simbólicas, têm-se apenas os graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre.

A maioria das Lojas tem reuniões regulares e semanais e congregam-se em Potências Maçônicas, chamadas Grandes Orientes ou Grandes Lojas. Essas reuniões são feitas seguindo um ritual próprio. Nos países da América Latina, o rito mais praticado é o Rito Escocês Antigo e Aceito. É um corpo de normas que regem os trabalhos de uma Loja, quando em reunião regular. O rito mais praticado no mundo, no entanto, é o Rito de York ou Rito Emulação. As diferenças entre eles não chegam a ser significativas. Outros ritos, como o Brasileiro, o Moderno e o Adonhiramita convivem com os dois primeiros.

A relação entre ritual e religião é muito freqüente, provocando uma certa confusão na definição da Maçonaria. Alguns julgam, por isso, que se trata de uma religião, mas analisando-se o assunto, nota-se que os rituais são uma parte do homem que pouco é notado. Ritual é simplesmente a maneira como algumas coisas são feitas, uma espécie de procedimento padrão para impor ordem e disciplina aos trabalhos. Uma reunião de condôminos obedece uma ordem determinada, da mesma forma como uma reunião de pais e mestres em um colégio. Sem essa seqüência de atos a serem vencidos tem-se a baderna e a perda de tempo. 0 resultado será sempre questionável.

Há rituais sociais ou convenções que dizem como deve-se apresentar às pessoas, como participar de uma conversação, como enfrentar uma fila, com paciência, sem empurrar ou tentar passar na frente com algum tipo de artifício.

A Maçonaria usa um ritual porque é um modo efetivo para ensinar idéias importantes. Além disso, o ritual maçônico é muito rico e muito antigo,

remontando aos primórdios de sua criação.

As reuniões regulares de uma Loja Maçônica são realizadas em um local chamado Templo. Essas reuniões, nos seus primórdios, não eram feitas em um local específico. A partir da construção do Fremason's Hall, na Inglaterra, em 1776, as reuniões ganharam um local fixo. Muitas Lojas, em função do tamanho de seu quadro, utilizam as instalações ou Templos de outras Lojas. O Templo não tem caráter religioso.

A Maçonaria preocupa-se não apenas com o aperfeiçoamento moral do adulto, mas também com o desenvolvimento dos jovens, preparando-os para a vida e, muitas vezes, para a futura renovação de seus quadros. Entre essas instituições, destacam-se duas delas. A Ordem Internacional DeMolay é uma organização fraternal que congrega jovens entre 13 e 21 anos, fundada na cidade de Kansas, Missouri, em 24 de Março de 1919, por Frank Sherman Land. Os Capítulos DeMolay são patrocinados por Lojas Maçônicas, cujos membros fazem parte do seu Conselho Consultivo.

Os Capítulos DeMolay celebram reuniões semanais, valendo-se de um ritual próprio para direcioná-las. Além disso, promovem atividades que incluem torneios, eventos sociais, filantrópicos e cívicos. Seu nome vem de Jacques DeMolay, que foi o último dos Cavaleiros Templários a ser executado pela Inquisição, em 18 de Março de 1314.

A Ordem Internacional Arco-íris para Meninas é uma organização para garotas de 11 a 20 anos, sendo a correspondente feminina da Ordem DeMolay, com a qual freqüentemente desenvolve atividades conjuntas, com o mesmo objetivo fraterno.

Durante as reuniões regulares de uma Loja Maçônica, os membros paramentam-se com um avental simbólico. Na cerimônia de iniciação, o Maçom é revestido com um avental branco, símbolo do traba lho. Ao atingir o grau de Mestre, esse avental é trocado por um outro, com as cores do rito, normalmente vermelho e/ou azul. Assim como os antigos Pedreiros utilizavam seu avental como proteção, simbolicamente o Maçom, quando em Loja, usa-o para realizar seus trabalhos rotineiros.

Para a Maçonaria, todos os homens foram feitos iguais, não havendo, entre seus membros, distinção de raça, crença ou cor. Isso confunde os leigos, que julgam ser uma instituição elitista. Considerando que apenas são convidados a participar da Maçonaria homens virtuosos e representativos da sociedade, pode-se dizer que ela é uma elite, embora o correto seja afirmar que ela impõe critérios rigorosos para a iniciação de um novo

membro. No homem comum, honestidade e caráter são virtudes, no Maçom, obrigação.

Um mito também muito freqüente afirma que o Maçom, uma vez iniciado, jamais poderá deixar a Ordem. Não há esse impedimento. Desejando afastar-se da Maçonaria, basta que o Maçom requeira o afastamento de sua Loja, pois isso é um direito seu. A Maçonaria preza a liberdade de seus membros e defende-a tanto quanto luta para preservar a liberdade dos cidadãos em geral.

Outra confusão permanente afirma que a Maçonaria é uma sociedade secreta, o que não é verdade. A localização de seus templos é conhecida e pode ser encontrada facilmente em qualquer lista telefônica. Suas reuniões são secretas, pois são reservadas apenas aos membros efetivos, diferentemente de uma sociedade secreta, cuja existência é desconhecida ao público e negada por seus participantes.

As reuniões são fechadas para preservar os segredos maçônicos, que são principalmente seus modos de reconhecimento, como sinais, cumprimentos e frases pelos quais os Maçons reconhecem-se um ao outro.

Um dos requisitos para um leigo tornar-se Maçom é a crença em um Ser Supremo, a que dá-se o nome de Grande Arquiteto do Universo. Assim, apesar de não ser uma religião, a Ordem defende a existência de um Ser Superior ou Princípio Criador. Uma religião é muito mais complexa, implicando detalhes como a existência de um plano para salvação ou caminho pelo qual se alcança uma recompensa depois da vida. Implica também uma teologia que tenta descrever a natureza de Deus e divulga a descrição de modos ou práticas pelo qual um homem ou uma mulher podem buscar comunicar-se com Ele. A Maçonaria não faz nenhuma dessas coisas. Apenas abre e fecha seus trabalhos com uma oração e ensina que nenhum homem deveria começar qualquer empresa importante sem antes buscar apoio espiritual. Contudo, não ensina aos homens como devem rezar ou o que devem pedir. Prega apenas que cada um tem que achar as respostas para suas grandes perguntas na sua própria fé, na sua Igreja, na sua Sinagoga ou em seu Templo Religioso.

Para tornar-se um Maçom, é necessário, inicialmente, que o candidato prime pela moral e pelos bons costumes. Deve ter uma profissão definida que lhe garanta a subsistência. Ele deve ser indicado por um Mestre Maçom e ter sua iniciação aprovada pela Loja. Ninguém se inscreve para ser Maçom, embora admita-se que um candidato procure um membro da Loja

e manifeste sua intenção. Normalmente, por suas qualidades, ele é notado por um Maçom que o indica. Todo um processo de admissão é desenvolvido, o candidato é entrevistado, bem como sua família. Nessa fase, são prestadas informações preliminares sobre a Ordem Maçônica, seus objetivos e atividades. Nada impede que um religioso seja aceito como Maçom. O que jamais se verá, no entanto, é um ateu sendo recebido na Maçonaria, pois um dos princípios básicos para admissão na Ordem é a crença em um Ser Supremo.

HISTÓRIA DA MAÇONARIA

CAPÍTULO 2

Muitas polêmicas cercam a origem da Maçonaria que, no entanto, é muito fácil de ser explicada e entendida. Basta ter em mente que Maçom e construtor, aqui englobando o Pedreiro e o arquiteto, são sinônimos. Assim, quando o primeiro homem adaptou uma caverna para lhe servir de abrigo, estava dando os primeiros passos nessa arte e tornando-se o primeiro Maçom da História da Humanidade. Depois, quando começaram a construir abrigos com suas próprias mãos, é lógico deduzir que alguns tinham mais habilidades do que os outros nisso. Uns eram ótimos caçadores, outros eram pescadores, outros agricultores, mas alguns, construíam. Logo perceberam que eram uma classe distinta dos outros e, assim como os caçadores trocavam informações, passaram a fazer o mesmo. Com a experiência, veio a sofisticação. A arte de construir evoluiu e, para aprender seus segredos, era preciso tempo e, obviamente, habilidades.

Regras foram criadas e seguidas, pois, afinal, um caçador podia perder uma flecha, mas um construtor jamais poderia permitir que uma casa caísse por sua culpa. Qualquer registro histórico mostrará, com riqueza de detalhes, a quantas chegou essa arte. Dos Templos Sumérios às pirâmides egípcias, das construções bíblicas aos Templos Gregos e Romanos, a arte de construir atingiu proporções sagradas. Em algum ponto da História, porém, o sagrado e o profano separaram-se. A arte de construir tornou-se um

negócio para criar meios de abrigar a população em suas necessidades de moradia, de trabalho e de lazer. A arte de ser um construtor de mentes tornou-se um dos maiores segredos, pois toda a mítica da construção de obras físicas foi transformada em símbolos para o aperfeiçoamento moral da humanidade.

Até a Idade Média, tínhamos uma Maçonaria de detentores de ofícios formada por pedreiros e arquitetos. Era a chamada Maçonaria operativa, voltada ao trabalho de talhar a pedra bruta para torná-la cúbica e ordená-la de forma a obter um resultado: o edifício pronto. Exigia aprendizado e tempo para que se ganhasse experiência e perfeição. Talvez houvesse desorganização e concorrência, mas é certo que se alguém tivesse habilidade, encontraria quem lhe ensinasse o ofício. Nada mais se sabe, além disso, mas é certo que a partir de um determinado período, os construtores começaram a organizar-se, estruturando seu trabalho, criando regras, como uma auto-regulamentação do ofício.

Por volta de 1200, tornaram-se fortes e unidos, na Inglaterra, principalmente, potência econômica reconhecida na época. E seguiram com seu trabalho, até que a arte de construir começou a cair em decadência, por volta do século XVIII. Para fortalecer seu poder, as organizações fechadas de Maçons passaram a permitir o ingresso de nobres, pessoas importantes, mas alheias ao ofício. A Maçonaria deixava de ser operativa e passava a ser especulativa, entrando em seu período esotérico e moderno. Era a Maçonaria de adoção. Os Mestres, profissionais da arquitetura e da construção, misturaram-se com burgueses e nobres. Especular, segundo o dicionário, é "ver, olhar atentamente, vigiar; observar; inquirir; estudar; meditar sobre qualquer matéria e fazer dela estudo teórico". Foi isso que os Maçons, agora membros de uma organização chamada Maçonaria, passaram a fazer. Dedicavamse, agora, não ao estudo dos segredos do conhecimento operativo, mas sim à revelação dos conhecimentos especulativos e espirituais.

No século XVIII, reuniram-se as Lojas existentes e institucionalizou-se a Grande Loja de Londres, mais tarde Grande Loja Unida da Inglaterra, berço da Maçonaria Universal, pregando a crença em um Grande Arquiteto do Universo e o respeito ao poder civil da Coroa.

A Maçonaria especulativa dividiu-se, multiplicou-se, deu frutos. Na atualidade, polariza-se em Grandes Orientes, Grandes Orientes Independentes e Grandes Lojas, além de inúmeras organizações de Altos Graus, que vão além dos três graus iniciais (Aprendiz, Companheiro e

Mestre). Multiplicou-se em diversos ritos (York, Escocês Antigo e Aceite, e o Rito Francês ou Moderno, entre outros). Espalhou-se pelo mundo, estando presente praticamente em todos os pontos do planeta, institucionalizada e legalizada em seus templos, publicando livremente suas idéias, invadindo a Internet, mantendo obras sociais e preparando gerações futuras em organizações específicas, como a feminina Ordem da Estrela do Oriente, a Ordem DeMolay, para rapazes, e as Filhas de Jó ou Arco-íris, para meninas.

OS PRIMEIROS REGISTROS

CAPÍTULO 3

Em 1356, um Código de Regulamentos Maçônicos surgiu em Londres, na Inglaterra, constituindo-se na primeira referência sobre a Maçonaria como organização. Em 1390, surge um poema, chamado Poema Regius, que detalha a criação de um ofício especializado a ser realizado por artífices construtores chamados de Maçons. Nesse poema, o Rei Athelstan, coroado rei da Inglaterra em 925, promove uma reunião de Maçons, estabelecendo normas e regras para o exercício desse ofício. O poema apresenta essas normas e regras, além de noções de obrigações morais. É conhecido também como Manuscrito de Halliwell, em referência ao descobridor, James Orchard Halliwell-Phillips, e Manuscrito Régio, por ter pertencido à Biblioteca Real Inglesa.

Há que diferenciar, no entanto, que nos seus primórdios a Maçonaria era operativa, congregando trabalhadores, como uma organização de classe, diferente da Maçonaria atual, especulativa, dedicada ao estudo e ao aprimoramento do homem. Escritores fantasiosos remontam as origens da Maçonaria aos Tempos Bíblicos, o que, vista sob a ótica de organização operativa, não deixa de ter um fundo de verdade, já que havia, naqueles Templos, construtores.

Um documento conhecido como Manuscrito de Cook, de 1410, estabelece a primeira ligação entre os maçons e a construção do Templo do

Rei Salomão. Em duas Crônicas 2:1-18 são detalhadas as providências iniciais para a construção do Templo, incluindo a presença de artesãos e marceneiros especializados para formar a equipe de trabalho. As Grandes Pirâmides também são exemplos do trabalho desses maçons operativos, pois a tecnologia utilizada em suas construções, até hoje, provoca admiração. Não há dúvidas de que eram operários altamente especializados. Foi só por volta do século XVI que começaram a surgir as primeiras referências a uma Maçonaria especulativa, com a admissão de leigos nos quadros da Loja de Edimburgo.

Acredita-se que os Maçons operativos reuniam-se para assembléias e encontros nos próprios canteiros de obras, em barracões, de onde surgiu a palavra "Loja" para designar o local dessas reuniões.

As atribuições desses Maçons operativos, como descritas no Poema Regius, foram sintetizadas numa Constituição por Anderson e, para regulamentar o funcionamento das Lojas, estabeleceram-se os chamados Landmarks, palavra sem uma tradução específica em português, mas que pode ser entendida como "marcos territoriais". Em Maçonaria, no entanto, refere-se a regras imutáveis que norteiam a existência da Ordem.

O Poema Regius, a Constituição de Anderson, os Landmarks e o Manuscrito de Cook são documentos imprescindíveis para quem deseja conhecer um pouco mais essa organização. O simbolismo maçônico atual e as regras de atuação dos maçons e das Lojas estão intimamente ligados a eles.

O Poema Regius foi escrito em inglês medieval, atualizado posteriormente, e traduzido para todas as línguas onde atua a Maçonaria. Com isso, perdeu-se a riqueza do poema, mas o conteúdo foi preservado, fornecendo informações sobre o modo de pensar e agir dos Maçons operativos. Na versão que se segue, o texto em prosa foi compilado, para melhor entendimento, apresentando seu aspecto mais importante: "as regras do ofício de Maçom". É interessante observar que, no poema, há referências a Maçons "Irmãos" e "Irmãs", dando a entender que homens e mulheres trabalhavam juntos. A Maçonaria especulativa tornar-se-ia iminentemente masculina. O poema explica porque a Maçonaria é conhecida como Arte Real, pois era praticada exclusivamente por nobres.

O POEMA REGIUS

Em seu prólogo, o autor narra que nobres senhores, no Egito,

preocupados com o futuro dos filhos, contrataram um sábio para ensinar-lhes o ofício da Maçonaria. Euclides foi o escolhido, tornando-se célebre por isso. A arte foi implantada na Inglaterra quando reinava ali o rei Athelstan. Ele mandara construir castelos, Templos e edificações, mas não ficara satisfeito com os resultados, por isso convocou Maçons de Ofício. Promoveu uma reunião com homens de diferentes classes, duques, condes, barões, cavaleiros, escudeiros, burgueses e muitos outros para definir os estatutos dos Maçons. Eles uniram seus espíritos e desempenharam bem sua tarefa. Anunciaram quinze artigos e determinaram quinze pontos a serem seguidos. No poema, a arte da construção é entendida como a Arte da Geometria.

OS ARTIGOS

Artigo Primeiro

O primeiro artigo da Geometria: pode-se confiar em um Mestre Maçom, pois ele é firme, sincero e verdadeiro. Ele não será contestado se pagar os seus companheiros após a refeição conforme o valor habitual. Ele deverá remunerá-los eqüitativamente segundo a boafé e os méritos deles sem nunca levar vantagem. Eles gastarão o que ganharem e não economizarão por avareza ou por medo da falta. Eles não servirão mais de um senhor e um senhor não terá mais de um mestre. Nada devem tomar de seus senhores, agindo dentro da justiça, dando a cada um de acordo com seu mérito.

Artigo Segundo

Todo Mestre Maçom deve comparecer às assembléias gerais. Ele deve, portanto, saber onde a assembléia será realizada. A essa reunião ele assistirá, exceto em caso de justificativa válida, sob pena de ser reputado rebelde ao ofício e sem honra. Se adoecer e não puder ir, isso será uma justificativa válida que a assembléia aceitará como tal.

Artigo Terceiro

O Mestre não aceitará nenhum Aprendiz que ele não tenha certeza de empregar durante ao menos sete anos. Em um tempo inferior a isso não trará proveito para o senhor nem para ele próprio.

Artigo Quarto

O Mestre não poderá tomar um servo como Aprendiz ou empregálo

como engodo do lucro, pois seu senhor poderá buscar o Aprendiz onde quer que vá. Se ele for recrutado na Loja, poderia haver desordem. Um caso desses prejudicaria a todos. Todos os Maçons seriam atingidos. Para a paz e a harmonia, devem admitir um Aprendiz de boa-condição. O Aprendiz deveria ser de alta linhagem, assim, filhos de grandes senhores aprenderam a Geometria, fonte de benefícios.

Artigo Quinto

O Aprendiz não pode ser bastardo. O Mestre nunca admitirá como Aprendiz uma cabeça perturbada. Ele deve ter os membros em bom estado. O ofício padecerá se entrar um amputado, um coxo, pois um homem enfraquecido não poderá cumprir sua tarefa. O ofício demanda homens fortes. Um homem mutilado não tem força suficiente.

Artigo Sexto

O Mestre não pode prejudicar o Senhor, solicitando ao Senhor, para seu Aprendiz, o que ele dá aos demais companheiros, pois estes são formados, enquanto que o outro ainda não o é. Seria contrário à razão dar-lhe o salário completo. O artigo diz ainda que o Aprendiz deve solicitar menos que os Companheiros, que conhecem o ofício. O Mestre deve instruir seu Aprendiz para que seu salário possa ser aumentado. Quando ele tiver cumprido seu tempo, assim será feito.

Artigo Sétimo

Nenhum Mestre, por favor ou medo, deverá vestir ou alimentar um ladrão. Ele nunca acolherá um ladrão, nem um assassino, nem alguém com reputação duvidosa, pois isso envergonharia o ofício.

Artigo Oitavo

Diante de um homem do ofício que não tenha capacidade suficiente, o Mestre pode substituí-lo e colocar em seu lugar alguém mais competente, pois um homem que tenha fraquezas pode prejudicar o ofício.

Artigo Nono

O Mestre deve ser ao mesmo tempo escutado e temido. Ele não iniciará nenhum trabalho se não estiver certo de conduzi-lo bem. Isso para o benefício do senhor e do ofício. Ele verificará as fundações e zelará para que não oscilem, nem desabem.

Artigo Décimo

Nenhum Mestre deve sobrepujar um outro, mas construir juntos, como irmã e irmão, sob a direção de um deles. Ele não intrigará quem tiver realizado um trabalho. Se isso ocorrer, ele pagará uma multa de dez libras, exceto se aquele que chefiava a obra for julgado culpado. Nenhum Maçom poderá assumir o trabalho de um outro, exceto se este ameaçar a obra. Um Maçom pode, então, assumir a obra para o benefício do Senhor. Nesse caso, nenhum Maçom poderá se opor, mas, em verdade, aquele que escavou as fundações, se for um verdadeiro Maçom, certamente conduzirá a obra a bom termo.

Artigo Décimo Primeiro

Nenhum Maçom deve trabalhar durante a noite, exceto para dedicar-se ao estudo pelo qual poderá aperfeiçoar-se.

Artigo Décimo Segundo

Todo Maçom deve ser honesto. Ele nunca deve criticar o trabalho dos demais se quiser manter sua honra. Seu comentário será honesto, pois o saber vem de Deus. Todos devem trabalhar juntos para aperfeiçoar o ofício.

Artigo Décimo Terceiro

Se o Mestre admitir um Aprendiz, ele o instruirá da melhor forma possível, transmitindo-lhe seu saber. Assim ele conhecerá o ofício e poderá trabalhar, não importa em que lugar da terra.

Artigo Décimo Quarto

O Mestre não admitirá um Aprendiz se não tiver utilidade para ele. Durante o aprendizado, ele lhe ensinará os diferentes pontos do ofício.

Artigo Décimo Quinto

O Mestre não deve ter para com os outros homens um comportamento hipócrita, nem seguir os companheiros no caminho do erro, qualquer que seja o benefício que possa ter. Ele nunca deverá fazer um falso juramento e com amor deverá preocupar-se com sua alma, sob pena de trazer para o ofício a vergonha e para si a repreensão.

OS PONTOS

Primeiro Ponto

Quem quiser aprender o ofício e abraçá-lo deverá amar a Deus e a Santa Igreja, assim como seu Mestre e demais Companheiros.

Segundo Ponto

O Maçom trabalhará nos dias úteis da melhor forma possível, a fim de merecer seu salário e os dias de repouso, pois quem tiver feito bem seu trabalho merecerá sua recompensa.

Terceiro Ponto

O Aprendiz deverá guardar segredo sobre os ensinamentos de seu Mestre e de seus companheiros. Ele jamais trairá as decisões da Câmara nem revelará o que se faz na Loja. Tudo o que ouvir, na Loja ou na floresta, guardará para si, honradamente, sem o que mereceria uma repreensão e grande vergonha abater-se-ia sobre o ofício.

Quarto Ponto

Nenhum Maçom deve mostrar-se pérfido para com o ofício. Se cometer um erro que possa prejudicá-lo, deverá cessar. Ele não fará nenhum dano ao Mestre ou aos Companheiros. O Aprendiz, com respeito, obedecerá às mesmas leis.

Quinto Ponto

Quando o Maçom receber seu salário do Mestre, como foi acertado, ele o receberá humildemente. O Mestre terá cuidado em avisá-lo antes do meio-dia se não quiser mais empregá-lo.

Sexto Ponto

Se por inveja ou ira surgir uma disputa entre os Maçons, o Mestre, se isso estiver em seu poder, deverá lhes fixar uma data, após a jornada de trabalho, para que possam se explicar. Eles só tentarão fazer as pazes após o término de sua jornada de trabalho. Durante os dias de licença, poderão usar o tempo livre para se reconciliar. Se for marcada a conciliação para um dia de trabalho, isso acabará por perturbar a obra.

Sétimo Ponto

O Maçom deve manter honesta a vida que Deus dá. Assim como Ele ordena, um Maçom não dormirá com a mulher de seu Mestre nem de seus Companheiros. Isso não é digno de um homem e prejudicará o oficio. Isso também deve ser feito em relação à concubina de seus Companheiros, pois

não gostaria que fizessem o mesmo com a sua. A punição para essa falta será permanecer Aprendiz durante sete anos completos. Quem esquecer um desses pontos será duramente castigado.

Oitavo Ponto

Se um Maçom receber uma tarefa, qualquer que seja ela, ao Mestre deve permanecer fiel. Deve agir como um leal intermediário entre o Mestre e os Companheiros.

Nono Ponto

O nono ponto refere-se ao intendente da casa. Se dois Maçons estiverem em casa, um deverá servir o outro com moderação e dedicação. Todos devem saber que na sua vez serão intendentes. Ser intendente é servir os outros como Irmãs e Irmãos. Nunca tentar escapar dessa tarefa e exercê-la como se deve. O intendente não se esquecerá de pagar convenientemente quem lhe vendeu provisões para que não possa ter queixas contra ele nem contra seus Companheiros, homem ou mulher. Deverão ser pagos de acordo com seus méritos. Além disso, dará ao companheiro o detalhamento de seu salário, a fim de evitar qualquer confusão. Agindo assim, não será repreendido. Por sua vez, deverá manter controle exato dos bens que tiver recebido, das despesas feitas para os Ccmpanheiros, das quais prestará contas quando os lhe solicitarem.

Décimo Ponto

Explica como viver bem sem confusão nem discussão. Se algum dia um Maçom for colocado em posição difícil, se ele cometer um engano em sua obra e inventar desculpas, ele desonrará seus Companheiros. Por causa de tais infâmias o ofício poderá ser censurado. Se ele aviltar o ofício, nada lhe será poupado e os demais devem tentar afastá-lo do vício, sob pena de verem nascer guerras e conflitos. Não lhe será permitido nenhum repouso, até que o tenham convencido a comparecer diante dos demais, de boa ou má-vontade. Durante a assembléia, ele comparecerá diante de todos os seus companheiros reunidos. Se ele se recusar, será excluído do ofício e castigado de acordo com o código dos anciãos.

Décimo Primeiro Ponto

Um Maçom que conhece o ofício, que vê seu companheiro talhar uma

pedra e ameaçar desperdiçá-la, deve corrigi-lo se puder e ensiná-lo como realizar o talhe para que não seja maltratada a obra do Senhor. Isso deve ser feito com amor e palavras adequadas, cultivando a amizade.

Décimo Segundo Ponto

No local onde será realizada a assembléia haverá Mestres, Companheiros, grandes senhores e também o xerife, o prefeito da cidade, cavaleiros e escudeiros e mestres de aferição. Todas as ordens dadas por eles serão respeitadas ao pé da letra pelos homens do ofício. Se ocorrer alguma contestação, eles têm poder de decisão.

Décimo Terceiro Ponto

Um Maçom nunca deve roubar nem auxiliar um ladrão com o objetivo de receber uma parte do roubo. Ao cometer esse pecado, ele prejudicará a si e a sua família.

Décimo Quarto Ponto

O Maçom deve prestar juramento diante de seu Mestre e de seus Companheiros. Obedecerá com zelo às ordens, a seu senhor, ao rei, aos quais será fiel. Todos os pontos enumerados devem ser respeitados e jurados, queira ele ou não. Se alguém vier a esquecê-los, qualquer que seja sua posição, será detido e conduzido diante desta assembléia.

Décimo Quinto Ponto

Os pontos enumerados são obra dos senhores e Mestres citados acima. Foram redigidos para impedir que se prejudique o ofício. Aqueles que recusarem esta constituição e seus artigos, se tiverem suas faltas provadas diante da assembléia, e não quiserem emendar-se, deverão renunciar ao ofício e jurar abandoná-lo. A menos que reconheçam sua culpa, eles não farão mais parte dele. E se recusarem-se a obedecer, o xerife os deterá imediatamente e os lançará em uma escura prisão. Seus bens e seu gado serão confiscados pelo tempo que aprouver ao rei.

UM OUTRO REGULAMENTO

O poema continua:

Ordena-se que anualmente uma assembléia seja realizada para verificar e

retificar os erros do oficio no país. Todos os anos, ou a cada três anos, conforme o caso, será assim no local por eles escolhido. Data e local serão fixados, assim como a localização exata. Todos os homens do oficio assistirão a ela assim como os Senhores para corrigir os erros do oficio. Todos aqueles que pertençam ao oficio deverão jurar manter puros os estatutos tal como foram redigidos pelo rei Athelstan. Esses estatutos, por mim encontrados, devem ser respeitados no território, fiéis à realeza que devo a minha dignidade. Em cada assembléia, venham sentar-se junto de seu rei, afim de encontrar nele a graça para que ela permaneça em vocês. Eu confirmo os estatutos do rei Athelstan que os ditou para o oficio.

Na seqüência, o autor narra a lenda dos quatro mártires coroados: Claudius, Castorius, Simphoranius e Nicostratus. Os quatro eram reconhecidamente cristãos. Recusaram-se a talhar uma imagem para o Imperador Diocleciano, que desejava ser adorado como a um deus, por isso foram mortos. Seguem-se uma narrativa bíblica sobre a construção da Torre da Babilônia, depois comentários sobre as sete Ciências Liberais reverenciadas na época: Gramática, Dialética, Retórica, Música, Astronomia, Aritmética e Geometria. O poema finaliza com regras de comportamento.

Várias práticas adotadas na Maçonaria operativa, como o sigilo, a discrição, a obediência às leis e a boa conduta, foram incorporadas pela Maçonaria especulativa, só que com um novo significado, dentro das premissas da nova Ordem.

A CONSTITUIÇÃO DE ANDERSON

CAPÍTULO 4

Publicada em 1723, a Constituição de Anderson, ou Constituição dos Francos-Maçons, marcou a divisa entre a Maçonaria operativa e a especulativa. Seu subtítulo é bastante significativo: "Constituição, História, Leis, Obrigações, Ordens, Regulamentos e Usos da Muito Respeitável Fraternidade dos Maçons-Livres aceitos, coligida dos seus Registos Gerais e das suas fiéis tradições de muitas épocas."

Foi escrita por James Anderson, um Maçom inglês, com dedicatória de Jean-Théophile Desaguliers, filósofo natural francês, que oferece a obra: À Sua Graça o Duque de Montagu.

Na seqüência da dedicatória, detalha o trabalho feito pelo autor:

> "Não necessito dizer a Vossa Graça o trabalho que se tomou nosso erudito Autor para compilar e codificar este Livro dos Antigos Arquivos, e com quanta escrupulosidade comparou e expôs tudo o concernente a História e a Cronologia, afim de que estas Novas Constituições sejam uma justa e exata descrição da Maçonaria desde o princípio do mundo até o Grão-Mestrado de Vossa Graça, conservando todo o verdadeiramente autêntico nas antigas; porque alegrará a obra a todo Irmão que saiba que Vossa Graça a leu e aprovou, e se imprime agora para uso das Lojas, depois de aprovada pela Grande Loja,

quando Vossa Graça era Grão-Mestre."

A obra apresenta uma breve história da arte da construção, baseada nas tradições, os antigos deveres ou leis fundamentais que regiam a arte e as antigas obrigações ou Regulamentos Gerais.

Na Constituição de Anderson ficam definidos os princípios básicos que, daquela época em diante, disciplinariam a prática da nova Maçonaria, como se percebe nos breves resumos a seguir.

Capítulo 1 - Respeitando a Deus e à Religião

"Um Maçom é obrigado, pela sua condição, a obedecer à lei moral. E, se compreende corretamente a Arte, nunca será um ateu estúpido nem um libertino irreligioso."

Capítulo II - Do Magistrado Civil supremo e subordinado

"Um Maçom é um súdito tranqüilo do Poder Civil, onde quer que resida ou trabalhe e nunca deve imiscuir-se em planos e conspirações contra a paz e o bem-estar da nação, nem se comportar indevidamente para com os magistrados inferiores."

Capítulo III - Das Lojas

"Uma Loja é o local onde se reúnem e trabalham os Pedreiros." (...) "As pessoas admitidas como membros de uma Loja devem ser homens bons e leais, nascidos livres e de idade madura e discreta, nem escravos, nem mulheres, nem homens imorais ou escandalosos, mas de boa reputação."

Capítulo IV - Dos Mestres, Vigilantes, Companheiros e Aprendizes

"Toda a promoção entre Pedreiros é baseada apenas no valor real e no mérito pessoal, a fim de que os senhores possam ser bem servidos, os irmãos não expostos à vergonha e a arte real não seja desprezada." (...) "Fiquem apenas sabendo os candidatos que nenhum mestre deve tomar aprendiz a menos que tenha ocupação bastante para ele e a menos que se trate de um jovem perfeito, sem mutilação nem defeito no corpo que o torne incapaz de aprender a arte, de servir o Senhor do seu Mestre, e de ser feito Irmão e depois Companheiro em tempo devido, mesmo após ter servido o número de anos consoante requeira o costume do país; e que ele provenha de pais honestos; de maneira que, quando qualificado para tal, possa ter a honra de ser Vigilante, depois Mestre da Loja, Grande Vigilante

e, por fim, Grão-Mestre de todas as Lojas, conforme o seu mérito."

Capítulo V - Da Gestão do Ofício no Trabalho

"Todos os Maçons trabalharão honestamente nos dias úteis para que possam viver honradamente nos dias santos; e observar-se-á o tempo prescrito pela lei da terra ou confirmado pelo costume. O mais apto dos Companheiros será escolhido ou nomeado Mestre ou inspetor do trabalho do Senhor; e será chamado Mestre por aqueles que trabalham sob ele. Os Obreiros devem evitar toda a linguagem grosseira e não se tratar por nomes descorteses, mas sim por Irmão ou Companheiro; e devem comportar-se com urbanidade dentro e fora da Loja."

Capítulo VI - Da Conduta

"Nenhum outro trabalhador será empregado no trabalho próprio da Maçonaria; nem os Maçons-Livres trabalharão com aqueles que não forem livres, salvo necessidade urgente; nem ensinarão trabalhadores e Maçons não aceitos como ensinariam um Irmão ou um Companheiro."

1. Na Loja, enquanto constituída

Não organizareis comissões privadas nem conversações separadas sem permissão do Mestre; nem falareis de coisas impertinentes nem indecorosas; nem interrompereis o Mestre nem os Vigilantes nem qualquer Irmão que fale com o Mestre; nem vos comportarei jocosamente nem apalhaçadamente enquanto a Loja estiver ocupada com assuntos sérios e solenes; nem usareis de linguagem indecente sob qualquer pretexto que seja; mas antes manifestareis o respeito devido aos vossos Mestre, Vigilantes e Companheiros e venerá-los-eis. Se surgir alguma queixa, o Irmão reconhecido culpado ficará sujeito ao juízo e à decisão da Loja."(...)

2. Conduta depois de a Loja ter encerrado e antes dos irmãos terem partido

"Podeis divertir-vos com alegria inocente, convivendo uns com os outros segundo as vossas possibilidades. Evitai, porém, todos os excessos, sem forçar um Irmão a comer ou a beber para além dos seus desejos, sem o impedir de partir quando o chamarem os seus assuntos e sem dizer ou fazer qualquer coisa ofensiva ou que possa tolher uma conversação afável e livre."

3. Conduta quando Irmãos encontram-se sem estranhos, mas não em Loja formada

"Deveis cumprimentar-vos uns aos outros de maneira cortês, como vos ensinarão, chamando-vos uns aos outros `Irmãos', dando-vos livremente instrução mútua quando tal parecer conveniente, sem serdes vistos nem ouvidos e sem vos ofenderdes uns aos outros nem vos afastardes do respeito que é devido a qualquer Irmão, mesmo que não fosse Maçom."

4. Conduta na presença de estranhos não Maçons

"Sereis prudentes nas vossas palavras e atitudes, a fim de que o mais penetrante dos estranhos não seja capaz de descobrir ou achar o que não convém sugerir; por vezes desviareis a conversa e conduzi-la-eis com prudência, para honra da augusta Fraternidade."

5. Conduta em casa e para com os vizinhos

"Deveis proceder como convém a um homem moral e avisado; em especial, não deixeis família, amigos e vizinhos conhecer o que respeita à Loja etc."

6. Conduta para com um Irmão estranho

"Deveis examiná-lo com cuidado, da maneira que a prudência vos dirigir de forma que não vos deixeis enganar por um ignorante e falso pretendente, a quem rejeitarei com desprezo e escárnio, evitando darlhe quaisquer sinais de reconhecimento."

Seguem-se os Regulamentos Gerais, em número de 39, e o subtítulo é elucidativo desse conteúdo: "Compilados inicialmente pelo Sr. George Payne, no ano de 1720, quando era então Grão-Mestre, e aprovados pela Grande Loja no dia de São João Batista, ano 1721, na Stationer's Hall, Londres, quando o grande e nobre Príncipe john, Duque de Montagu, foi unanimemente escolhido nosso Grão-Mestre para o ano seguinte; ele escolheu John Beal M. D., seu Deputado Grão-Mestre, e o Sr.Josiah Villeneau e o Sr.7homas Morris, escolhidos pela Loja como Grandes-Vigilantes. E agora, sob o comando de nosso dito Mui Venerável Grão-Mestre Montagu, o autor deste livro os comparou aos antigos Arquivos e Usos Imemoriais da Fraternidade, e os ordenou segundo esse novo método, com muitas explicações apropriadas, para o uso das Lojas dentro e fora de Londres e Westminster. "

LANDMARKS



A tradução mais compreensível da palavra "landmark" talvez seja mesmo "marco territorial" ou, explicando melhor, marcos que separam terrenos distintos. Em Maçonaria, foi citada pela primeira vez em 1720, nos Regulamentos Gerais compilados por George Payne. A partir de 1721, eles passaram a ser usados como lei orgânica. Na Constituição de Anderson ela é o último quesito dos Regulamentos Gerais:

> `XXXIX - Cada Grande Loja anual tem inerente poder e autoridade para modificar este Regulamento ou redigir um novo em beneficio desta Fraternidade, contanto que sejam mantidos invariáveis os antigos Landmarks."(..)

Um dos princípios fundamentais dos Landmarks é sua imutabilidade, mas isso não impediu que mais de 60 versões surgissem ao longo do tempo, gerando inúmeras controvérsias na Maçonaria. Nessas versões, o número de Landmarks varia entre três e 54. Uma dessas controvérsias pôs em confronto dois Maçons norte-americanos, Albert Pike e seu discípulo, Albert Mackey. A versão de Pike é considerada a mais sensata dentre elas. Pike reconhecia apenas cinco Landmarks, enquanto que Mackey, 25, versão, inclusive, adotada pela maioria das potências da América Latina.

LANDMARKS DE PIKE

1.A necessidade dos Maçons reunirem-se em Lojas.

2. O governo de cada Loja por um Venerável Mestre e dois Vigilantes.

3. A crença no Grande Arquiteto do Universo (não necessariamente Deus, mas afigura divina em que acredita o participante) em uma vida futura.

4. A cobertura dos trabalhos da Loja, ou seja, o trabalho a portasfechadas.

5. A proibição da divulgação dos segredos da Maçonaria, isto é, o sigilo maçônico.

LANDMARKS DE MACKEY

1. Os processos de reconhecimento são os mais legítimos e inquestionáveis de todos os Landmarks. Não admitem mudança de qualquer espécie, pois, sempre que isso se deu, funestas conseqüências vieram demonstrar o erro cometido.

2. A divisão da Maçonaria Simbólica em três Graus é um Landmark que, mais do que nenhum, tem sido preservado de alterações, apesar dos esforços feitos pelo daninho espírito inovador. Certa falta de uniformidade sobre o ensinamento final da Ordem, no grau de Mestre, foi motivada por não ser o terceiro grau considerado como finalidade.

3. Lenda do Terceiro Grau é um Landmark importante, cuja integridade tem sido respeitada. Nenhum Rito existe na Maçonaria, em qualquer país ou em qualquer idioma, em que não sejam expostos os elementos essenciais dessa Lenda.

4. O governo da Fraternidade por um Oficial que a preside, denominado Grão Mestre, eleito pelo povo maçônico, é o quarto Landmark da Ordem.

5. A prerrogativa do Grão-Mestre de presidir a todas as reuniões maçônicas realizadas onde e quando se fizerem é o quinto Landmark.

6. A prerrogativa do Grão-Mestre de conceder licença para conferir graus em tempos anormais é outro importantíssimo Landmark. Os estatutos maçônicos exigem um mês, ou mais, para o tempo em que deva transcorrer entre a proposta e a recepção de um candidato. O Grão-Mestre, porém, tem o direito de permitir a Iniciação imediata de qualquer candidato.

7. A prerrogativa que tem o Grão-Mestre de autorização para fundar e manter Lojas é outro importante Landmark. Em virtude dele, pode o Grão-Mestre conceder, a número suficiente de Mestres Maçons, o privilégio de se reunirem e conferirem graus.

8. A prerrogativa do Grão-Mestre deformar Maçons, por sua deliberação, é outro importante Landmark, que carece ser explicado, controvertida como tem sido a sua existência.

9. Outro Landmark é o que afirma a necessidade de os Maçons se congregarem em Lojas. Sempre se prescreveu que os Maçons deviam congregar-se com o fim de se entregarem a tarefas operativas e que a essas reuniões fosse dado o nome de "Loja".

10. Governo da Fraternidade, quando congregado em Lojas, por um Venerável e dois Vigilantes é também um Landmark. A presença de um Venerável e dois Vigilantes é tão essencial que, no dia da congregação, é considerada como uma Carta Constitutiva.

11. A necessidade de estar uma Loja `a coberto" quando reunida é um importante Landmark, que não deve ser descurado. O cargo de Guarda do Templo que vela para que o lugar das reuniões esteja absolutamente vedado à intromissão de profanos, independe, em absoluto, de qualquer lei de Grande Loja ou de Lojas subordinadas.

12. Direito representativo de cada Irmão nas reuniões gerais é um importante Landmark. Nas reuniões gerais, outrora chamadas de Assembléias Gerais, todos os Irmãos, mesmo os simples Aprendizes, tinham o direito de tomar parte. Na Grande Loja só tem direito de assistência os Veneráveis e os Vigilantes, na qualidade de representantes de todos os Irmãos da Loja.

13. Direito de recurso de cada Maçom das decisões de seus Irmãos, em Loja, para a Grande Loja ou Assembléia Geral dos Irmãos é um Landmark essencial para a preservação da justiça e para prevenir a opressão.

14. Direito de todo Maçom visitar e tomar assento em qualquer Loja é um inquestionável Landmark da Ordem. É o consagrado direito de visitar, que sempre foi reconhecido como um direito inerente que todo Irmão exerce, quando viaja pelo Universo. É a conseqüência de encarar as Lojas como meras divisões por conveniência da Família Maçônica Universal.

15. Nenhum visitante, desconhecido dos Irmãos de uma Loja, pode ser admitido à visita, sem que, antes de tudo, seja examinado, conforme os

antigos costumes. Esse exame só pode ser dispensado se o Maçom for conhecido de algum Irmão do Quadro que por ele se responsabilize.

16. Nenhuma Loja pode intrometer-se em assuntos que digam respeito a outras, nem conferir graus a Irmãos de outros Quadros.

17. Todo Maçom está sujeito às Leis e Regulamentos da jurisdição maçônica em que residir, mesmo não sendo membro de qualquer Loja. A falta de filiação já é, em si, uma falta maçônica.

18. Por este Landmark os candidatos à Iniciação devem ser isentos de defeitos físicos ou mutilações, livres de nascimento e maiores. Uma mulher ou um escravo não pode ingressar na Ordem.

19. A crença no Grande Arquiteto do Universo é uma dos mais importantes Landmarks da Ordem. A negação desta crença é impedimento absoluto e insuperável para Iniciação.

20. Subsidiariamente a esta crença é exigida a crença na prevalência do espírito sobre a matéria e em uma nova vida.

21. É indispensável a existência, no Altar, de um Livro da Lei - o Livro que, conforme a crença, supõe-se conter a Verdade Revelada pelo G.A. D. U. Não cuidando a Maçonaria de intervir nas peculiaridades de fé religiosa de seus membros, esses livros podem variar de acordo com os credos.

22. Todos os Maçons são absolutamente iguais dentro da Loja, sem distinções de prerrogativas profanas, de privilégios que a sociedade confere. A Maçonaria a todos nivela nas reuniões maçônicas.

23. Este Landmark prescreve a conservação secreta dos conhecimentos havidos por Iniciação, tanto dos métodos de trabalho como de suas Lendas e Tradições, que só podem ser comunicadas a outros Irmãos. O sigilo dos trabalhos em Loja é perpétuo.

24. A fundação de uma ciência especulativa, segundo métodos operativos, o uso simbólico e a explicação dos ditos métodos e dos termos neles empregados, com propósito de ensinamento moral, constitui outro Landmark. A preservação da Lenda do Templo de Salomão é o fundamento deste Landmark.

25. Último Landmark é o que afirma a inalterabilidade dos anteriores, nada podendo ser-lhes acrescido ou retirado, nenhuma modificação podendo ser-lhes introduzida. Assim como de nossos antecessores os recebemos, assim os devemos transmitir aos nossos sucessores.

Nolonum Leges Mutari.

O MANUSCRITO DE COOK

CAPÍTULO 6

O documento conhecido como Manuscrito de Cook foi descoberto por Matthew J. Cook e impresso em 1861. Desconhece-se sua autoria e a data em que foi redigido. Contém 930 linhas em prosa, com 19 itens que descrevem a história da Geometria e da Arquitetura, deveres, história da Maçonaria e regulamentos do trabalho e da organização dele, conselhos de ordem moral e religiosa e regras da vida social dos Maçons. No texto, pela primeira vez é utilizado o termo "especulativo", referindo-se a um aparentado do rei Athelstan, o mesmo citado no Poema Regius. Estima-se que tenha sido escrito na primeira metade do século XV.

O Manuscrito inicia-se com uma louvação a Deus que

> "fez todas as coisas para ser obedecido, e muitas delas em beneficio da Humanidade. Ordenou a essas coisas que se submetessem ao homem, porque todas as coisas que são comestíveis e de boa qualidade servem para sustentar o homem. Também deu ao homem inteligência e habilidade em diversas coisas, e a Arte, por meio da qual podemos viajarpor este Mundo para procurarmos a subsistência, para fazer muitas coisas para a Glória de Deus e também para nossa tranqüilidade e proveito."

Na continuação, o autor propõe-se a narrar de que maneira começou a

Ciência da Geometria e quem foram seus criadores. Para isso, discorre sobre as sete Ciências Liberais, assim chamadas porque delas derivam as demais ciências e artes do mundo. Define Geometria como "a medida da Terra" e explica sua importância: `Não te maravilhes de que eu tenha dito que todas as Ciências vivem só pela Ciência da Geometria." Dentro da Geometria, insere a Arte da Construção como a de maior importância, pois foi a primeira a ser criada. Para isso, cita Gênesis 4:17 (`E conheceu Caim a sua mulher, e ela concebeu, e teve a Enoque: e ele edificou uma cidade..."). Nesse capítulo da Bíblia há, também, a menção à fundação de outras artes, como a dos Metais, dos Tecidos e da Música. O texto avança pelo Dilúvio, a Torre da Babilônia, chegando até Euclides. A Arte da Construção é situada na França e, dali, na Inglaterra, com o rei Athelstan. Nesse ponto a narrativa é semelhante à do Poema Regius quanto à organização da Maçonaria, fornecendo mais detalhes, no entanto. Difere, porém, na quantidade de Artigos e de Pontos fixados na Assembléia convocada pelo Rei.

Importante, também, destacar neste texto o entendimento da palavra Vigilante, com que são denominados os dois membros mais importantes da Loja, abaixo do Mestre, usado na Maçonaria operativa e incorporado pela especulativa.

OS ARTIGOS

Primeiro Artigo

Cada Mestre desta arte deve ser sábio e leal para com o Senhor a quem serve e não pagar a nenhum obreiro mais do que pensa que ele mereça, distribuindo seus benefícios verdadeiramente como gostaria que fossem distribuídos os seus, tendo em vista a escassez de grãos e de víveres no país, não outorgando nenhum favor, para que todos sejam recompensados segundo seu trabalho.

Segundo Artigo

Cada mestre desta arte deve ser informado antes de entrar em sua Comunidade; que sejam recebidos como convém; que não podem ser perdoados pela ausência, senão por algum motivo válido. Se forem julgados rebeldes pela Comunidade, ou culpados, de algum modo, de dano a seus Senhores, não serão perdoados de modo algum e serão julgados e se fará sua expulsão. Caso se encontrem em perigo de morte ou enfermos, sem risco de morte, o mestre que preside a Assembléia de julgamento deverá

ser avisado.

Terceiro Artigo

Nenhum Mestre tomará um Aprendiz por um período menor de sete anos, pelo menos, porque em prazo menor não dominará propriamente a sua Arte e, por conseguinte, será incapaz de servir lealmente a seu Senhor e de compreender a Arte como deve um Maçom.

Quarto Artigo

Nenhum mestre tomará para instruir sem proveito um aprendiz que esteja preso por vínculos de sangue (um servo), já que a causa de seu Senhor, à qual está ligado, o distrairá de sua Arte e este poderá chamálo diante de si, fora de sua Loja e do lugar onde trabalha. Talvez seus companheiros o ajudem e combatam por ele, o que poderia terminar em um homicídio, e é proibido. E também porque sua Arte iniciou-se com os filhos dos grandes Senhores nascidos livres, como já foi dito.

Quinto Artigo

Nenhum mestre enviará seu aprendiz, durante o tempo de sua aprendizagem, a outro, pois nenhum proveito pode resultar disso. Ainda que pense que possa agradar seu novo Senhor, mais importan te é o proveito que poderá tirar do Senhor do local onde foi adestrado em sua aprendizagem.

Sexto Artigo

Nenhum Mestre, por cobiça ou proveito, tomará Aprendizes para ensinar-lhes coisas imperfeitas nem aqueles mutilados, que não possam trabalhar realmente como deveriam.

Sétimo Artigo

Nenhum Mestre será visto ajudando, protegendo ou sustentando algum ladrão noturno que, prejudicados por seu furto, seus Companheiros não possam cumprir o trabalho diário ou não possam organizar-se.

Oitavo Artigo

Nenhum Maçom, que seja perfeito e hábil, busque trabalho e encontre um modo de ser imperfeito e incapaz. O Mestre do lugar acolherá o Maçom perfeito e despedirá o imperfeito para vantagem de seu Senhor.

Nono Artigo

Nenhum mestre tomará o posto de outro, porque foi dito que, na Arte da Construção, ninguém deverá terminar um trabalho começado por outro, para vantagem de seu Senhor. Assim, quem começou tem o direito de terminar o trabalho a seu modo, sejam quais forem seus métodos.

OS PONTOS

Primeiro Ponto

É necessário que todos aqueles que desejam ser membros da citada arte jurem por Deus, pela Santa Igreja e por todos os Santos, diante de seu Mestre e de seus Companheiros e Irmãos.

Segundo Ponto

O Maçom deve cumprir seu trabalho diário na mesma medida com que é pago.

Terceiro Ponto

O Maçom deve aceitar as resoluções de seus companheiros na Loja, na Câmara ou em qualquer outro lugar.

Quarto Ponto

O Maçom não enganará sua arte, nem a prejudicará ou sustentará afirmações contra ela ou contra alguém dela e a manterá com dignidade.

Quinto Ponto

Quando um Maçom receber seu pagamento, o fará humildemente, já que o mestre estabeleceu o tempo do trabalho e tudo que por ele foi ordenado será permitido.

Sexto Ponto

Se surgir uma discórdia qualquer entre um Maçom e seus Companheiros, deverá obedecer humildemente e permanecer às ordens do Mestre ou, em sua ausência, do Vigilante designado pelo Mestre. Na próxima festa religiosa, ele se porá à disposição de seus Companheiros. Não o fará em dia de trabalho, prejudicando-o e ao seu Senhor.

Sétimo Ponto

Um Maçom não deverá desejar a mulher nem a filha de seu Mestre ou de seus Companheiros. Se estiver casado, que não tenha concubina, porque isso poderia gerar discórdia.

Oitavo Ponto

Se for nomeado Vigilante por seu Mestre, que seja um seguro transmissor entre seu Mestre e seus Companheiros. Na ausência do Mestre, que o substitua com empenho, pela honra dele e para vantagem do Senhor a quem ele serve.

Nono Ponto

Se for mais sábio e arguto que o companheiro que trabalha com ela na Loja ou em qualquer outro lugar e se perceber que o outro deve deixar a pedra em que está trabalhando por falta de habilidade, e que pode ensiná-lo a corrigir a pedra, deverá instruí-lo para que o amor cresça entre eles e o trabalho do Senhor não se perca.

ASSEMBLÉIAS DE JUSTIÇA

Finalizando, o texto do Manuscrito de Cook discorre sobre o funcionamento da Assembléia de justiça, estabelecendo o que se poderia chamar de ritual, amplamente utilizado pela Maçonaria em suas Lojas. Dessas Assembléias deviam participar o Mestre e seus Companheiros, devidamente convidados. Com eles estavam presentes o Mestre da Assembléia, o xerife do condado, o prefeito da cidade e o Conselheiro mais velho da cidade para auxiliarem contra os acusados e preservar o direito do Reino.

Eis o cerimonial do encontro:

`Inicialmente, entram no recinto os jovens que nunca foram acusados, de forma que não sejam ladrões ou cúmplices deles, e que realizam seu trabalho diário pela recompensa que recebem de seu Senhor. Farão a seus Companheiros um verdadeiro resumo das coisas que devem ser explicadas e ouvidas e que o façam com amor. Devem ser fiéis ao rei da Inglaterra e ao reino, e aterem-se, com todas as suas forças, aos artigos mencionados.

Depois disto, indagar-se-á se algum Mestre ou Companheiro, que tenha sido instruído, infringiu algum artigo e ali estabelecer-se- á se fez ou não

tais coisas. Vale dizer que caso algum Mestre ou Companheiro, que tenha sido avisado da acusação antes de vir à Assembléia, rebele-se e não apareça, ou que tenha transgredido algum artigo, deverá renegar sua permanência na Maçonaria e não poderá jamais usar sua arte. Se ousar praticá-la, o xerife do país em que venha a ser encontrado deverá prendê-lo e pôr todos os seus bens nas mãos do Rei até que seja mostrada e concedida a graça. Por este motivo, os participantes desta Assembléia estabelecerão que tanto o mais baixo quanto o mais alto devem ser servidores leais de sua arte em todo o reino da Inglaterra."

A MAÇONARIA NO BRASIL



O GRANDE ORIENTE DO BRASIL

Em 1815, estudantes brasileiros que voltavam da Universidade de Coimbra, em Portugal, onde haviam sido iniciados como Maçons, se comprometeram decididamente com a luta política pela independência das províncias de Portugal na América do Sul, que constituíam o reino do Brasil, cuja capital era o Rio de Janeiro. Nesta cidade, desde 1808, se havia refugiado a família real portuguesa, que tinha saído da Europa, no início da invasão napoleônica. Pelo menos desde 1797 haviam sido criadas algumas Lojas Maçônicas no Brasil. É importante citar a criação da Loja "Comércio e Artes", em novembro de 1815, por Maçons que estavam comprometidos com a independência política das províncias brasileiras.

Em cumprimento ao Decreto Real de 30 de março de 1818, que proibia o funcionamento de sociedades secretas no Brasil, fechou-se essa Loja e queimaram-se seus arquivos, conforme consta na "Ata da Sessão de Reinstalação", que teve lugar em 24 de junho de 1821, quando a Loja foi rebatizada como "Comércio e Artes na Idade do Ouro".

Esta Loja constitui a origem do Grande Oriente do Brasil, já que decidiu, na reunião de 17 de junho de 1822, criar outras duas Lojas, mediante a divisão, por sorteio, do total de seus membros. Assim foram criadas as Lojas "Esperança de Niterói" e "União e Tranqüilidade". Com estas três

Lojas metropolitanas, formou-se o Grande Oriente. Entre os integrantes daquela Loja se destacam as figuras de Joaquim Gonçalves Ledo e do sacerdote e maestro Januário da Cunha Barbosa, ambos ativistas no processo da independência política do Brasil.

José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patrono da Independência", foi eleito Primeiro Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, contando com Joaquim Gonçalves Ledo como seu vice e com Januário da Cunha Barbosa como Orador. O motivo principal da criação do Grande Oriente foi o de comprometer a Maçonaria, como instituição, com a luta pela independência política do Brasil. Esta determinação consta, de maneira explícita, nas atas das primeiras reuniões da Organização que se estava criando, que somente admitia a iniciação ou a filiação, em suas Lojas, de pessoas que se comprometessem com o ideal da independência do Brasil.

Em junho de 1822, a família real portuguesa já havia retornado a Lisboa e deixado, como Príncipe Regente, a Dom Pedro de Alcântara, filho de Dom João VI, rei de Portugal. O príncipe Dom Pedro, que era jovem e voluntarioso, viu-se rodeado por Maçons, que constituíam a elite intelectual e econômica da época. Por proposta do Grão-Mestre, José Bonifácio de Andrada e Silva, o príncipe foi iniciado em uma Assembléia Geral do Grande Oriente, em 2 de agosto de 1822, adotando o "nome heróico" de "Guatimozim", nome este do último imperador asteca, assassinado por Cortez, no México, em 1522. Dom Pedro integrou-se à Loja "Comércio e Artes".

Na reunião seguinte do Grande Oriente, realizada em 5 de agosto, o príncipe foi elevado à categoria de Mestre Maçom, por proposta de Joaquim Gonçalves Ledo, que ocupava a presidência. Numa jogada política, Gonçalves Ledo fez com que Dom Pedro fosse "eleito" Grão-Mestre do Grande Oriente, em lugar de Andrada e Silva, sendo instalado em 4 de outubro de 1822.

Apesar de todas as pessoas influentes ao redor de Dom Pedro serem Maçons e membros do Grande Oriente, a única organização maçônica que existia nessa época, havia uma enorme rivalidade política entre eles. A disputa pelo poder provocou sérias lutas. Dom Pedro proclamou a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 e assumiu o título de Imperador, com o nome de Dom Pedro I. Exatamente um mês e meio depois, em 21 de outubro, determinava, "primeiro como Imperador, depois como Grão-Mestre" o fechamento "temporário" do Grande Oriente. Esse fechamento se manteve em vigor durante todo o seu reinado, que acabou

quando abdicou, em 7 de abril de 1831 e se dirigiu a Portugal para recuperar o trono português, que estava em poder de seu irmão Dom Miguel, coisa que acabou conseguindo, sendo coroado como Dom Pedro IV de Portugal.

Desde 1830, os Maçons do Rio de janeiro tentavam reiniciar seus trabalhos, que estavam praticamente parados, e haviam fundado um novo Grande Oriente, que foi instalado em 24 de junho de 1831, com o nome de Grande Oriente Brasileiro, aquele que seria conhecido com o nome de Grande Oriente do Passeio, nome da rua onde estava localizado.

Em outubro de 1831, um grupo de Maçons originários do primeiro Grande Oriente reinstalou aos integrantes das três Lojas metropolitanas primitivas e elegeu o primeiro Grão-Mestre, Andrada e Silva, para dirigi-lo. O Grande Oriente foi reinstalado em 23 de novembro de 1831. Em conseqüência, durante 30 anos funcionaram no Rio de janeiro dois Grandes Orientes. Em 1861, o Grande Oriente do Passeio deixou de existir e suas Lojas foram absorvidas pelo Grande Oriente do Brasil.

O Grande Oriente do Brasil sofreu diversas secessões durante sua existência, a maioria delas como conseqüência de disputas durante as eleições de Grão-Mestre. Todas as secessões que ocorreram até 1927 terminaram por ser reabsorvidas ao longo do tempo e suas Lojas e Irmãos se reincorporaram ao Grande Oriente do Brasil.

AS GRANDES LOJAS ESTADUAIS

Em 1927 teve lugar, no seio do Grande Oriente do Brasil, uma secessão que teria conseqüências históricas importantes. Desde 1854 e até 1951, o Grande Oriente do Brasil era uma "organização dupla", denominada Supremo Conselho e Grande Oriente do Brasil. Seu Grão-Mestre era o diretor da Maçonaria Simbólica e dirigia os "altos graus" já que era o "Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês".

O Grão-Mestre e Soberano Grande Comendador para o período de 1922 a 1925, Mário Marinho de Carvalho Behring - o cargo de "Supremo Grande Comendador" era exercido automaticamente pelo Grão-Mestre, sem que houvesse uma eleição específica-, renunciou no final de seu mandato, declarando, todavia, que se manteria como Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho. Vicente Neiva foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, tendo como adjunto Fonseca Hermes.

Vicente Neiva morreu em 18 de fevereiro de 1926 sem haver podido

resolver o problema criado por Mário Behring. Seu posto foi assumido por Fonseca Hermes, que era amigo de Behring e que firmou com ele um Tratado, em 22 de outubro de 1926, no qual se reconhecia a independência do Supremo Conselho.

Em 21 de março de 1927, Octavio Kelly foi instalado como GrãoMestre Adjunto e em 6 de junho desse mesmo ano, pressionado, Fonseca Hermes se afastou de seu cargo e Octavio Kelly se tornou Grão-Mestre.

Em 17 de junho de 1927, Mário Behring, que sabia que Octavio Kelly não dividiria o poder com ele, convocou uma reunião do Supremo Conselho com apenas 13 de seus 33 membros e o declarou separado do Grande Oriente do Brasil. Para apoiar seu Supremo Conselho do Rito Escocês, Behring estimulou a criação de Grandes Lojas nos Estados, que já vinham sendo instaladas sigilosamente e às quais outorgava Cartas Constitutivas emitidas por seu Supremo Conselho.

Foi dessa maneira que se criaram as Grandes Lojas da Bahia, fundada em 22 de maio de 1927, do Rio de Janeiro, fundada em 18 de junho de 1927, e de São Paulo, em 2 de julho de 1927, às quais ou tras se seguiram. Estas Grandes Lojas dos Estados e as Lojas que as compõem existem até hoje como organizações independentes umas das outras. Para dar-lhe um caráter nacional, foi criada uma entidade denominada Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que é presidida de forma rotativa anual pelos Grãos-Mestres das diversas Grandes Lojas dos Estados.

OS GRANDES ORIENTES INDEPENDENTES

Em 1973 se registrou a última cisão no seio do Grande Oriente do Brasil, com o surgimento, também por problemas eleitorais, dos Grandes Orientes Estaduais Independentes, que reuniam Lojas que não concordavam com o resultado das eleições para Grão-Mestre.

A princípio a cisão teve grande repercussão, mas ao longo dos anos muitas Lojas que então se rebelaram acabaram retornando ao Grande Oriente do Brasil. Muitas das reclamações das Lojas em relação à estrutura de poder no Grande Oriente do Brasil foram superadas com as alterações que ocorreram posteriormente, especialmente a mudança de sede, em 1978, da cidade do Rio de janeiro para a nova capital federal, Brasília.

Ainda assim, existem várias centenas de Lojas reunidas em torno desses Grandes Orientes Estaduais na maioria dos Estados Brasileiros. Como sua posição inicial eram contra a Federação Maçônica nacional, esses Grandes

Orientes são independentes entre si. No entanto, dada a necessidade de ter um caráter nacional, terminaram constituindo uma entidade denominada Colégio de Grãos-Mestres, que hoje em dia é chamada Confederação Maçônica Brasileira - COMAB, sob a presidência rotativa anual dos Grãos-Mestres dos Grandes Orientes Independentes.

LEIS ANTIMAÇÔNICAS



O Maçom sempre foi politizado, inteligente, instruído e atuante. Para os governos tirânicos, isso é um dos maiores inconvenientes e, na história recente da Maçonaria, durante os anos sangrentos da Segunda Guerra Mundial, a Ordem foi severamente perseguida na Europa. As leis antimaçônicas a seguir ensejaram prisões, mortes, fechamento de Lojas e confisco de bens. Longe de ser um marco de vergonha para os Maçons, essa perseguição demonstra bem o caráter correto desses homens, pois tudo foi decretado por homens que, julgados pela História, foram reprovados.

NA ESPANHA

O primeiro decreto de Franco contra a Maçonaria data de 15 de setembro de 1936 e foi baixado em Santa Cruz do Tenerife, quando ele era o então Comandante-em-Chefe das Ilhas Canárias.

Art. 1°A Franco-Maçonaria e outras associações clandestinas são declaradas contrárias à lei. Todo ativista que permaneça nelas após a publicação do presente edital será considerado crime de rebelião. Art. 2°A cobrança e pagamento de cotas em favor de tais associações serão considerados como crime de rebelião, sem prejuízo da multa de 5.000 pesetas que pode ser, além do mais, imposta pela junta de Defesa Nacional.

Art. 3° Todo documento de identidade, recibos, correspondências, emblemas etc., deverão ser queimados por seus possuidores nos três dias seguintes à publicação do presente edital; passado este prazo, a descoberta de tais objetos, seja na pessoa dos interessados, seja em sua casa, será considerada como crime grave de desobediência, sem prejuízo da multa de 10.000 pesetas fixadas pela junta por este motivo.

Art. 4° Os escritos de propaganda relativos às associações em questão serão considerados incursos no artigo 6° do Decreto de 3 de setembro último e deverão ser destruídos num prazo máximo de três dias por seus possuidores.

Art. 50 Os imóveis pertencentes às supracitadas associações serão confiscados por meus representantes e aplicados no uso que eles determinem. As casas alugadas serão igualmente evacuadas e postas à disposição de seus respectivos proprietários.

Sua ação mais contundente, no entanto, foi com a Lei de 1° de março de 1940, sobre repressão da Maçonaria e do comunismo, que se inicia com um interessante preâmbulo:

Nenhum fator por acaso, entre os muitos que têm contribuído para a decadência da Espanha, influiu tão perniciosamente na mesma e frustrou com tanta freqüência as saudáveis reações populares e o heroísmo de nossas Armas, como as sociedades secretas de toda ordem e as forças internacionais de índole clandestina. Entre as primeiras, ocupa oposto principal a Maçonaria e entre as que, sem constituir uma sociedade secreta propriamente dita, relacionam-se com a Maçonaria e adotam seus métodos à margem da vida social, figuram as múltiplas organizações subversivas, em sua maior parte assimiladas e unificadas pelo comunismo.

Na perda do Império colonial espanhol, na cruenta guerra da Independência, nas guerras civis que assolaram a Espanha durante o século passado e nas perturbações que aceleraram a queda da Monarquia constitucional e minaram a etapa da Ditadura, assim como nos numerosos crimes de Estado, descobre-se sempre a ação conjunta da Maçonaria e das forças anarquizantes movidas, por sua vez, pelos ocultos recursos internacionais.

Estes graves danos desferidos à grandeza e bem-estar da Pátria se acentuam durante o decênio passado e culminam na terrível campanha

atéia, materialista, antimilitarista e anti-espanhola que se propôs fazer de nossa Espanha satélite e escrava da criminosa tirania soviética. Ao levantar-se em armas, o povo espanhol contra aquela tirania, não recuam a Maçonaria e o comunismo em seus esforços. Proporcionam armas, simpatias e meios econômicos aos opressores da Pátria; difundem, sob o manto de falso humanitarismo, as mais atrozes calúnias contra a verdadeira Espanha; calam e observam os crimes perpetrados pelos vermelhos, quando não são cúmplices em sua execução e, valendo-se de toda sorte de ardis e propagandas, retardaram nossa vitória final e prolongaram o cativeiro de nossos compatriotas.

São muito escassas e de reduzido alcance as ordens e dispositivos legais adequados para castigar e vencer essas maquinações. O Decreto de 19 de julho de 1934 tornou-se ineficaz por sua indefinição ao enunciar o delito ou por circunscrever-se a um determinado setor. Sem que por ora se pretenda estabelecer a norma definitiva e total sobre esta matéria, faz-se já indispensável determinar a qualificação jurídica e sanções que merecem os que ainda secundam a Maçonaria ou o comunismo e demais sociedades secretas e organizações contrárias à ordem social. Com isso põe-se um obstáculo mais firme aos últimos estertores das forças secretas estrangeiras em nossa Pátria e inicia-se a condenação social das organizações mais perniciosas para a unidade, grandeza e liberdade da Espanha.

Mas nestas disposições não se deve olvidar a conduta dos que, tendo pertencido ocasionalmente às ditas entidades, reagiram a tempo e romperam com elas para entregar-se denodadamente ao serviço da Pátria, lavando, às vezes com sangue heróico, os erros cometidos. Acolhendo tais postulados, não fazemos mais que mantermo-nos fiéis aos princípios cristãos e à generosidade do Movimento Nacional.

Em conseqüência,

Disponho:

Artigo Primeiro - Constitui figura de delito, castigado conforme as disposições da presente Lei, pertencer à Maçonaria, ao comunismo e demais sociedades clandestinas a que se referem os artigos seguintes. O Governo poderá acrescentar às citadas organizações as ramificações ou núcleos auxiliares que julgue necessário e aplicarlhes as mesmas disposições desta Lei devidamente adaptadas.

Artigo Segundo - Dissolvidas as organizações indicadas, queficam

proibidas e fora da Lei, seus bens são declarados confiscados e compreendidos, postos à disposição da jurisdição de responsabilidades políticas.

Artigo Terceiro - Toda propaganda que exalte os princípios ou pretensos benefícios da Maçonaria ou do comunismo ou semeiem idéias desagregadoras contra a Religião, a Pátria e suas instituições fundamentais e contra a harmonia social será castigada com a supressão dos jornais ou entidades que a patrocinem, e expropriação de seus bens, com pena de reclusão maior para o principal ou principais culpados e de reclusão menorpara os colaboradores.

Artigo Quarto - São Maçons todos os que ingressaram na Maçonaria e não foram expulsos ou não pediram baixa da mesma ou não romperam explicitamente toda relação com ela, e não deixam de sê-lo aqueles a quem a seita concedeu sua autorização, anuência ou conformidade, sob qualquer forma ou expediente, para aparentar afastamento da mesma. Para os efeitos desta Lei consideram-se comunistas os agitadores, dirigentes e ativos colaboradores da tarefa ou propaganda soviética, trotskistas, anarquistas ou similares.

Artigo Quinto - A partir da publicação desta Lei, os delitos de Maçonaria e comunismo definidos no Artigo Quarto serão casti gados com a pena de reclusão menor. Se concorrer alguma das circunstâncias agravantes expressas no Artigo Sexto, a pena será de reclusão maior.

Artigo Sexto - São circunstâncias agravantes, dentro da qualificação maçônica, ter obtido algum dos graus de 18 a 33, ambos inclusive, ou ter tomado parte nas Assembléias da Associação Maçônica Internacional e similares, ou nas Assembléias Nacionais do Grande Oriente Espanhol, da Grande Loja Espanhola ou de outras quaisquer organizações maçônicas residentes na Espanha ou ter desempenhado outro cargo ou comissão que incorra numa confiança especial da seita à pessoa que a recebeu.

São circunstâncias agravantes, dentro do comunismo, figurar nos quadros de agitação, nas chefaturas e nos núcleos de conexão com as organizações estrangeiras e ter participado ativamente nos congressos comunistas nacionais ou estrangeiros.

Artigo Sétimo - Quem em tempo anterior à publicação desta Lei tenha pertencido à Maçonaria ou ao comunismo, nos termos definidos pelo Artigo Quarto, ficam obrigados a formular ante o Governo uma declaração-retratação no prazo de dois meses e conforme o modelo que

as disposições regulamentares estabeleçam, na qual se faça constar aquele fato, assim como as circunstâncias que julguem pertinentes e, assinaladamente, se concorrerá algumas delas, nas determinadas, nos Artigos Sexto e Décimo.

Artigo Oitavo - Sem prejuízo da persecução de outros delitos que tiverem cometido as pessoas compreendidas no Artigo anterior, aquelas em que não se reconheça alguma excusa absolutória, ficarão afastadas definitivamente de qualquer cargo do Estado, Corporações públicas ou oficiais, entidades subvencionadas e empresas concessionárias, gerências e conselhos de administração de empresas privadas, assim como cargos de confiança, mando ou direção nas mesmas, decretando-se, além do mais, seu confinamento ou expulsão. Ainda assim, serão submetidos a procedimento para imposição de sanção econômica, conforme a Lei de 9 de fevereiro de 1939.

Considerar-se-á circunstância atenuante fornecer informação ou dados interessantes sobre atividades da seita, sobre os que inicia ram ou foram chefes ou Companheiros do declarante nela e, em geral, sobre outros assuntos que possam servir com eficácia ao propósito da presente Lei.

Artigo Nono - Se não apresentarem a declaração-retratação a que se refere o Artigo Sétimo, dentro do prazo indicado, ou forneçam dados falsos ou ocultem aqueles outros que, conhecidos pelo interessado, tivesse este obrigação de declarar, ficarão sujeitos às sanções previstas no Artigo Quinto, sem que possam beneficiar-se das excusas absolutórias a que se refere o Artigo seguinte.

Artigo Décimo - Sem prejuízo da obrigação de apresentar a declaração-retratação prevista no Artigo Sétimo, poderão considerarse excusas absolutórias que eximam das medidas e sanções do Artigo Oitavo, as seguintes:

a) Ter servido como voluntário, desde os primeiros momentos em que tivesse sido possível, nas frentes de guerra, durante mais de um ano, seja nos Exércitos nacionais, seja nas Milícias, com qualquer grau, observando-se, ademais, conduta exemplar em todas as posições, a juízo de seus chefes e, em caso deles, de seus companheiros de armas. No caso de se tratar de pessoal a quem haja concorrido esta circunstância, com caráter distinto do de voluntário, como profissionais ou mobilizados, poder-se-á apreciar a excusa absolutória se, além do mais, tiver se distinguido especialmente na frente de batalha, a juízo também de seus

chefes e de seus companheiros de armas, no caso deles.

b) Ter-se juntado à preparação ou realização do Movimento Nacional com risco grave e perfeitamente comprovado.

c) Ter prestado serviços à Pátria que, por irem além do normal, mereçam o citado título de excusa.

Artigo Décimo Primeiro - Para decretar as medidas a que se refere o Artigo Oitavo, assim como para apreciar a concorrência de excusas absolutórias do Décimo, quando se trate de militares profissionais de categoria igual ou superior ao de Oficial dos Exércitos de Terra, Mar eAr, serão competentes os Tribunais de Honra, constituídos e funcionando conforme as normas de suas respectivas Instituições. As atas de tais Tribunais serão elevadas ao Conselho Superior do Exército para sua aprovação paras os efeitos, não só de manter a pureza de procedimento, mas também a necessária unidade de critérios quanto à profundidade, podendo, por este motivo, submeter as falhas à revisão de um Tribunal misto, constituído por representações dos Exércitos de Terra, Mar e Ar. Para os fins deste Artigo o Conselho Superior do Exército funcionará ampliado e com um representante do de Mar e outro do de Ar.

Artigo Décimo Segundo - Quando se tratar de outras pessoas não compreendidas no Artigo anterior, decretaras medidas indicadas e apreciar a concorrência de excusas absolutórias corresponderá a um Tribunal Especial presidido por quem livremente designe o Chefe de Estado e constituído além do mais por um General do Exército, um graduado da Falange Espanhola Tradicionalista e das j O. N. S. e dos peritos em lei, nomeados todos do mesmo modo. Não obstante, a apreciação da concorrência das circunstâncias previstas nos itens b) e c) do Artigo Décimo, corresponderá ao Conselho de Ministros, por proposta do Tribunal.

O Tribunal poderá delegar a instrução de expedientes e resumos aos juízes da jurisdição ordinária e aos do Exército, Marinha e Aeronáutica que se lhe adscrevem para tal efeito. Prévia celebração de juízo, com audiência de um fiscal e do interessado, ditará sentença. Contra ela poderá interpor-se recurso no prazo de dez dias, ante o Conselho de Ministros, por quebra deforma, erro de fato ou injustiça notória.

Artigo Décimo Terceiro - A persecução dos delitos compreendidos nos Artigos Terceiro, Quarto e Nono da presente Lei conciliarse-á em todos os casos às normas de competência e procedimento assinalados no

Artigo Décimo Segundo.

Artigo Décimo Quarto - Ficam revogadas todas disposições que se oponham aos Artigos que antecedem.

Assim o disponho pela presente Lei, dada em Madri a Io de março de 1940.

Francisco Franco.

NA FRANÇA DE PÉTAIN

LEI DE 13 DE AGOSTO DE 1940

Art. 1, Ficam dissolvidas de pleno direito a partir da promulgação da presente lei:

1. Toda ação ou agrupamento cuja atividade seja exercida, inclusive pessoalmente, deforma clandestina ou secreta.

2. Toda associação ou agrupamento cujos filiados se imponham da forma que seja a obrigação de ocultar à autoridade pública, inclusive parcialmente, as manifestações de sua atividade.

3. Toda associação e agrupamento que recuse ou evite levar ao conhecimento da autoridade pública, depois de ter sido requerido, seus estatutos e regulamentos, sua organização interior, sua hierarquia, a lista de seus membros com indicação dos cargos que ocupam, o objetivo de suas reuniões, ou que apresente intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre estes assuntos.

Art. 2° A nulidade dos agrupamentos ou associações aludidos no artigo precedente será confirmada por decreto.

Art. 3° Todos os arquivos, papéis, bibliotecas e outros objetos que tenham caráter histórico, documental ou ritual serão remetidos à Biblioteca Nacional, que poderá retrotrair tudo ou parte às bibliotecas departamentais ou municipais.

Art. 40 Será castigado com prisão de seis meses a dois anos e uma multa de 5.000 a 16.000 francos todo aquele que participar na manutenção ou reconstrução direta ou indireta das associações ou agrupamentos dissolvidos.

As penas previstas pelo artigo 42 do Código Penal poderão, além do mais, serem pronunciadas pelo tribunal.

Se o culpado é um estrangeiro, o tribunal deverá, ademais, pronunciar a proibição do território francês.

Art. 50 Ninguém poderá ser funcionário, agente do Estado, dos departamentos, comunidades, estabelecimentos públicos, coloniais, países de protetorado e territórios sob mandato francês; ninguém poderá ser empregado como concessionário de serviço público em uma empresa subvencionada pelo Estado ou por uma das coletividades públicas citadas:

1. Se não declara sobre sua honra jamais ter pertencido a alguma das organizações definidas no Artigo]o, ou de ter rompido toda relação com ela.

2. Se não se compromete sob sua honra a jamais aderir a tais organizações no caso de se reconstruírem no futuro.

A declaração e compromisso expressos no presente Artigo serão comprovados por escrito.

Todo aquele que faça uma declaração falsa será declarado demissionário automaticamente e castigado com as penas previstas no artigo 4°.

Todo aquele que tenha faltado ao compromisso previsto no parágrafo 2 do Artigo 50 será destituído de suas funções e a pena será dobrada.

A lei, promulgada no Diário Oficial de 14 de agosto de 1940, foi completada pelas Leis de 5 de outubro e 20 de novembro do mesmo ano e a de 11 de março de 1941.0 Artigo 2° foi complementado com os seguintes:

Decreto de 19 de agosto de 1940, que confirma a nulidade da "Grande Loja da França" e do "Grande Oriente da França" e de todas as agremiações dependentes deles, situadas na França eArgélia, nas colônias, países de protetorado e territórios sob mandato. Decreto de 6 de novembro de 1940, confirmando a nulidade da "Loja Fraternidade Número 202 do Direito Humano", em Madagascar: do "Patronato Laico" e de `A Emancipação Feminina", e da Sociedade "Direito e justiça, na Martinica.

Decreto de 27 de fevereiro de 1941, que torna nula a "Grande Loja Nacional Independente da Federação Francesa do Direito Humano", a "Sociedade Teosófaca, e de todas as agremiações dependentes delas.

NA ITÁLIA

Mussolini, em 12 de janeiro de 1925, entregou à Câmara um projeto de lei que foi discutido de 16 a 19 de maio e aprovada por 304 votos. Havia 304 parlamentares no plenário.

A consolidação dessa lei veio na forma do seguinte decreto:

Art.]o As associações, entidades e instituições constituídas e que funcionam no Reino estão obrigadas a comunicar à autoridade do P. S. a ata constitutiva, os estatutos e regulamento interno; o elenco nominal dos cargos sociais e dos sócios e outras informações relativas a sua organização e atividade, tantas vezes quantas lhes sejam solicitados pela autoridade dos Prefeitos por razões de ordem e segurança pública. A obrigação da comunicação pertence a todos quantos têm funções diretivas e de representação das associações, entidades ou instituições nas sedes centrais e locais e deve ser realizada dentro de dois dias da petição. Os contraventores serão castigados com um arresto não inferior a três meses e com a multa de 2.000 a 6000 liras. Quando forem dadas, deliberadamente, informações falsas ou incompletas, a pena será de reclusão não inferior a um ano e multa de 5.000 a 30.000 liras, além da proibição de exercer cargos públicos durante cinco anos. Em todos os casos nos quais se omita, falsifique ou fique incompleta a declaração, as associações poderão ser dissolvidas por decreto do Prefeito.

Art. 2° Os funcionários, empregados e agentes de qualquer ordem que seja, do Estado, província, municípios ou das instituições que por lei estão sob a tutela do Estado, províncias ou municípios, não podem pertencer, nem sequer na qualidade de simples sócios, às associações, entidades e instituições constituídas e que funcionam no reino de modo clandestino ou oculto e cujos sócios estão comumente vinculados ao segredo, sob pena de destituição. Os funcionários, empregados e agentes, atualmente em serviço, devem obedecer às disposições da presente Lei dentro dos 15 dias de sua publicação.

Art. 3° A presente lei entrará em vigor no dia seguinte de sua publicação na Gazeta Oficial do Reino.

EM PORTUGAL

Aprovada e promulgada oficialmente em 21 de maio de 1935, a Lei n° 1.901 foi tornada pública pelo Ministro da justiça "em nome da nação" e

por decreto da Assembléia Nacional.

É o seguinte o seu conteúdo:

Art.]o As associações e instituições que exercem sua atividade em território português estão obrigadas a apresentar aos governadores civis dos distritos onde tenham sua sede, seções ou delegacias, a cópia de seus estatutos e regulamentos, a lista de seus afiliados com a indicação dos cargos sociais e das pessoas que os ocupam, dar todas as informações complementares a propósito da organização e da atividade respectiva, cada vez que, por razões de ordem ou segurança pública, sejam exigidos por esses magistrados.

1) As pessoas que exerçam as funções de direção ou de representação nas associações ou instituições mencionadas neste Artigo estão obrigadas afazer a comunicação em um prazo de cinco dias, a partir da data em que o pedido tenha sido notificado.

2) Os que descumprirem o preceito estabelecido no Parágrafo anterior serão castigados com a pena de prisão correcional por um tempo jamais inferior a três meses, uma multa de pelo menos 3.000 escudos e a suspensão de seus direitos políticos por cinco anos.

3) Os que intencionalmente derem informações falsas ou incompletas serão castigados com a prisão correcionalpor um tempo jamais inferior a um ano, perda das funções públicas, se as exercem, perda da pensão de aposentadoria ou invalidez, segozam delas; multa de pelo menos 6.000 escudos e a impossibilidade de exercer as funções públicas durante um período de cinco anos.

Art. 2° São consideradas secretas e devem ser dissolvidas pelo Ministério do Interior:

a) As associações e instituições que exerçam sua atividade, total ou parcialmente, de uma forma clandestina ou secreta.

b) Aquelas cujos afiliados se impõem, de qualquer forma, a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações de sua atividade social.

c) Aquelas cujos diretores ou representantes, após terem sido solicitados, nos termos do Artigo 1,1 ocultarem à autoridade pública seus estatutos e regulamentos, a lista de seus afiliados com a indicação dos diferentes cargos e das pessoas que os exerçam, o objetivo de suas

reuniões e sua organização interna, ou que deram intencionalmente informações falsas ou incompletas sobre tais pontos.

1) As pessoas que, mediante uma remuneração ou sem ela, exercem as funções de direção, administração ou conselho das associações ou instituições a que se refere este artigo, serão castigadas com a pena de prisão correcional com uma duração jamais inferior a um ano, perda das funções públicas, se as exercem, da pensão de aposentadoria ou invalidez, se as desfrutam, de uma multa de, pelo menos, 6.000 escudos e suspensão dos direitos políticos por cinco anos.

2) Os simples afiliados a estas associações ou instituições serão castigados com a prisão correcional de pelo menos seis meses, perda de suas funções públicas, se as exercem, da pensão de aposentadoria ou invalidez, se as desfrutam, de uma multa de pelo menos 2.000 escudos e a suspensão dos direitos políticos por cinco anos, exceto se provarem que ignoravam o caráter secreto da associação ou instituição.

3) Os reincidentes nas infrações previstas nos itens 1 e 2 incorrerão nas penas previstas nos citados itens e serão expulsos do território da República sem limite de tempo, ou por um tempo determinado, segundo o juízo que pareça mais conveniente à situação daquele que tenha cometido a infração.

Art. 30 Nenhuma pessoa poderá dispor de cargo público, civil ou militar do Estado, ou dos corpos e corporações administrativas, sem ter apresentado um documento autenticado ou lavrado ata ante o chefe de serviço em questão, com a declaração, pela honra, de que não pertence nem pertencerá jamais a nenhuma das associações ou instituições previstas no Artigo 2°.

1. Os funcionários e contratados do Estado e dos corpos e corporações administrativas estão obrigados, sob pena de demissão ou de suspensão do contrato, a declarar, num prazo de 30 dias a partir da publicação desta Lei, pela honra e por escrito, que não pertencem nem pertencerão jamais a nenhuma das associações ou instituições previstas no Artigo 2°.

2. A omissão da declaração a que se refere o Parágrafo 1 é considerada e castigada com a perda do cargo, nos termos do Artigo 36 do Regulamento de 22 de fevereiro de 1913.

3. As declarações a que se refere este Artigo e seu item 1 serão juntadas ao processo de admissão do funcionário; em caso de perda, serão substituídas por outras nos mesmos termos, datadas, a primeira, em um

dos cinco dias anteriores ao diploma ou ata de nomeação, e a segunda, em um dos dias do prazo fixado no item 1.

4. No caso de declarações falsas, a que se refere este Artigo e seu item 1, se aplicará ao declarante, em processo disciplinar, a demissão e, em processo penal, a pena estabelecida no Artigo 238 do Código Penal.

Art. 4° Os bens das associações e instituições dissolvidas, nos termos do Artigo 2°, serão confiscados e vendidos em leilão e seu produto se destinará à Assistência Pública.

Art. 5° O Ministro das Colônias aplicará às províncias de Ultramar, nos termos estabelecidos no Artigo 28 do Ato Colonial, a doutrina desta Lei.

Que seja publicada e aplicada como se tem dito.

Palácio do Governo da República, 21 de maio de 1935.

António Oscar de Fragoso Carmona

António de Oliveira Salazar

Manuel Rodrigues Junior.

MAÇONARIA E SATANISMO



Sempre houve uma polêmica oposição da Igreja contra a Maçonaria. Na raiz de todos os entreveros que ocorreram ao longo do tempo, está o segredo maçônico e a natureza do juramento feito pelo neófito, ao ser aceito. Para a Igreja, esse juramento é perjuro e profano, mas o grande problema era a firme atuação da Ordem contra os desmandos da própria Igreja. Nesse jogo de forças, um personagem no mínimo singular surgiu, incendiando essas relações com uma farsa inimaginável. Esse homem chamava-se Leo Taxil.

Taxil foi, sem sombra de dúvida, um dos mais refinados vigaristas de todos os tempos, conseguindo enganar por um bom tempo a Igreja Católica e confundindo a opinião pública, ligando a Maçonaria, instituição respeitável, com o culto do Satanismo, estigma de que ela jamais conseguiu libertar-se ao longo do tempo. Essa mistificação foi e ainda é utilizada por todos os detratores da Maçonaria que ignoram que suas acusações baseiam-se numa das mais perfeitas enganações de todos os tempos. Após uma série de farsas montadas para enganar a Igreja Católica, Leo Taxil arrematou seu feito com uma das mais notáveis confissões públicas.

A CONFERÊNCIA DE LEO TAXIL

Em 19 de abril de 1897, segunda-feira de Páscoa, tinha lugar o desenlace

de uma curiosa e extravagante história. Para esse dia, Taxil havia convocado uma grande assembléia na sala da Sociedade Geográfica de Paris, ao lado do Square de la Charité, onde, depois do sorteio de uma máquina de escrever, tinha lugar uma Conferência com projeções sobre o culto paladista. Mas Taxil aproveitou a afluência para comunicar ao numeroso e atento público que havia conseguido a mais grandiosa mistificação dos novos tempos, pois Miss Vaughan jamais havia existido e tinha estado enganando a Igreja Católica fazia 12 anos, de um modo formidável.

Toda a imprensa da época divulgou a Conferência, tanto mais que uma grande parte do numeroso público que acudiu para ouvir Taxil se compunha especialmente de representantes da imprensa de diversos países e ideologias. Também havia muitos sacerdotes, um grande número de senhoras e de livres-pensadores e Franco-Maçons. A Nunciatura enviou dois delegados; o Arcebispado também estava representado. O acesso à sala era gratuito, mas só se admitia a entrada com os convites pessoais que haviam sido enviados com um mês de antecedência.

O ato abriu-se com o sorteio de uma soberba máquina de escrever, oferecida por Miss Diana Vaughan. O feliz ganhador foi Ali Kemal, redator do diário Ikdam, de Constantinopla. Na continuação, tomou a palavra Taxil. Creio que seu discurso não é apenas interessante, como também necessário - apesar de sua extensão - para conhecer o como e o porquê do Satanismo na Maçonaria, embora tenha sido traduzido e publicado em Madri, em forma de folheto de 33 páginas, na Rua Fuencarral, 119, com o título: "A Célebre Conferência dada no Salão da Sociedade Geográfica de Paris"; por não dispor da citada publicação, utilizou-se, previamente traduzido, o texto original que o semanário parisiense Le Frondeur ofereceu a seus leitores alguns dias depois, em 25 de abril de 1897. Eis a conferência de Leo Taxil:

Meus reverendos padres, senhoras, senhores:

> Antes de mais nada, quero dirigir meu agradecimento àqueles meus confrades da imprensa católica, que - empreendendo de repente, faz seis ou sete meses, uma campanha de ressonantes ataques - produziram um resultado maravilhoso, que constatamos esta tarde e que se constatará, todavia, melhor amanhã: o resplendor completamente excepcional da manifestação da verdade em uma questão cuja solução poderia, quiçá, sem eles, passar absolutamente despercebida.

A estes queridos colegas, pois, minha primeira felicitação! Em seguida, compreenderão quão sincero e justificado é este agradecimento. Neste bate-papo tentarei esquecer o que de injusto e ardente contra minha pessoa foi publicado no curso da polêmica a que acabo de me referir; ou, ao menos, se me vejo forçado a ilustrar certos fatos com uma luz que, para muitos, é insuspeitável, direi a verdade descartando de meu pensamento inclusive a sombra do mais breve ressentimento. Talvez após estas explicações, cuja hora finalmente soou, esses colegas católicos não cessarão seus ataques ante minha pacífica filosofia; mas se meu bom humor, em lugar de acalmá-los, os irrita, asseguro-lhes que nada me fará abandonar esta placidez de alma que adquiri faz 12 anos e na qual sou infinitamente feliz. Além do mais, se é verdade que este auditório de elite está composto dos elementos mais díspares -posto que se convocou indistintamente a todas as opiniões-, estou convencido de que não carece do sentimento da mais doce tolerância em matéria de exame. Resumindo: estamos aqui entre gente de bem. Todos sabemos julgar o que é sério e o examinamos com a gravidade necessária, sem cólera; mas não nos aborreçamos quando o fato que nos é submetido é, antes de tudo, divertido. Mais vale rir que chorar, diz o provérbio.

Agora me dirijo aos católicos e lhes digo: quando soubestes que o doutor Bataille, que se dizia entregue à causa católica, havia passado onze anos de sua vida explorando os antros mais tenebrosos das sociedades secretas, lojas e translojas, inclusive Triângulos lu ciferianos, o aprovastes sem rodeios; julgastes sua conduta admirável. Recebeu uma verdadeira chuva de felicitações. Teve artigos elogiosos, inclusive dos jornais daqueles que, hoje em dia, não têm suficiente raios para pulverizar Miss Diana Vaughan, tratandoa de mito, aventureira e fabricante de cartas. Hoje poderíamos recordar aquelas aclamações que acolheram ao doutor Bataille; mas já não acontecem mais; mas, sem dúvida, foram espalhafatosas. Ilustres teólogos, eloqüentes pregadores, eminentes prelados, cumprimentaram-no com insistência. E não digo que não tiveram razão. Constato pura e simplesmente. E esta constatação tem também como finalidade que me permitais dizer tudo.

Não vos aborreceis, meus reverendos Padres, riais melhor, com vontade, ao saber hoje que o que aconteceu é exatamente o contrário do que acreditastes ter acontecido. Não houve, de modo algum, nenhum católico que se dedicou a explorar a Alta Maçonaria do paludismo. Pelo contrário, houve um livre-pensador que para seu proveito pessoal, de modo algum

por hostilidade, veio passear por vosso campo, durante onze anos, talvez doze; e... é vosso servidor. Não há o menor complô maçônico nesta história e o provarei imediatamente. É preciso deixar Homero cantar os êxitos de Ulisses, a aventura do legendário cavalo de madeira; esse terrível cavalo não tem nada que ver no caso presente. A história de hoje é muito menos complicada.

Um certo dia, vosso servidor se deu conta que, tendo partido demasiado jovem para a irreligião e quiçá as com demasiado ímpeto, podia muito bem não ter o sentimento exato da situação; então, trabalhando por conta própria, querendo retificar sua maneira de ver, se era possível, não confiando sua resolução, em princípio, a nada, pensou ter encontrado o meio de melhor conhecer, de melhor dar-se conta, para sua própria satisfação. Acrescenteis a isso, se quereis, um toque de farsante no caráter; não se é impunemente filho de Marselha! Sim, acrescenteis este delicioso prazer, que a maioria ignora, mas que é bem real; esta alegria íntima que se experimenta diante do adversário, sem malícia, só por divertimento, para rir um pouco. Bem, devo dizê-lo agora mesmo. Esta mistificação de doze anos me proporcionou, desde o início, um precioso ensinamento: que havia agido verdadeiramente sem medida; que devia ter permanecido sempre no terreno das idéias; que na maioria dos casos não pretendia atacar as pessoas.

Esta declaração, tenho o dever de fazê-la e, devo dizer também, que não me custa fazê-la. Nestes 12 anos passados sob a bandeira da Igreja, ainda que enrolado como palhaço, adquiri a convicção de que se imputa injustamente as doutrinas a malignidade que é própria de certas pessoas. Tudo é bom. O que é mau, permanece mau; da mesma forma que o que é bom trabalha com bondade tanto se permanece crente como se perde a fé. Há gente má por toda parte e homens bons por toda parte.

Fiz, pessoalmente, um estudo que trouxe seus frutos. É este estudo que me deu esta serenidade de alma, esta filosofia íntima de que falava no início.

Em primeiro lugar, tinha vindo por curiosidade, um pouco pela aventura, mas propondo-me, bem entendido, a retirar-me uma vez realizada a experiência. Depois, o doce prazer da brincadeira me contagiou totalmente, dominando-me; conforme me introduzia no campo católico, desenvolvia cada vez mais meu plano de mistificação, às vezes divertido e instrutivo, dando-lhe proporções sempre mais vastas, conforme avançavam os conhecimentos. Assim cheguei a conseguir dois

colaboradores; dois, nada mais. Um, um antigo camarada de infância, que eu mesmo mistifiquei no início, dandolhe o pseudônimo de Dr. Bataille; a outra, Miss Diana Vaughan, protestante francesa, muito mais livre pensadora, mecanógrafa de profissão, representante de uma fábrica de máquinas de escrever dos Estados Unidos. Um e outra eram necessários para assegurar o êxito do último episódio desta alegre brincadeira, que os jornais americanos chamam "a maior mistificação dos tempos modernos"

Este último episódio, que devia naturalmente encerrar-se em abril, mês da alegria, mês das farsas - e não nos esqueçamos que a mistificação começou igualmente em abril, em 23 de abril de 1885-, este último episódio é o único que deve ser explicado hoje e, ademais, apenas esboçado, pois, se tivesse que contar tudo, mostrando o reverso da questão desde o começo da aventura, necessitaríamos vários dias. Este mês de abril se converteu em uma grande tragédia. Não obstante, há que se ilustrar o ponto de partida com alguns traços de doce luz. Entre os adágios da arte culinária cita-se com freqüência este: "Chega-se a cozinheiro, mas se nasce assador" A perfeição na ciência de assar não se aprende. Creio que ocorre o mesmo com a farsa; nasce-se farsante.

Eis algumas confidências de minha iniciação nesta nobre carreira: em primeiro lugar, no meu povoado natal. Ninguém se esqueceu, em Marselha, da famosa história da devastação da enseada por um cardume de tubarões. De várias localidades da costa chegavam cartas de pescadores narrando como haviam escapado dos mais terríveis perigos. O pânico se estendeu aos banhistas e os estabelecimentos de banhos de mar, desde os Catalães até a praia do Prado, ficaram desertos durante semanas. A Comissão municipal se assustou; o alcaide emitiu a opinião, muito ajuizada, que esses tubarões, pragas da enseada, haviam provavelmente vindo da Córsega, seguindo algum navio que, sem dúvida, havia jogado na água alguma carga estragada de carnes defumadas. A Comissão municipal votou um requerimento ao general Espivent de la Villeboisnet- estava-se, então, sob o regime de estado de sítio - pedindo-lhe que pusesse à sua disposição uma companhia armada de fuzis, para uma expedição em um rebocador. O bravo general, não desejando outra coisa senão ser agradável aos administradores que ele mesmo havia escolhido para a querida e boa cidade onde vim à luz, o general Espivent, hoje senador, concedeu, pois, cem homens, bem armados, com uma ampla provisão de cartuchos. O navio libertador abandonou o porto,

saudado com os aplausos do alcaide e seus adjuntos; a enseada foi explorada em todas as direções, mas o rebocador voltou com o rabo entre as pernas; nem um só tubarão! Uma pesquisa posterior demonstrou que as cartas de queixa, vindas de diversos pescadores da costa, eram todas fruto da fantasia. Nas localidades onde estas cartas haviam sido depositadas nos correios, não existiam esses pescadores; ao reunir as cartas, observou-se que pareciam ter sido escritas todas pela mesma mão. 0 autor da mistificação não foi descoberto. Vós o tendes diante de vocês. Era 1873; tinha eu, então, dezenove anos.

Espero que o general Espivent me perdoe de ter, por um barco, comprometido momentaneamente seu prestígio aos olhos da população. Havia extinguido o Marotte, jornal de Loucos. O assunto dos tubarões foi, portanto, uma muito inofensiva vingança.

Alguns anos mais tarde, estava eu em Genebra, fugindo de alguns crimes de imprensa. A Fronde, depois o Frondeur, tinha substituído ao Marotte. Um certo dia, o mundo erudito foi surpreendido ao tomar conhecimento de uma maravilhosa descoberta. Talvez alguém, neste auditório, se recordará do fato: tratava-se de uma cidade sublacustre que se localizava - dizia-se - muito vagamente, no fundo do lago Leman, entre Nyon e Coppet. Foram enviadas informações a todos os rincões da Europa, tendo os jornais divulgado com exatidão as supostas escavações. Havia-se dado uma explicação muito científica apoiada nos Comentários, de Júlio César. A cidade devia ter sido construída na época da conquista romana, num tempo em que o lago era tão estreito que o Ródano o atravessava sem misturar, com ele, as suas águas. Rapidamente a descoberta provocou, por toda parte, muito barulho; por toda parte, exceto na Suíça, certamente. Os habitantes de Nyon e de Coppet estranhavam muito a chegada de algum turista que, de vez em quando, pedia para ver a cidade sublacustre. Os remadores do lugar acabaram por decidir levar ao lago os turistas mais insistentes. Espalhou-se azeite sobre a água para ver melhor; com efeito, teve quem distinguisse algo..., restos de ruas muito bem alinhadas, encruzilhadas, que sei eu? Um arqueólogo polonês, que havia feito a viagem, voltou satisfeito e publicou um informe em que afirmava haver distinguido muito bem restos de uma praça pública, com alguma coisa informe que bem podia ser restos de uma estátua eqüestre. Um Instituto enviou dois de seus membros; estes, porém, quando chegaram, dirigiram-se às autoridades e, ao inteirar-se que a cidade sublacustre era apenas uma brincadeira, voltaram como tinham vindo e

não viram nada; lástima!A cidade sublacustre não sobreviveu a esta visita científica.

O padre da cidade sublacustre de Leman, que está aqui presente, teve um precioso auxiliar na propagação da lenda, na pessoa de um de seus companheiros de exílio - é necessário dizer que também era um marselhês?-, meu confrade e amigo Henri Chabrier, aclimatado hoje, como eu, às margens do Sena.

Estas duas anedotas, entre cem que eu poderia citar, foram trazidas a fim de estabelecer que o gosto de vosso servidor pela grande e alegre farsa remonta há mais de doze anos. Chego, pois, à mais grandiosa farsa de minha existência, a que termina hoje e que será, evidentemente, a última, pois, após esta, me pergunto que confrade, inclusive a imprensa da Islândia ou Patagônia, acolheria, com minha recomendação ou com a de um de meus amigos, a informação de não importa que acontecimento extraordinário...

Compreender-se-á, sem dificuldades, que não era muito fácil, com a formidável bagagem de meus escritos irreligiosos, ser recebido no seio da Igreja sem uma desconfiança sem dúvida mais destacada. Não obstante, eu precisava chegar ali e ser recebido para poder, quando as desconfianças fossem completamente dissipadas, ainda que superficialmente, organizar e dirigir a fenomenal mistificação da demonologia contemporânea. Para alcançar o resultado a que me havia proposto, era necessário, indispensável, não confiar meu segredo a ninguém, absolutamente ninguém, nem sequer a meus mais íntimos amigos, nem sequer a minha mulher, pelo menos nos primeiros momentos. Era preferível passar por louco aos olhos dos que me conheciam. A menor indiscrição podia fazer fracassar tudo. Eu jogava uma grande cartada, pois queria ganhar uma grande partida. A hostilidade de alguns, a contrariedade insípida e excitada de outros foram, pelo contrário, meus melhores triunfos, posto que - o que era infalível -fui submetido a rigorosa observação durante os primeiros anos.

Sem dúvida alguns pequenos detalhes serão reveladores para meus antigos amigos, se me recordo bem.

Assim, após a publicação de minha carta, onde me retratava de todas minhas obras irreligiosas, os grupos parisienses da Liga Anticlerical se reuniram em assembléia geral, para votar minha expulsão.

Surpreenderam-se ao ver-me chegar; os membros da Liga ficaram espantados e, na verdade, minha presença era incompreensível, posto que não vinha desafiar aqueles de quem me havia separado e não disse uma só palavra para tentar atraí-los para mim, como teria feito um convertido em seu ardor de neófito.

Não! Fui a essa sessão com o pretexto de dizer adeus -fazia já três meses que eu havia apresentado minha demissão-, mas, na realidade, para buscar e encontrar a ocasião de falar quando chegasse o momento.

Em sua grande maioria, os membros da Liga Anticlerical eram meus amigos. Havia quem chorava; eu mesmo estava emocionado... Asseguro-vos que não me separei deles sem dor. Enfim, aceiteis como queirais. Apesar de emocionado, guardei meu sangue frio em meio a uma verdadeira tempestade; eu vos remeto aos jornais da época. Para encerrar a sessão, o presidente submeteu à ordem do dia a seguinte proposição, que foi votada por unanimidade:

Considerando que o chamado Gabriel Jugand Pagés, conhecido como Leo Taxil, um dos fundadores da Liga Anticlerical, renegou todos os princípios que havia defendido, traiu o livrepensamento e a todos seus coantireligionários.

Os membros presentes na reunião de 27de julho de 1885, sem deterse nos motivos que ditaram ao supracitado Leo Taxil sua infame conduta, expulsam-no da Liga Anticlerical como traidor e renegado.

Então protestei contra uma palavra, uma só palavra, dessa ordem do dia.

Sem dúvida há na sala antigos amigos que tomaram parte nessa reunião de julho de 1885. Recordo-lhes os termos de meu protesto. Disse isto com a voz mais tranqüila:

- Amigos meus, aceito esta ordem do dia, salvo por uma palavra... O presidente me interrompeu para gritar.

- Na verdade, és demasiado audaz! - continuei, sem perturbarme: - Tendes o direito de dizer que sou um renegado, posto que acabo de publicar, faz quatro dias, uma carta onde me retrato e renego expressamente todos meus escritos contra a religião. Mas peçovos que apaguem a palavra traidor que de modo algum se ajusta ao meu caso; não há sombra de traição no que faço hoje. O que vos digo agora não podeis compreender, mas o compreendereis mais tarde. Eu fiz questão de frisar bem esta última frase, pois não podia deixar que suspeitassem de meu segredo. Mas o disse bem claramente para que pudesse ficar nas

memórias, ainda que se prestasse a diversas interpretações.

E quando tive a oportunidade de publicar um informe desta sessão, tive muito cuidado em omitir esta declaração; efetivamente, ela poderia despertar suspeitas.

Segundo fato. Entre o dia de abril em que fiz a um sacerdote a confidência de minha conversão e o dia da sessão de minha expulsão do livre pensamento, teve lugar em Roma um congresso anticlerical, de que fui um dos organizadores. Nada me teria sido mais fácil que desorganizá-lo e fazê-lo fracassar completamente. Esse congresso teve lugar nos primeiros dias de junho. Todos os livres-pensadores sabem que até o fim me entreguei com todas as minhas forças ao êxito do mesmo; apenas a morte de Victor Hugo, que sobreveio naquele momento, desviou a atenção pública desse congresso.

Mais tarde, quando se soube que havia conversado com sacerdotes desde o mês de abril, se disse e se imprimiu que, com a desculpa desse congresso, havia ido a Roma negociar minha traição, que tinha recebido uma grande soma; falou-se que "um milhão"

Deixei que dissessem, pois tudo isso pouco me importava e eu ria sozinho.

Mas hoje tenho o direito de dizer que tudo aconteceu de outra forma. Entre os convites distribuídos para esta conferência se encontra o de um antigo amigo que efetuou comigo essa viagem, que me acompanhou por todas as partes e que não me deixou um instante. Ele está aqui, e não me desmentirá. Deixou-me um segundo? Acaso me ausentei de sua companhia para fazer qualquer gestão suspeita? Não!

E isto não é tudo. Ao longo dessa mesma viagem, ao voltar para a França, detivemo-nos em Gênova. Tinha que fazer uma visita a alguém, com quem estava unido por amizade: o General Canzio Garibaldi, o genro de Garibaldi.

Nessa visita fui acompanhado pelo amigo em questão e por outro que ainda vive: o Doutor Baudon, que recentemente foi eleito deputado de Beauvais.

Os dois podem certificar isso: que, no transcurso dessa visita, afastei-me um momento com Canzio. E Canzio, por seu turno, poderá certificar que lhe disse:

- Meu querido Canzio, tenho que declarar-vos, em segredo, que em breve

farei um rompimento completo e público. Não o estranheis nem um pouco. E mantenhais-me fielmente vossa confiança.

Tampouco insisti mais e, inclusive, mais tarde, temi ter falado demais. Canzio, durante dois ou três anos, enviou-me seu cartão de ano novo, apesar de nosso rompimento. Depois julgou, sem dúvida que a coisa durava muito; desistiu e não me deu mais sinal de vida. Enfim, um de meus colaboradores, que gostava muito de mim continuou, apesar de tudo, convivendo comigo. Está morto: era A~ed Paulon, que foi conselheiro e homem bom. Sei que o resultado de sua observação perspicaz e constante foi que havia participado da mistificação por minha causa.

Paulon, meu antigo colaborador que continuou convivendo comigo, tinha uma maneira de defender-me que, freqüentemente, molestava-me.

Eis aqui em que termos falava de mim a meus amigos: "Leo é incompreensível. Em primeiro lugar, acreditei que havia enlouquecido, mas quando retomei contato com ele, constatei que, pelo contrário, estava em perfeito juízo. Não compreendo nada; há algo que me diz que ele está, no entanto, de coração e de espírito, conosco (os livres-pensadores); eu o sinto. Não lhe falo jamais de questões religiosas, porque vejo bem que não quer se revelar, mas poria a mão no fogo: ele não trabalha a favor dos clericais; um dia ou outro haverá uma grande surpresa. "

Alfred Paulon não pode dar o testemunho de suas observações, mas ele as comunicou a numerosos amigos. E, se estão nesta sala, eu lhes pergunto: é verdade que, ao falar de mim, Paulon se expressava assim?

(Diversas vozes: É verdade! É verdade!)

Agora chegamos à mistificação em si, a essa mistificação ao mesmo tempo divertida e instrutiva.

Em primeiro lugar, não tem relação com o bom homem, o vigário, um sacerdote com alma sensível, que teve a primeira confidência do golpe de graça que eu havia recebido, como Saulo a caminho de Damasco.

`Isso não me diz nada que valha a pena", pensava-se entre agente da Igreja.

Foi então decidido, no dia anterior à minha carta de retratação, que deveria fazer um bom e breve retiro em uma casa dos reverendos padres jesuítas e se escolheu um dos mais espertos na arte de interrogar e

perscrutar as almas. A escolha não se fez ao léu. Fizeram-me esperar uma longa semana pelo grande perscrutador que me estava destinado.

Um velho capelão militar, que se tornou jesuíta, um maligno entre os malignos! Seu conceito teria um grande peso.

Ah, foi uma dura partida a que nós dois jogamos! Tenho, no entanto, dor de cabeça quando penso nele... O querido diretor me fez praticar, entre outras coisas, os Exercícios Espirituais de Santo Início. Pouco me importava com esses exercícios, mas, pelo menos, precisava percorrer as páginas afim de dar a impressão de ter-me submergido nestas extraordinárias meditações. Não era o momento de me deixar apanhar em falta.

Era minha confissão geral a que ia me fazerganhara batalha. Essa confissão geral não durou menos de três dias. Para esse fim havia guardado um golpe fulminante.

Disse tudo, isto e aquilo, e mais ainda, mas meu partner compreendia que havia um grande pecado, muito gordo, muito gordo, que era difícil de ser confessado: um pecado mais penoso de dizer que a confissão de mil impiedades. Finalmente, foi preciso decidir-se afazer sair aquele monstruoso pecado.

A vós, senhoras e senhores, não vos quero fazer esperar tanto: meu grande pecado era um crime, mas um crime de primeira ordem, um assassinato dos mais bem elaborados. Não tinha degolado a toda uma família, não! Mas, sem ser um Tropmann, nem um Dumolard, a guilhotina me esperava sem remédio se tivesse sido descoberto.

Havia tido o cuidado de procurar alguns desaparecimentos noticiados nos jornais três anos antes e, sobre um, deles construí uma pequena novela; mas meu reverendo padre não quis deixar-me expor todos os seus detalhes. Havia-me julgado capaz dos mais horríveis sacrilégios e, além do mais, eu lhe havia causado agradáveis surpresas; quanto a ter um assassino ajoelhado diante dele, não o esperava deforma alguma.

Quando as primeiras palavras da confissão saíram de meus lábios, o reverendo padre teve um sobressalto muito significativo. Ah, agora compreendia minha indecisão, minhas dificuldades, minha forma de privilegiar certos pecados menos embaraçosos!... Era que eu tinha vergonha de confessar meu crime! Não somente tinha vergonha, mas estava alterado, espantado... Havia uma viúva neste assunto; o reverendo padre me fez prometer que entregaria à viúva de minha vítima uma

renda indireta, muito engenhoso, a meu critério... Não quis conhecer nenhum nome, mas o que lhe interessava era saber se havia sido assassinado com ou sem premeditação... Após longas dúvidas, oprimido pelo peso da vergonha, confessava a premeditação, uma verdadeira insídia.

Tenho o dever de render homenagem a esse reverendo padre jesuíta. jamais fui incomodado pelos magistrados. Minha fraude mepermitiu, pois, pôr a prova o segredo da confissão. Se conto um dia com detalhes a história desses doze anos, o farei, como hoje, com a mais estrita imparcialidade, e com calma, senhor Abade Granier!

O que no momento retardo é o fato de minha primeira vitória, como entrei em batalha. Se alguém tivesse ousado dizer ao reverendo padre que eu não era o mais sério dos convertidos, seria admoestado.

Não entrava em meu plano precipitar minha visita ao Soberano Pontífice. Certamente, minha confissão de assassino tivera um magnífico êxito; mas o diretor de meu retiro em Clamartguardava o segredo para ele. Evidentemente não pode ao menos dizer ao seu superior hierárquico que lhe havia confiado o mandato de investigar as profundezas de minha alma:

- Leo Taxil?... Eu respondo por ele!

As desconfianças do Vaticano ficavam descartadas; como fazer-me agradável? Pois para levar a mistificação ao máximo que eu sonhava e que tinha a indizível alegria de alcançar, necessitava realizar alguns dos pontos do programa da Igreja mais queridos pela Santa Sé.

Esta parte de meu plano havia sido estudada desde o princípio, desde minha primeira resolução de captar exatamente o conteúdo do catolicismo. O Soberano Pontífice havia se caracterizado, um ano antes, pela Encíclica Humanum Genus e esta encíclica respondia a uma idéia muito fixa nos católicos militantes. Gambetta havia dito: "O Clericalismo, aí está o inimigo!" A Igreja, de sua parte, dizia: "O inimigo é a Franco-Maçonaria!"

Mexer com os Maçons era, pois, o melhor meio de preparar o caminho para a colossal farsa, da qual saboreava de antemão toda sua agradável sorte.

No princípio os Maçons se indignaram; não previam que a conclusão, pacientemente preparada, seria uma universal gargalhada. Acreditavam-me verdadeiramente disposto. Dizia-se, repetia-se, que era um dos meios

de vingar-me da expulsão que datava de 1881, cuja história, que de modo algum me desonra, é bem conhecida: pequena querela levantada por dois homens, hoje em dia desaparecidos e desaparecidos em condições lamentáveis.

Não, não me vingava; divertia-me e se se examina hoje o que sobrou dessa campanha, reconhecer-se-á, inclusive entre os Maçons que me foram mais hostis, que não prejudiquei ninguém.

Diria, inclusive, que fiz um serviço à Maçonaria francesa. Quero dizer que minha publicação dos rituais não foi alheia, certamente, às reformas que suprimiram práticas anacrônicas e ridículas aos olhos dos maçons amigos do progresso.

Mas deixemos isso e resumamos os fatos. Minha finalidade era criar todas as peças da diabrura contemporânea - o que é muito mais forte que a vila sublacustre de Leman-; era preciso proceder ordenadamente; era preciso estabelecer os limites; era preciso pôr e incubar o ovo de onde nasceria o Paladismo. Uma fraude desta categoria não se fabrica em um dia.

Havia constatado, desde os primeiros tempos de minha conversão, que um certo número de católicos estava convencido de que o nome de "Grande Arquiteto do Universo", adotado pela Maçonaria para designar o Ser Supremo sem pronunciar-se no sentido particular de nenhuma religião; estavam convencidos - digo - de que este nome servia na realidade para ocultar habilmente ao senhor Lúcifer ou Satã, o diabo!

Aqui e ali citam-se algumas anedotas, segundo as quais o diabo faz, de repente, sua aparição em lojas maçônicas e preside a sessão. Isto é admitido pelos católicos.

Embora não se acredite, há gente honrada que imagina que as leis da natureza são às vezes contrariadas por espíritos bons ou maus e, inclusive, por simples mortais. Eu mesmo ouvi com estupor que se me pedissem, faria um milagre. Um bom cônego de Friburgo, caindo em minha presença como uma bomba, me disse textualmente:

-Ah, Senhor Taxil, sois um santo! Para que Deus o tenha afastado de um abismo tão profundo, é preciso que tenhais uma montanha de graças sobre a cabeça! [sicJ. Quando soube de vossa conversão, tomei o trem e eis-me aqui. É preciso que ao meu regresso possa dizer não somente que vos vi, mas que haveis realizado um milagre diante de mim.

Não esperava semelhante pedido.

- Um milagre - respondi-; não vos compreendo, senhor cônego.

- Sim, um milagre - repetia-, não importa qual, a fim de que possa dar testemunho... O milagre que queirais!... Que sei eu?... Toma, por exemplo..., esta cadeira...; transformai-a em bastão, em guarda-chuva...

Estava perplexo. Recusei docemente realizar semelhante prodígio. E meu cônego voltou a Friburgo dizendo que, se eu não fazia milagres, era por humildade. Alguns meses mais tarde me enviava um imenso queijo de Gruyere; sobre sua casca havia gravado, com uma faca, inscrições piedosas, hieróglifos de um misticismo descabelado; um excelente queijo, por outro lado, que jamais terminava e que comi com infinito respeito.

Meus primeiros livros sobre a Maçonaria foram, pois, uma mescla de rituais com pequenos enxertos anódinos, com interpretações aparentemente insignificantes; cada vez que uma passagem era obscura, ilustrava-a de forma agradável para os católicos que viam no senhor Lúcifer o supremo Grão-Mestre dos franco-maçons. Mas isto era apenas sinalizado. Eu me limitava a preparar docemente o terreno, a trabalhá-lo em seguida e a jogar a semente mistificadora que devia germinar felizmente.

Após dois anos deste trabalho preparatório, fui a Roma. Recebido primeiro pelo Cardeal Rampolla e o Cardeal Parocchi, tive a sorte de ouvi-los, a um e outro, dizerem-me que meus livros eram perfeitos. Ah, sim, revelavam exatamente o que se sabia muito bem no Vaticano e que era verdadeiramente uma sorte que um convertido publicasse seus famosos rituais!

O Cardeal Rampolla me deu a chave do assunto. Como lamentava que eu não tivesse sido mais que um simples aprendiz em maçonaria! Mas, desde o momento que havia obtido os rituais, nada era mais legítimo que sua reprodução. Reconhecia tudo, inclusive o que, inventado por mim, tinha o mesmo valor que os tubarões de Marselha ou a vila sublacustre.

Quanto ao Cardeal Parocchi, o que o interessava mais particularmente era a questão dos Irmãos Maçons; a ele também minhas preciosas revelações nada ensinavam.

Tinha ido a Roma improvisadamente, ignorando que, para obter uma audiência particular do Soberano Pontífice, era necessário solicitá-la de antemão, com muito tempo, mas tive a agradável surpresa de não ter que esperar e o Santo Padre me recebeu durante três quartos de hora.

Para ganhar essa nova partida, havia tomado minhas precauções com base na noite passada a sós com o cardeal Secretário de Estado. É evidente que este havia sido encarregado de estudar-me de antemão. Assim, pois, a impressão que tentei dar-lhe foi a de um cérebro um pouco exaltado, sem ir, não obstante, até o grau do bom cônego de Friburgo.

O informe verbal que o Cardeal Rampolla fez ao Santo Padre me valeu a acolhida que desejava.

Desde minha admissão sob o estandarte da Igreja, estava bem convencido de uma verdade: que não saberia ser um bom ator se não me metesse na pele do personagem que representava; se não acreditasse - ao menos de momento - que estava acontecendo. No teatro, se se representa uma cena de desespero, não se pode dissimular as lágrimas; o cômico enxuga com seu lenço olhos secos; o artista chora realmente. Por esta razão, durante toda a manhã que precedeu minha recepção, concentrei-me na situação de uma forma tão completa que estava pronto para tudo e era incapaz de dar um tropeço, apesar de toda surpresa. Quando o Papa me perguntou: - Filho meu, que desejais? - Respondi-lhe: - Santo Padre, morrer a vossos pés, agora, neste momento... Seria minha maior sorte... Leão XIII se dignou dizer-me, sorrindo, que minha vida era mais útil, todavia, para os combates da fé. E abordou a questão da Maçonaria. Tinha todas minhas novas obras em sua biblioteca particular; ele as havia lido de cabo a rabo e insistiu no direcionamento satânico da seita.

Tendo sido somente Aprendiz, tinha um grande mérito de ter compreendido que "O diabo estava ali. "E o Soberano Pontífice insistia nesta palavra o diabo com uma entonação que me é fácil recordar. Parece-me que o ouço repetindo: "O diabo, o diabo!"

Quando me despedi, tinha adquirido a certeza de que meu plano podia ser posto em execução até o fim. O importante era não me adiantar até que o fruto estivesse maduro.

A árvore do luciferianismo contemporâneo começava a crescer. Eu a tinha cuidado com esmero durante alguns anos... Finalmente, refiz um de meus livros, introduzindo nele um ritual paládico, supostamente obtido secretamente e de minha total invenção, desde a primeira linha até a última.

Desta feita, o Paladismo ou Alta Maçonaria Luciferiana havia nascido.

O novo livro teve as mais entusiastas aprovações, compreendidas as de

todas as revistas dirigidas pelo padres da Companhia de Jesus.

Então havia chegado a hora de reforçar, sem o que a mais fantásticafraude dos tempos modernos fracassaria estrepitosamente.

Pus-me a procurar o primeiro colaborador necessário. Era preciso alguém que tivesse viajado muito e pudesse contar com uma misteriosa informação sobre os Triângulos luciferianos, os antros desse Paladismo apresentando como dirigindo secretamente todas as Lojas e Translojas do mundo inteiro.

Justamente, um antigo camarada de colégio, que reencontrei em Paris, havia sido médico da marinha. No início não opus a pardo segredo da mistificação. Eu o fiz ler diversos livros de autores que haviam se entusiasmado profundamente com minhas maravilhosas revelações. A mais extraordinária dessas obras é a de um bispo jesuíta, Monsenhor Meurin, bispo de Port Louis (Ilhas Maurício), que veio ver-me em Paris e me consultou. Podem pensar que foi bem informado!...

Este excelente Monsenhor Meurin, erudito orientalista, não podia ser melhor comparado que com aquele arqueólogo polonês que havia distinguido tão bem os restos de uma estátua eqüestre no meio das ruínas de uma praça pública de minha vila sublacustre.

Partindo dessa idéia fixa de que os maçons adoram o diabo e convencido da existência do Paladismo, Monsenhor descobriu as coisas mais extraordinárias no fundo de palavras hebréias que servem de palavras de passe etc. nos inumeráveis ritos maçônicos. Cordões, aventais, acessórios rituais, tudo foi examinado; examinou até os menores bordados que figuram no mais insignificante pedaço de pano que tenha pertencido a um maçom e, com a maior boa-fé do mundo, encontrou meu Paladismo em toda parte.

Sempre me lembrarei, como uma das horas mais felizes de minha vida, aquela em que me leu seu manuscrito. Seu grande volume, A Franco-maçonaria, Sinagoga de Satanás me serviu admiravelmente para convencer a meu amigo, o doutor, que existia, na verdade, um sentido secreto luciferiano em todo o simbolismo maçônico.

No fundo, o doutor pretensamente se enganava. Mas havia realmente estudado o espiritismo, como aficionado curioso; sabia que existem no mundo alguns crentes em manifestações sobrenaturais, em fantasias, em aparições, em duendes etc. Sabia que, em grupos restritos de ocultistas, amáveis histriões fazem ver espectros à boa gente por demais esquecida

de Robert Houdin. Mas ignorava que na Maçonaria se entregavam a semelhantes operações; ignorava que houvesse um rito especial de ocultismo luciferiano e maçônico; ignorava o Paladismo e seus Triângulos, os Magos Eleitos e as Mestras Templárias e toda essa estranha organização suprema que eu havia imaginado e que Monsenhor Meurin e outros confirmavam cientificamente.

Em meu livro, As Mulheres na Franco-maçonaria? havia criado a personagem de uma Grã-mestre desse Paladismo, uma Sophia Sapho, de quem dera apenas a inicial do suposto nome: um W. A meu amigo e doutor dei o nome inteiro confidencialmente. Acreditou na existência de Sophia Walder.

Entendamo-nos bem. Por causa de livros como o do Monsenhor Meurin, o doutor acreditou no Paladismo e em diversas personagens que já começavam a aparecer, heróis de minha mistificação. Mas não tentei por nada do mundo fazê-lo crer na realidade das manifestações que pretendia contar.

Definitivamente, eis como recorri ao concurso do doutor meu amigo:

- Queres colaborar com uma obra sobre o Paladismo?... Eu conheço a questão profundamente, mas publicar rituais não oferece o mesmo interesse que contar aventuras em qualidade de testemunho, sobretudo se essas aventuras são alucinantes... Ademais, para comover melhor aos céticos, é preciso que o narrador seja ele mesmo um herói; não um paladista convicto, mas um zeloso católico que adotou a máscara luciferiana para fazer essa tenebrosa pesquisa com perigo de sua vida... Eu te dou um pseudônimo, o autor não pode entregar seu nome à publicidade: por exemplo, se tens que fazer uma pesquisa entre os niilistas... Somente te darás a conhecer a um pequeno grupo de eclesiásticos; isso bastará... Vais organizar o itinerário de suas viagens e eu, segundo esse itinerário, te construirei uma tela onde só terás que bordar; ademais, recopiarei teu manuscrito, afim de corrigir, de endireitar e, sobretudo, acrescentar... A ti corresponde a parte médica, a descrição das cidades e um certo número de relatos. Quanto a mim, me encarregarei da parte técnica do Paladismo, das informações sobre todos os personagens que faremos desfilar, assim como de um grande número de episódios complementares... Em suma, tenho necessidade de tua colaboração por um total de trinta a quarenta fascículos... Agora fiques tranqüilo a propósito dos desmentidos... Como pudeste dar conta pelas obras que te dei para ler, os paladistas se compõem de dois elementos:

de alguns desequilibrados que crêem realmente que Lúcifer é o Deus Bom e que seu culto deve permanecer secreto durante um certo número de anos, e de intrigantes que se servem desses desequilíbrios, excelentes matérias para suas experiências de espiritismo oculto... Nem um nem outro poderão protestar publicamente, posto que a primeira condição para pertencer ao Paladismo é o segredo mais rigoroso; por outro lado, se eles protestam, seus desmentidos ficarão sem efeito, visto que serão interessados.

Meu amigo, o doutor, aceitou e afim de entretê-lo com o pensamento de que o Paladismo existia, apesar da simulação defeitos maravilhosos atribuídos por nós a seus Triângulos, eu o fiz receber algumas cartas de Sophia Walder; Sophia se indignava de que pretendessem conhecê-la. O doutor me trazia fielmente essas cartas. Na terceira ou quarta que recebeu, me disse:

- Verdadeiramente, tenho medo que essa mulher nos faça um escândalo e demonstre por A mais B que o que vendemos em seu nome é pura fantasia.

Respondi-lhe:

- Tranqüiliza-te. Ela protesta pró- orma; no fundo diverte-se lendo que ela tem o dom de passar através dos muros e que possui uma serpente que, com aponta de sua cauda, escreve profecias nos ombros dela. Entrei em contato com ela; fui apresentado a ela; é uma boa mulher. é uma paladista farsante; ri-se a gargalhadas de tudo isso... Queres que te a apresente?

Como, pois?... Ah, era feliz de estabelecer contato com Sophia Walder!... Alguns dias depois enviei a meu amigo uma carta da GrãMestre paladista; consentia em sua apresentação. Combinamos o encontro em minha casa; dali deveríamos ir ao encontro de Sophia Sapho que nos convidava para jantar... Meu amigo chegou vestido com etiqueta, como se tivesse sido convidado ao Elyseo. Mostrei-lhe a mesa servida em minha casa e, dessa vez, contei tudo... ou, ao menos, quase tudo.

Sophia Walder, um mito!... O Paladismo, minha mais bela criação, só existia no papel e em alguns milhares de cérebros!... Não se convencia. Precisei dar-lhe provas... Quando se convenceu, concluiu que a mistificação era divertida e me ofereceu sua ajuda.

Entre as coisas que me esqueci de dizer há uma que vão conhecer por esta conferência: porque lhe dei o pseudônimo de Dr. Bataille.

Supostamente, era para melhor marcar o caráter de ataque, a guerra ao Paladismo. Mas a verdadeira razão para mim, a razão íntima do diletante histrião, era esta: um dos meus antigos amigos, hoje falecido, foi um histrião fora de série, o ilustre Sapeck, príncipe da fraude no bairro latino; eu o fazia reviver, em certo sentido, sem que dessem conta. Sapeck, com efeito, chamava-se realmente Bataille.

Mas meu amigo o doutor não era suficiente para a realização de meu plano. O Diabo no Século XIX, em meu projeto, devia preparar a entrada em cena de uma Grã-mestre Luciferiana que se convertia.

A obra que havia publicado apresentava Sophia Sapho, mas sob as cores mais negras. Eu me havia empenhado em fazê-la o mais simpática possível aos católicos: era o tipo perfeito da diaba encarnada, envolvida em sacrilégio, uma verdadeira satanizante, tal como se vê nas novelas de Huysmans.

Sophia Sapho, ou a Senhorita Walder, só estava aí para servir de contraste frente a outra Luciferiana, mas esta simpática, uma criatura angelical que vivia nesse inferno paladista por azar de nascimento e que eu reservava para a obra assinada por Bataille o cuidado de fazê-la conhecida do público católico.

Assim, pois, como esta Luciferiana excepcional devia converter-se em um dado momento, era preciso ter alguém de carne e osso, caso sua apresentação fosse indispensável.

Pouco tempo antes de encontrar meu camarada de infância, o doutor, as necessidades de minha profissão me haviam feito buscar uma datilógrafa, que era representante na Europa de uma das grandes fábricas de máquinas de escrever dos Estados Unidos. Tive que dar-lhe para passar à máquina bom número de manuscritos naquela época. Ui que era uma mulher inteligente, ativa, que às vezes viajava por causa de seus negócios; ademais, era de um caráter alegre e de uma elegante simplicidade, como é geral em nossas famílias protestantes. É conhecido que os luteranos e calvinistas, apesar de proscreverem o luxo em sua toalete, fazem, não obstante, algumas concessões na moda. Sua família é francesa, pai e mãe franceses, mas falecidos; a origem americana se remonta ao bisavô. Apesar da semelhança do nome, não tem nenhum laço de parentesco com Ernest Vaughan, o ex-administrador do Intransigente. Na França não há muitos Vaughan; sem dúvida, na Inglaterra e Estados Unidos os Vaughan são inúmeros. Devo dizer isto,

visto que hoje se poderia crer que o Senhor Ernest Vaughan tenha sido mais ou menos indiretamente cúmplice de minha mistificação. Importa, pois, impedir todo qüiproquó; a Senhorita Diana Vaughan não tem nenhum grau de parentesco com ele; a homonímia é pura casualidade.

Mas não podia acertar melhor. Nada, melhor que a Senhorita Vaughan, podia secundar-me. Toda a questão se resumia em se ela aceitaria ou não.

Não lhe fiz a proposta à queima-roupa. Primeiro estudei-a. Pouco a pouco a fui interessando na demonologia, com o que ela se divertia muito. Disse a mim mesmo, ela é mais livrepensadora que protestante; por seu turno, ela estava de certo modo admirada de constatar que, neste século de progresso houvesse, no entanto, pessoas que acreditavam seriamente em todos os contos da Idade Média.

Minha primeira avaliação da Senhorita Vaughan foi a propósito das cartas de Sophia Walder. Consentiu em fazê-las por meio de uma de suas amigas. Dessa forma tive aprova de que as mulheres são menos faladoras do que se diz e que se seu pequeno pecado é serem curiosas, em contrapartida pode-se contar com sua discrição. A amiga da Senhorita Vaughan jamais se vangloriou a ninguém de haver escrito ela as cartas de Sophia Walder. Ademais, essas cartas não foram numerosas.

Finalmente, decidi que a Senhorita Vaughan converter-se-ia em minha cúmplice para o êxito final de minha mistificação. Fiz com ela um trato: 150 francos por mês, por conta da cópia dos manuscritos, assim como pelas cartas em primeira mão. Escuso-me de dizer que em caso de viagem indispensável seria custeada em todos os seus gastos; mas não aceitou jamais soma alguma a título de presente. Na realidade, divertia-se muito com esta alegre falsificação, havendo tomado gosto por manter correspondência com bispos, cardeais, receber cartas do secretário particular do Soberano Pontífice, contar-lhes contos capazes de fazer dormir em pé, informar ao Vaticano sobre negros complôs luciferianos; tudo isso dava-lhe uma alegria inenarrável; agradecia-me por tê-la associado a esta mistificação colossal e, se ela tivesse essa grande fortuna que lhe atribuímos para aumentar seu prestígio, não somente não teria aceitado jamais o preço combinado por sua colaboração, mas, inclusive, teria pago de bom grado todos os gastos.

Ela que nos deu a conhecer, a fim de diminuir os gastos, a existência de agências privadas de correio. Tive a ocasião de recorrer a uma delas em

Londres e nos indicou. Também me informou do Alibi Officce de Nova Iorque.

O Diabo no Século XIXfoi escrito principalmente para dar credibilidade a Miss Vaughan, a quem estava destinado, desde então, um grande papel na mistificação. Se ela se chamasse Campbell ou 7hompson, teríamos dado a nossa simpática Luciferiana o nome de Miss Campbell ou 7hompson. Nós nos limitamos a jazê-la americana, apesar de seu acidental nascimento em Paris. Situamos sua família no Kentucky. Isto nos permitia fazer a nossa personagem o mais interessante possível ao multiplicar ao seu redor fenômenos extraordinários que ninguém podia controlar. Outro motivo era que tínhamos situado nos Estados Unidos, em Charleston, o centro do Paladismo, dando-lhe como fundador o defunto GeneralAlbert Pike, Grão-Mestre do rito escocês na Carolina do Sul. Este Maçom célebre, dotado de grande erudição, havia sido uma das altas luzes da Ordem; nós o convertemos no primeiro papa luciferiano, chefe supremo de todos os Franco-Maçons do globo, conferenciando regu larmente, toda sexta-feira, às três da tarde, com o Senhor Lúcifer em pessoa.

O mais curioso do assunto é que há franco-maçons que subiram espontaneamente em meu barco, sem o menor convite; e este barco do Paladismo se tornou um verdadeiro encouraçado, frente ao rebocador que utilizei para meus fins na caça dos tubarões da baía de Marselha.

Com o concurso do Doutor Bataille, o encouraçado se converteu em toda uma esquadra e, quando Miss Diana Vaughan passou a ser minha auxiliar, a esquadra se transformou em frota.

Sim, temos visto jornais maçônicos, como a Renaissance Symbolique, avalizar uma circular dogmática no sentido do ocultismo luciferiano, uma circular de 14 de julho de 1889, escrita por mim em Paris e revelada como trazida de Charleston para a Europa por Miss Diana Vaughan, da parte de Albert Pike, seu autor.

Quando eu nomeei Adriano Lemmi o segundo sucessor de Albert Pike ao soberano pontificado luciferiano - pois não foi no Palácio Borghese, mas em meu escritório, onde foi eleito papa dos francomaçons -, quando essa eleição imaginária foi conhecida, os maçons italianos, e entre eles um deputado do Parlamento, acreditaram que era verdade. Eles se sentiram menosprezados ao saber, pela imprensa profana, que Lemmi guardava segredo e que os tinha à margem desse famoso paladismo de que já se

falava no mundo inteiro. Reuniram-se em um Congresso em Palermo, constituíram na Sicília, Nápoles e Florença três Supremos Conselhos independentes e nomearam a Miss Uaughan membro de honra e protetora de sua federação.

Um auxiliar inesperado - mas de modo algum cúmplice, ainda que se diga o contrário - é o Senhor Margiotta, franco-maçom de Palmi, na Calábria. Envolveu-se como mistificado e foi mais que os outros; e o que resulta mais divertido é que nos contou que havia conhecido a Grã-Mestre paladista em uma de suas visitas à Itália. É verdade que o havia levado docemente a me fazer esta confidência. Eu lhe havia metido na cabeça que esta viagem teve lugar; havia criado ao redor dele uma atmosfera de Paladismo; eu o havia feito encontrar-se em Roma com um camareiro de Leão XIII, que havia feito jantar com Miss Vaughan tempos atrás. Depois sugeri-lhe que Miss Vaughan, durante sua pretensa viagem de 1889, quando trouxe para a Europa a mencionada circular dogmática deAlbertPike, havia recebido, durante duas tardes, no Hotel Vitória de Nápoles, a numerosos grupos de maçons. Sabia que o Senhor Margiotta, que é poeta, havia dedicado a Bovio um volume de versos e havia tido cuidado de dizer que os franco-maçons apresentados a Miss Vaughan em 1889 o haviam sido por Bovio e por Cosma Panunzi. Acrescentei que esses irmãos, a quem ela tinha oferecido chá, eram tão numerosos que não se lembrava mais nem de seus nomes, nem de suas fisionomias. O Senhor Margiotta arriscou, pois, primeiro timidamente, algumas alusões a propósito desse antigo reencontro; depois, vendo que o tema dava a impressão de seguir adiante ao constatar que Miss Diana não o desmentia, foi mais longe com maior liberdade. Inclusive foi longe demais. Mais tarde, quando julgava que era preciso impedir que a mistificação, adivinhada na Alemanha, naufragasse no silêncio de uma Comissão; quando pus-me de acordo com o doutor para fazer soar o grito de vitória da loucura dos cardeais mistificados, quando Bataille e eu, sempre de acordo, simulamos que brigávamos, o Senhor Margiotta, tendo aberto finalmente os olhos, temeu o ridículo e preferiu declarar-se cúmplice ao invés de alistado cega e voluntariamente em nossa frota.

Mas não convém que pareçamos mais numerosos do que éramos na realidade. Éramos três e já era o bastante. Mesmo os editores foram enganados nos diversos preços. Não têm, porém, de que se queixar; em primeiro lugar, nossas maravilhosas revelações lhes valeram as mais alentadoras felicitações episcopais, sem contar as de solenes teólogos

que não estranharam que nosso crocodilo tocasse piano, nem das viagens de Miss Vaughan a diversos planetas; além do mais, porque esta tríplice colaboração permitiu-lhes dar ao público duas obras que podem rivalizar-se com As Mil e Uma Noites, que foram devoradas com prazer e que serão lidas durante muito tempo, não por convicção, quiçá, mas por curiosidade.

Não é banal, com efeito, ter feito que, em nosso século XIX, fossem admitidas nossas maravilhosas histórias.

Não obstante, pergunto-me até que ponto os eminentes aprovadores do Paladismo revelado tenham o direito de irritar-se hoje. Quando se sabe que foram enganados, o melhor será rir com a galeria. Sim, SenhorAbade Garnier, porque irritando-os vós, no entanto, dareis mais risada.

Os mistificadores do Paladismo podem dividir-se em duas categorias: os que estiveram de boafé, totalmente de boa fé. Os queforam vítimas de sua ciência teológica e de seus estudos encarniçados contra tudo que se refere à Maçonaria. Necessitei mergulhar até o pescoço nessas duas ciências para imaginar tudo, completamente tudo, deforma que nem uns nem outros pudessem descobrir a fraude. Acaso, por exemplo, era fácil fazer crer no que não existe ao Senhor A. de la Rive, que é a pesquisa personificada, que investiga ao microscópio as mínimas coisas e que ganharia em pontos de nossos melhores juizes de instrução? Pode vangloriar-se de ter-me feito tanto mal!... Todo o meu Paladismo havia sido solidamente construído em relação à parte maçônica propriamente dita, posto que os Franco-Maçons - os "trinta e três", se os agrada mais! - não julgaram que o edifício era um milagre inexistente e pediram para entrar. A impossibilidade do Paladismo cega somente pelo sobrenatural de que o enchemos. Assim, pois, essas diabruras somente podiam pôr em guarda aos que não crêem nas ações do diabo contadas em outros livros; nos livros de devoção. Asmodeu transportando Miss Diana Vaughan ao paraíso terrestre é acaso mais extraordinário que o Senhor Satã transportando ao próprio Jesus Cristo a uma montanha de cujo cume lhe mostrou todo os reinos da terra?... Que é redonda! Ou se tem fé, ou não se tem.

Mas, à parte dessa primeira categoria de mistificadores, há uma segunda; entre esses não houve mistificação absoluta. Os bons abades e religiosos que viram em Miss Diana Vaughan uma Irmã Maçom Luciferiana convertida têm o direito de crer que existem essas Maçons. Jamais as viram; jamais as encontraram; mas podem dizer que não existem em

suas dioceses. Em Roma tampouco há; em Roma, todas as informações estão centralizadas; em Roma não podem ignorar que não há mais mulheres maçons além das esposas, filhas ou irmãos dos franco-maçons, admitidas nos banquetes, nas festas abertas, onde, inclusive, elas se reúnem separadamente, muito honestamente, em sociedades particulares unicamente compostas de elementos femininos, como ocorre nos Estados Unidos com as Irmãs da Estrela do Oriente ou as Damas da Revolução.

Com um pouco de reflexão, é fácil compreender que, se existissem Irmãs Maçons tal como os antimaçons as imaginam, teriam havido conversões e confissões há tempo. A rapidez com que se acolheu em Roma a pretensa conversão de Miss Vaughan é significativo. Pensai que Monsenhor Lazzareschi, delegado da Santa Sé ante o Comitê Central da União Antimaçônica, fez celebrar um Tríduo de Ação de Graças na igreja do Sagrado Coração de Roma!

O Hino à Joana DArc, composto supostamente por Miss Diana, letra e música, foi executado nas festas antimaçônicas do Comitê romano; esta música, quase convertida em música sacra, tem sido ouvida com grande solenidade nas basílicas de Cidade Santa. É a melodia da Seringa Filarmônica, paródia musical de um dos meus amigos, compositor e chefe da orquestra do Sultão Abd-ul-Aziz, composta para as diversões do serralho. Este entusiasmo romano deve fazer refletir. Recordarei dois fatos característicos. Sob a assinatura do "Doutor Bataille" contei e sob a assinatura de `Miss Vaughan" confirmei, que o templo maçônico de Charleston contém um labirinto em cujo centro está a capela de Lúcifer... (Interrupções).

Sou eu o que contou que, no templo maçônico de Charleston, uma das salas de forma triangular, chamada Sanctum Regnum, tem por adorno principal a monstruosa estátua de Baphomet, a quem os Altos Maçons prestam culto; que uma outra sala possui uma estátua de Eva, que se anima quando uma Mestra Templária é particularmente agradável ao mestre Satã e que essa estátua se converte, então, no demônio Astarté, vivo por um momento, para dar um beijo na Mestra Templária privilegiada. Publiquei a planta imaginária desse imóvel maçônico; planta essa desenhada por mim mesmo. Então Monsenhor Northrop, bispo católico de Charleston, fez uma viagem a Roma com o objetivo único de certificar ao Soberano Pontífice que esses relatos eram a mais pura fantasia. Essa viagem teria passado desapercebida se Monsenhor

Northrop não se deixasse entrevistar durante o caminho. Ali disse: "é falso, absolutamente falso, que os franco-maçons de Charleston sejam os chefes de um rito supremo luciferiano. Conheço muito particularmente aos principais deles: são protestantes imbuídos das melhores intenções; nem um só sonha entregar-se a práticas de ocultismo. Visitei seu templo; não se encontra nenhuma dessas salas indicadas pelo Doutor Bataille e Miss Vaughan. Essa planta é uma farsa." Monsenhor Northrop, ao regressar de Roma, já não protestou; daí em diante guardou silêncio. Miss Diana Vaughan, pelo contrário, replicou a entrevista de Monsenhor Northrop; ela disse que o bispo de Charleston era franco-maçom e ela havia recebido a benção do Papa.

Segundo fato. Sob as assinaturas de Bataille e Vaughan contei e confirmei que em Gibraltar, no subsolo da fortaleza inglesa, encontravam-se imensas oficinas secretas onde homens monstruosos fabricavam todos os instrumentos usados nas cerimônias do Paladismo; Miss Diana Vaughan, interrogada sobre isso por altos dignitários eclesiásticos de Roma, divertiu-se respondendo-lhes, com sua mais formosa erudição, que nada era mais certo e que as forjas dessas misteriosas oficinas de Gibraltar eram alimentadas pelo próprio fogo do inferno. Monsenhor Vigário Apostólico de Gibraltar escreveu, por outro lado, que ele confirmava, ele, que se vira na necessidade de declarar a diversas pessoas, o seguinte: que a história dessas oficinas secretas era uma audaz invenção, que não tinha fundamento e que estava indignado que ver acreditarem em tais lendas. O Vaticano não publicou a carta do Vigário Apostólico de Gibraltar e Miss Vaughan recebeu a benção do Papa.

"É preciso recordar algumas outras cartas de aprovação que Miss Vaughan recebeu!" (Interrupções)

"Como! Atreveis-vos a negá-lo! Pois bem, eis uma carta de aprovação e é de valor!... É do Cardeal Parocchi, Vigário de Sua Santidade; está datada de 16de dezembro de 1895:

Senhorita e querida Filha em N. S.: Com uma viva e mui doce emoção, recebi vossa querida carta de 29 de novembro, com o exemplar da Novena Eucarística... Sua Santidade encarregou-me de enviar-vos, de sua parte, uma benção muito especial...

Há tempos, minhas simpatias são para vós. Vossa conversão é um dos mais magníficos triunfos da graça que eu conheço... Neste momento

estou lendo vossas Memórias, que são de um interesse palpitante...

Entretanto, crede que não vos olvidarei em minhas orações e especialmente no Santo Sacrifício. De vosso lado, não cessai de agradecer a Nosso Senhor Jesus Cristo a grande misericórdia que Ele usou convosco; assim como do testemunho admirável de amor que vos deu. Agora, aceitai minha benção e crede-me

Todo vosso no Coração de Jesus

L. M. Cardeal Vigário."'

Eis outra carta, em papel oficial do Conselho Diretor Geral da União Antimaçônica, quer dizer, do mais alto comitê de ação contra a Franco-Maçonaria, comitê consultado pelo próprio Papa; comitê que tem em sua cabeça um representante oficial da Santa Sé, Monsenhor Lazzareschi. Escutai:

"Roma, 17 de março de 1896

Senhorita:

Monsenhor Vinzenzo Sardi, que é um dos secretários particulares do Santo Padre, encarregou-me de escrever-vos, por ordem expressa de Sua Santidade.

Devo dizer-vos também que Sua Santidade leu com grande prazer vossa Novena Eucarística.

O Senhor Comendador Alliata teve uma entrevista com o Cardeal Vigário sobre a veracidade de vossa conversão. Sua Eminência está convencido; mas manifestou a nosso Presidente que não o pode testemunharpublicamente. Não posso trair os segredos do Santo Oficio, É o que Sua Eminência respondeu ao Sr. Comendador Alliata.

Sou todo seu, mui afetuosíssimo em Nosso Senhor.

Rodolfo Verzichi

Secretário Geral."

O secretário particular de Leão XIX, o próprio Monsenhor Vincenzo Sardi, que acaba de ser mencionado, escreveu, por seu turno, entre outras coisas:

"Roma, 11 de julho de 1896

Senhorita:

Apresso-me a expressar-vos os agradecimentos que vos são devidos pelo envio de vosso último volume sobre Crispi...

Trata-se de um livro em que, sob o nome de Miss Diana Uaughan, conta que Crispi tinha um pacto com um diabo chamado Haborym; que Crispi havia assistido, em 1885, a uma sessão paládica na qual um diabo chamado Bitru, apresentado por Sophia Walder a um certo número de homens políticos italianos, havia-lhes anunciado que a citada Sophia daria ao mundo, em 19 de setembro de 1896, uma filha que seria a avó do Anticristo. Tinha enviado esse livro ao Vaticano. O secretário particular do Papa o agradecia e acrescentava:

Continuai, senhorita, continuai escrevendo e desmascarando a iníqua seita! A Providência permitiu, por isso mesmo, que tenhais pertencido a ela durante tanto tempo...

Recomendo-me de todo coração a vossas orações e com uma perfeita estima declaro-me mui afetuosíssimo

Monsenhor Vincenzo Sardi."

A Civilta Cattolica, a mais importante de todas as revistas católicas do mundo, o órgão oficial do Geral dos jesuítas, revista publicada em Roma, compilava estas linhas em seu número 1.110, de setembro de 1896.•

"Queremos ter, ao menos uma vez, o prazer de abençoar publicamente os nomes dos valorosos campeões que entraram primeiro no glorioso anfiteatro, entre os quais a nobre Miss Diana Vaughan.

Miss Diana Vaughan, chamada das profundezas das trevas para a luz de Deus, preparada pela Providência divina, armada com ciência e experiência pessoal, volta-se para a Igreja para servi-la e parece inesgotável em suas preciosas publicações, que não têm comparação pela exatidão e utilidade."

Não só se considerava a Miss Uaughan como uma heróica polemista entre os que rodeavam o Soberano Pontífice; punham-na na mesma altura dos santos. Quando começou a ser atacada, o secretário do Cardeal Parocchi escreveu-lhe de Roma, em 19 de outubro de 1896.•

"Continuai, senhorita, com vossa pena e vossa devoção, apesar dos es f orços do inf erno, f ornecendo as armas para esmagar o inimigo do gênero humano. Todos os santos viram suas obras combatidas; não é, pois, estranho que a vossa não seja perdoada...

Rogo-vos que aceiteis, senhorita, meus mais vivos sentimentos de admiração e respeito.

A. Villard

Prelado da Casa de Sua Santidade

Secretário de S. E. o Cardeal Parocchi."

Estas cartas, sabeis bem, senhores jornalistas católicos, que foram enviadas realmente à Senhorita Vaughan. É possível que sejam nocivos hoje; mas são documentos históricos; não foram fabricados; elas e seus eminentes autores não o renegarão.

E não somente eles patrocinavam esta mistificação, mas incitavam seu correspondente, acreditando que fosse um exaltado, a entrar no jogo para a preparação de seus milagres. Falta-me tempo hoje; não obstante, quero dar-vos a conhecer um fato nesta ordem de idéias. Todo mundo sabe que, segundo a lenda católica, quando Joana DArc foi queimada, o verdugo ficou estupefato ao constatar que somente o coração da heroína não havia sido consumido; em vão jogou, então, piche ardente e enxofre; o coração não pôde arder. Então, por ordem formal dos que ordenavam o suplício, o coração de Joana foi jogado no Sena. Agora, o clero francês pede a canonização de Joana DArc, mas é Roma a que canoniza e Roma está na Itália. O clero francês encontrou já uma relíquia da que foi executada: é uma costela carbonizada. Na Itália preparam-se para ter algo melhor. Uma desconhecida teve a idéia extraordinária de que ela encontrará o coração de Joana DArc; um anjo o trará, sem dúvida. Esta desconhecida ultramística escreveu para Miss Vaughan e é o mesmo secretário do Cardeal Vicário quem recomendou a Miss Vaughan que mantenha correspondência com essa piedosa pessoa; que intercambie com ela suas impressões sobe os feitos so brenaturais relativos a Joana DArc, é fácil compreender o que isto quer dizer. Estai certos: um dia, um anjo trará o coração, não à França, mas à Itália, da mesma forma que uns anjos levaram a Loreto a Casa de Nazaré. Joana DArc será canonizada e todos os peregrinos franceses que irão à Itália não deixarão de visitar o convento italiano, possuidor do coração milagrosamente encontrado; e estas visitas serão frutuosas, não é assim?

Miss Vaughan viu, pois, choverem os favores dos príncipes da Igreja. Os maçons da França, da Itália, da Inglaterra riam disfarçadamente e tinham razão. Pelo contrário, um maçom alemão, Findei, encolerizou-se e lançou um folheto muito bem feito. Grande emoção. Esse folheto foi como uma pedra em um charco de rãs.

Tratava-se de tomar uma resolução enérgica. Findei comprometia o êxito final de minha mistificação: seu grande erro foi crer que era um golpe

inventado pelos jesuítas. Pobres jesuítas! Havia-lhes enviado um fragmento da cauda de Moloch, como peça de confirmação do Paladismo!

Houve inquietação no Vaticano. Passou-se de um extremo a outro; enlouqueceram. Perguntaram-se se não estariam na presença de uma fraude que explodiria contra a Igreja, em lugar de servi-la. Nomeou-se uma Comissão de Inquérito, que funcionou em segredo, para saber a que ater-se.

A partir desse momento, o perigo tornava-se grande; minha obra estava em perigo e eu não queria encalhar no porto. O perigo estava no silêncio; seria o estrangulamento da mistificação nos calabouços da Comissão romana; seria a proibição aos jornais católicos de dizer uma só palavra.

Meu amigo, o doutor, foi à Alemanha; de lá fez-me conhecer a situação. E eu parti para o Congresso de Trento prevenido, bem prevenido. No meu regresso, a primeira pessoa que vi foi meu amigo. Eu o fiz partícipe de meus temores de um estrangulamento pelo silêncio.

Então combinamos tudo o que foi escrito efeito. Se os redatores do Universo duvidam, posso dizer-lhes quais são as passagens queforam suprimidas nas cartas do Doutor Bataille. Fui eu quem, desta forma, aticei o fogo, pois era preciso que a imprensa do mundo in teiro fosse posta a par desta grande e extravagante aventura. E era necessário um bom lapso de tempo para que o alvoroço dos católicos furiosos e a polêmica com os partidários de Miss Diana Vaughan pudesse atrair a atenção da grande imprensa, da imprensa que marcha com o progresso e que conta com milhões de leitores.

Antes de terminar, devo uma saudação a um palhaço desconhecido, a um perspicaz confrade americano. Entre palhaços, um se entende com o outro de um extremo a outro do mundo, sem ter necessidade de trocar cartas, sem recorrer, sequer, ao telefone. Saudações, pois, ao querido cidadão de Kentucky que teve a amável idéia de ajudar-nos sem nenhum acordo prévio, que confirmou ao Courrier Journal, de Louisville as revelações de Miss Diana Vaughan, que certificou, a quem quis ouví-lo, que ele havia conhecido à querida Miss intimamente durante sete ou oito anos e que a havia encontrado freqüentemente em diversas sociedades secretas da Europa e América... onde ela jamais pôs os pés.

Senhoras, senhores:

Eu lhes havia anunciado que o Paladismo seria afundado hoje. Melhor que isso; foi afogado; já não mais existe.

Em minha confissão geral ao padre jesuíta de Clamart, eu me havia acusado de um assassinato imaginário. Bem, ante vós, confessome de outro crime. Cometi um infanticídio. O Paladismo agora está mudo e bem morto. Seu pai acaba de assassiná-lo.

O tumulto que se seguiu à revelação de Taxil foi inenarrável. Risos, assobios, ameaças, gritos de raiva... Já no começo da conferência, houve muitos protestos e duas ou três pessoas foram embora, entre elas um jornalista da imprensa católica que declarou aos sacerdotes ali presentes que não deviam agüentar um minuto a mais. Mas foi precisamente o Abade Garnier - o que Taxil acusa diretamente várias vezes em sua conferência - quem gritou: "Tenhamos a coragem de permanecer!" E todos os sacerdotes presentes ficaram, protagonizando uma situação nada fácil nem agradável. O Abade Garnier interrompia constantemente para apostrofar Taxil de canalha, velhaco imundo, e pensar que nos recolheram as bengalas na entrada!... Efetivamente, por precaução, os guarda-chuvas e as bengalas haviam sido confiscados na entrada e estava previsto um serviço de segurança.

Ao final da conferência, o Abade Garnier, no alto de uma cadeira, quis arengar a assistência..., mas os amigos de Taxil gritaram mais que ele e não poucos assistentes entoaram a canção cômica de Meusy, "Oh, Sagrado Coração de Jesus!" Podia-se, no entanto, ouvir como o Abade Garnier tentava justificar-se: "Eu bem que podia acreditar nesta história extraordinária, posto que o Papa acreditava nela."

A polícia teve que proteger a saída de Leo Taxil. Desapareceu e não se voltou a falar dele. Sua morte, em Sceaux, em 31 de março de 1907, aos cinqüenta e três anos, passou praticamente desapercebida.

A ADMINISTRAÇÃO DA LOJA

CAPÍTULO 10

A administração da Loja é constituída de cargos, conforme relação a seguir, havendo poucas variações entre os diversos Ritos praticados hoje no Brasil, que são: Escocês, de York, Andonhiramita, Brasileiro, Moderno e Schroeder. Os Ritos de York e de Schroeder, por exemplo, não possuem Chanceler. Via de regra, são estes os principais cargos de uma Loja: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Orador, Secretário, Tesoureiro e Chanceler.

O Venerável, o Primeiro e o Segundo Vigilantes são as Luzes da Loja, não se esquecendo que as três Grandes Luzes da Loja são o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso. As Luzes, mais Orador e Secretário, formam as Dignidades da Loja. Os demais membros são os Oficiais, encarregados de um ofício ou função em Loja. Na maioria dos Ritos, as Dignidades, o Chanceler e o Tesoureiro possuem altares, triângulos ou mesas para o exercício de seus Cargos. Além dos Oficiais já citados, existem outros, cujo número, atribuições e designações encontram-se descritos nos Rituais de cada Rito, como veremos a seguir. Para coadjuvar e complementar o trabalho de administração de uma Loja, são constituídas Comissões, encarregadas de desenvolver ativdades específicas, conforme sua natureza.

RITO ESCOCÊS ANTIGO E ACEITO

O Rito Escocês Antigo e Aceito é o mais praticado no Brasil, utilizado por mais de 90% das Lojas. Apesar do nome, nada tem de Escocês, pois foi criado na França, onde se desenvolveu. Na Escócia é pouco praticado, pois lá predomina o Rito de York. O Rito Escocês, como praticado no Brasil, utiliza 22 membros na sua Administração, às vezes 23, contando-se o Bibliotecário. Alguns desses cargos possuem adjuntos e outros só são exigidos em sessões especiais, como as de iniciação, por exemplo. São os seguintes esses cargos: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Orador, Secretário, Tesoureiro, Chanceler, Mestre de Cerimônias, Hospitaleiro, Primeiro Diácono, Segundo Diácono, Porta-Bandeira, Porta-Estandarte, Porta-Espada (Flamejante), Primeiro Experto, Segundo Experto, Terceiro Experto, Cobridor Interno, Cobridor Externo, Mestre de Banquete, Mestre de Harmonia e Arquiteto.

RITO DE YORK

O Rito de York é o mais praticado no mundo, principalmente nos países de língua inglesa. Sua administração é realizada por 15 membros, embora alguns como o Capelão e o Diretor do Cerimonial só trabalhem em determinadas Sessões. São eles: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Tesoureiro, Secretário, Primeiro Diácono, Segundo Diácono, Cobridor, Guarda Interno, Hospitaleiro, Mestre de Cerimônias, Primeiro Experto, Segundo Experto, Orador e Mestre de Harmonia.

A beleza desse Rito é que seu ritual deve ser executado de cor, exigindo empenho dos oficiais para decorá-lo.

RITO ADONHIRAMITA

O Rito Adonhiramita tem esse nome porque a personagem principal de seu ritual básico é Hiram Abi (Hiram, meu pai), tratado como Adon-Hiram (senhor Hiram) ou Adonhiram, um dos ministros de Salomão. Fundado em meados der 1700, gozou de certa popularidade, mas hoje encontra-se quase extinto, principalmente pela espiritualidade e pelo misticismo de suas práticas. Sua administração é composta por 17 membros: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Orador, Secretário, Tesoureiro, Chanceler, Primeiro Experto, Segundo Experto, Mestre de Cerimônias, Hospitaleiro, Cobridor, Porta-Estandarte, Porta-Espada, Mestre

de Harmonia, Mestre de Banquetes e Arquiteto.

RITO BRASILEIRO

Possivelmente surgido em Pernambuco, em 1864, com o nome de Maçonaria Especial do Rito Brasileiro, foi regulamentado em 1914. Apesar disso, ainda é pouco difundido, apesar de ser um rito nacionalista. Utiliza 20 membros em sua Administração: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Orador, Secretário, Tesoureiro, Chanceler, Hospitaleiro, Primeiro Mestre de Cerimônias, Segundo Mestre de Cerimônias, Primeiro Diácono, Segundo Diácono, Primeiro Experto, Segundo Experto, Porta-Bandeira, Porta-Estandarte, Cobridor (Guarda do Templo), Cobridor Externo, Preparador, Mestre de Harmonia e Mestre de Banquetes.

RITO MODERNO OU FRANCÊS

O Rito Moderno ou Francês surgiu em Paris, em 1761 e, por ser considerado agnóstico, gerou polêmica, principalmente ao abolir o Livro da Lei do Altar dos juramentos e a expressão Grande Arqui teto do Universo do cabeçalho de sua correspondência. A administração da Loja no Rito Moderno é feita por 16 membros: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Orador, Secretário, Tesoureiro, Chanceler, Primeiro Experto, Segundo Experto, Mestre de Harmonia, Hospitaleiro, Mestre de Cerimônias, Porta-Estandarte, Mestre de Banquetes, Cobridor e Arquiteto.

RITO DE SCHROEDER

Este é um Rito pouco praticado no Brasil e tem uma administração composta por 11 membros: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Orador (opcional), Secretário, Tesoureiro, Mestre de Harmonia, Preparador, Bibliotecário, Primeiro Diácono e Segundo Diácono.

AS rATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

VENERÁVEL MESTRE

O Venerável Mestre de uma Loja é o principal sujeito administrativo e representante nato junto aos poderes maçônicos ou autoridades civis, em assuntos de natureza administrativa ou fiscal ou de caráter social e cívico, tendo por atribuições:

• presidir os trabalhos da Loja;

• regular os trabalhos dando triagem ao expediente, mantendo a ordem sem influir nas decisões ou discussões;

• nomear os membros da administração que por lei sejam de sua escolha, bem como as Comissões;

• preencher os lugares vagos nas sessões, por intermédio do Mestre de Cerimônias;

• velar pela guarda e fiel cumprimento da Constituição do Grande Oriente do Paraná, Regulamentos, Leis, Atos e Decretos vigentes;

• convocar extraordinariamente a Loja, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço dos membros do quadro, devendo para isso expedir a necessária correspondência;

• providenciar acerca dos assuntos cuja solução estejam sendo retardados nas Comissões, providenciando a substituição dos faltosos;

• fiscalizar a escrituração da Loja, podendo evocar a si os livros ou documentos, os quais, no entanto, deverão ser restituídos na sessão seguinte;

• avisar previamente o seu substituto legal nos seus impedimentos;

•iniciar e conferir os graus, com formalidades legais, depois da deliberação da Loja e de satisfeito o seu Tesoureiro;

• proclamar os resultados das deliberações e assinar o Balaústre dos Trabalhos e demais peças autenticadas com Selo e Timbre do Chanceler;

• proceder a apuração de qualquer eleição ou escrutínio conforme o Ritual:

• fazer a leitura das peças recolhidas pelo Saco de Propostas e Informações, anunciar diretamente à Loja o produto do Tronco de Solidariedade;

• adiar, quando julgar conveniente, por um mês no máximo, alguma correspondência depositada no saco de propostas e informações, dando conta então à Loja do conteúdo ou informando, se for o caso, que foi retirada por seu autor, salvo as Colunas gravadas originários da Alta Dignidade da Ordem ou dos Altos Corpos, de cujo teor dará imediato conhecimento da Oficina;

• conceder ou retirar diretamente a palavra;

•impedir diálogos, apartes repetidos, referências pessoais diretas ou indiretas, que possam ofender qualquer obreiro, presente ou não, usando de toda a prudência, moderação e urbanidade em todos os seus atos;

• proibir discussões sobre assuntos que possam irritar os ânimos reinar entre todos os Maçons;

• decidir as questões de ordem que forem suscitadas;

• suspender os trabalhos sem as formalidades do Ritual e mesmo levantar a sessão, quando não seja possível manter a ordem. Os trabalhos assim suspensos não poderão ser continuados na mesma sessão sob a presidência de qualquer outro maçom;

• submeter a votação depois das conclusões do Orador, o debate sobre qualquer matéria;

• distribuir secretamente as sindicâncias, evitando as relações existentes entre os sindicantes e os sindicatos;

• encerrar o livro de presenças dos irmãos da Loja e dos visitantes;

• autorizar por escrito, o Tesoureiro a efetuar as despesas ordinárias e extraordinárias resolvidas pela Loja, ou outras de natureza absolutamente urgente;

• apresentar, anualmente, durante a primeira quinzena de junho, o relatório geral de sua administração remetendo cópia autenticada ao Grão-Mestrado, acompanhando do Quadro Geral de Obreiros e do Balanço Geral, este depois de aprovado pela Loja;

• para discutir qualquer assunto, deverá o Venerável passar o comando a seu substituto legal, voltando à direção da Loja depois de encerrada a discussão. O Venerável não vota como regra, somente o fazendo por ocasião dos escrutínios secretos e, nas votações simbólicas, para o desempate, hipótese em que lhe é reservado o voto de qualidade.

PRIMEIRO VIGILANTE

Compete ao Primeiro Vigilante:

•substituir o Venerável em seus impedimentos ou faltas;

•anunciar as ordens do Venerável e comunicar-lhes o que foi anunciado pelo Segundo Vigilante e pelo Cobridor;

• conservar a ordem e o silêncio em sua Coluna;

• pedir, com uma pancada de malhete, a palavra para os membros de sua Coluna, reclamando por qualquer preterição;

• não consentir que os Obreiros passem de uma para outra Coluna sem permissão;

• lembrar atenciosamente ao Venerável qualquer omissão do Ritual;

• instruir os Obreiros de sua Coluna e propor o aumento de salário.

SEGUNDO VIGILANTE

Compete ao Segundo Vigilante:

• substituir o Venerável na falta ou impedimento deste e do Primeiro Vigilante;

• substituir o Primeiro Vigilante em seus impedimentos e faltas;

• anunciar em sua Coluna as ordens do Venerável, transmitidas pelo Primeiro Vigilante e as atribuídas pelo Ritual e bem assim que reina em sua Coluna silêncio sobre a matéria em discussão;

• conservar a ordem e o silêncio em sua Coluna;

• pedir, com uma pancada de malhete, a palavra para os membros de sua Coluna, reclamando por qualquer preterição;

• não consentir que os Obreiros passem de uma para outra Coluna sem permissão;

• instruir os Obreiros de sua Coluna e propor aumento dos salários de Aprendizes.

ORADOR

São deveres do Orador:

• observar e fazer observar o estrito cumprimento dos deveres a que se obrigam todos os membros da Loja, à qual comunicará qualquer infração, promovendo a acusação do infrator, quando for o caso;

• ler as Leis e também os Decretos do Grão-Mestre, estando todos de pé e à ordem;

• ler as correspondências que o Venerável designar;

• exercer a fiscalização dos Rituais, conferir a coleta do Tronco de Solidariedade e assinar, com o Venerável, os Vigilantes e o Secretário, os Balaústres;

• verificar a regularidade dos irmãos e visitantes, mediante o exame das respectivas identificações;

• verificar o ne varietur dos diplomas que lhe forem apresentados;

• propor verbalmente o adiantamento de qualquer matéria que entender não estar suficientemente esclarecida, ficando por esse motivo adiada para a sessão subseqüente;

• apresentar ao encerramento da discussão de qualquer matéria as suas conclusões, exclusivamente sob o ponto de vista legal;

• opor-se de ofício a toda deliberação contrária à Lei e, no caso de insistência, protestar, apresentando-o ao Venerável - em até 7 dias - após o que será remetido ao Grande Conselho;

• celebrar com discursos as festas da Ordem ou da Loja, pompas fúnebres, Colação de Graus e recepção de visitantes, bem como responder às Comissões de outras Lojas.

SECRETÁRIO

Tem o Secretário as seguintes atribuições:

• redigir os rascunhos dos trabalhos cuja ata será lida na sessão seguinte;

• assinar a ata dos trabalhos;

• receber toda a correspondência, comunicar ao interessado o que for resolvido pela Loja, em nome do Venerável, e ter em dia a escrituração a seu cargo;

•fazer e expedir o convite para sessões ordinárias e extraordinárias, quando isso lhe for determinado pelo Venerável;

• enviar quando esteja impedido, ao seu Adjunto ou ao seu Venerável, o Livro de Atas e todos os papéis que devam ser lidos e tratados em sessão;

• proceder a chamada dos Obreiros para as eleições e votações nominais e assistir a verificação das cédulas nas eleições se o ritual assim o determinar;

• passar os certificados e certidões de serviços e de ata na parte que se referir a Obreiros que os pediram, a bem do seu direito, depois da ordem do Venerável, tendo o cuidado de nada entregar, sujeito a pagamento, sem que o Tesoureiro esteja satisfeito;

• comunicar ao Tesoureiro as Elevações de Graus e requisitar dele, por

escrito, com visto do Venerável, tudo o que for necessário para o expediente da Secretaria, dando-lhe recibo para a sua descarga;

• inventariar tudo o que pertencer à Secretaria e que lhe tiver sido entregue, sendo responsável por qualquer extravio, não permitindo a saída de objeto algum do arquivo, senão mediante autorização assinada pelo Venerável;

• fazer comunicações sobre eleições gerais ou parciais para serem enviadas às Grandes Secretarias respectivas;

• lançar em livro de matrícula ou respectivo fichário, os nomes de todos os Obreiros, com declaração de naturalidade, data de nascimento, estado civil, profissão, época de iniciação, filiação ou regularização, serviços prestados, cargos exercidos ou que exercem, faltas ou delitos porventura cometidos etc.;

• organizar um protocolo onde conste os nomes e qualidades dos profanos propostos à iniciação na Loja e dos proponentes, bem como as alterações ocorridas;

• comunicar dentro do prazo de sete dias, contados da data em que for tomada a decisão, à Grande de Secretaria de Administração e Delegacia a que estiver subordinada, a rejeição de profanos ou regularizados;

•comunicar imediatamente à Grande Secretaria de Administração a expedição do Quite Placet para os devidos registros;

• comunicar ao Tesoureiro os nomes dos irmãos admitidos e excluídos do Quadro, assim com o aumento de salário concedido pela Loja;

• assinar os Diplomas de Mestre, Certificados de Graus, Quite Placet e Quite Placet ex-Ofício e enviá-los à Grande Secretaria da Administração para fins de registro;

• servir de Secretário do júri na Loja nas Sessões de julgamento;

• comunicar imediatamente aos Poderes competentes as propostas de iniciação, enviando os modelos inerentes;

• zelar, como bibliotecário, pela guarda e pela segurança da Biblioteca da Loja;

•dividirá parte de suas obrigações com um Secretário Adjunto e com um Adjunto de Bibliotecário;

• cuidar do arquivo das correspondências da Loja;

•manter relacionamento com os órgãos administrativos da sua potência

maçônica;

•manter os fichários e arquivos dos Obreiros, rigorosamente em dia, anotando todas as ocorrências que surgirem;

•manter em dia todos os registros que impliquem na perpetuação da memória da Loja;

• passar certidões, redigir e fixar certidões;

•comunicar ao seu suplente na eventualidade de não poder comparecer à Sessão.

TESOUREIRO

Possui as seguintes atribuições:

• arrecadar a receita da Loja;

•pagar a despesa legal da Loja, à vista de documentos visados pelo Venerável;

• recolher à Grande Secretaria de Finanças a anuidade da Loja, a captação anual dos obreiros e demais atribuições criadas pela lei orçamentária;

• ter a escrituração sempre em dia e em ordem;

• prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, conforme a subordinação, aos Delegados do Grão-Mestrado, ao Venerável, ao Secretário à Comissão de Finanças e à Grande Secretaria de Finanças;

• apresentar balancetes trimestrais na forma que determinar o Regimento Interno da Loja e, até maio de cada ano, ao Venerável, o Balanço Financeiro Anual (demonstração de Receita e Despesa), o Balanço Patrimonial Anual e a Previsão Orçamentária para o exercício seguinte, para juntada ao Relatório do Venerável e aprovação futura da Loja;

• ter sob sua guarda, em pasta própria, os documentos legais e econômico-financeiros da Loja;

• assinar e efetuar o recebimento de todos os documentos expedidos pela Loja, pelos quais seja devida ao Tesoureiro qualquer contribuição;

• propor à Loja medidas que julgar conveniente para facilitar a arrecadação e melhorar a fiscalização das rendas e sua distribuição;

• guardar os recursos da Hospitalaria, entregando-a somente ao

Hospitaleiro à vista de ordem escrita do Venerável e mediante recibo;

• movimentar com o Venerável as contas bancárias;

• recolher a um estabelecimento bancário os recursos da Loja e quando isto não for possível, por falta no Oriente de estabelecimentos bancários ou não ter a Loja ainda personalidade jurídica, deve assinar uma declaração responsabilizando-se por eles como fiel depositário;

• apresentar a relação em atraso com as obrigações pecuniárias nas sessões de eleição ou de finanças;

•arrecadar a contribuição mensal dos Obreiros conforme deliberação da Loja, para o que terá recibos adequados que levará consigo sempre em todas as sessões;

• receber dos Obreiros as quantias devidas à mútua maçônica ou as outras autarquias maçônicas, fazendo imediata remessa à parte interessada, sob controle burocrático;

• comunicar ao seu suplente na eventualidade de não poder comparecer à Sessão.

CHANCELER

O Chanceler é o depositário do Timbre e do Selo da Loja, tendo as seguintes atribuições:

• ter a seu cargo a escrituração do Registro de Peças Timbradas, oriundas do Secretário e Tesoureiro;

•ter a seu cargo a escrituração do livro dos candidatos à admissão rejeitados e do livro para os não aceitos por motivos sanáveis;

•zelar nas sessões pelo registro de presença dos irmãos do quadro e dos visitantes;

• manter em dia o registro de presença dos irmãos, com fundamento no qual deverá fornecer, obrigatoriamente, a relação dos irmãos aptos ao exercício do voto, nos casos previstos no Código Eleitoral;

•comunicar ao Venerável em Loja quais os membros da administração cujos cargos devam ser declarados vagos, em decorrência de ausência não justificada;

• preencher em cada Sessão os memorandos a serem expedidos pelo Secretário, relativos aos irmãos que tiverem faltado sem justificativa;

• expedir certificados de freqüência aos irmãos visitantes;

• verificar, mensalmente, a freqüência dos irmãos; preencher a lista dos faltosos, alertando-os de que falta de freqüência poderá conduzi-los à irregularidade;

• organizar os arquivos mortos e a documentação histórica da Loja, tanto quanto possível, por assuntos específicos e por períodos anuais;

• arrecadar material maçônico em poder de Maçons falecidos, na forma da legislação vigente;

• representar na Loja a Grande Secretaria de Registro e Arquivos Maçônicos;

• elaborar boletim informativo mensal e fazer a distribuição aos Irmãos do Quadro (com notícias da Loja, Associação Feminina, Ordem DeMolay e Assembléia Arco-íris);

• comunicar ao seu suplente na eventualidade de não poder comparecer à Sessão.

MESTRE DE CERIMÔNIAS

O Mestre de Cerimônias é o responsável pelo cerimonial da Loja em qualquer das sessões que esta realiza, tendo inteira liberdade de movimentos dentro do Templo e, salvo determinação ritualística, independe de permissão para movimentar-se. Possui as seguintes atribuições específicas:

• colher as assinaturas na ata, depois de aprovada, e a dos Obreiros retardatários no livro de presença;

• fazer circular o Saco de Propostas e Informações e organizar os escrutínios secretos;

• contar os Obreiros presentes, quando assim determinar o Venerável Mestre;

• compor e fazer parte de todas as Comissões de Recepção, cuja composição tenha sido determinada pelo Venerável;

• retransmitir ao Venerável, na Cadeia de União, a palavra;

• juntar sua bateria de agradecimento às baterias de outros Obreiros, segundo determina o Ritual;

• colaborar na feitura da programação das Sessões Magnas, organizar e dirigir os ensaios prévios de tais sessões, sempre que isso se torne necessário, ao seu inteiro critério;

• pedir a colaboração de qualquer Mestre Maçom, para auxiliá-lo em suas funções, por ocasião de quaisquer solenidades;

• esclarecer-se em matéria ritualística, com o Segundo Vigilante e, em matéria administrativa, com o Orador, quando for o caso;

• representar na Loja a Grande Secretaria de Coordenação e Planejamento;

• acompanhar os irmãos que circulam em Loja, exceto aqueles que o fazem por dever de ofício;

• comunicar ao seu suplente na eventualidade de não poder comparecer à sessão.

EXPERTOS

Têm as seguintes atribuições:

• substituir os Vigilantes, momentaneamente, em Sessões Econômicas;

• telhar os visitantes, levando os respectivos documentos ao Orador, para verificação da identidade e regularidade;

• recepcionar os visitantes, apresentando-lhes o Livro de Visitantes.

HOSPITALEIRO

O Hospitaleiro representa o espírito de fraternidade que deve reinar entre os homens, estando ao seu cargo todos os assuntos de relações sociais, filantropia e solidariedade humana, com as seguintes atribuições: • fazer a coleta do Tronco de Solidariedade, entregando o seu produto ao Tesoureiro;

• estar a par do saldo da conta Hospitalaria, cuidando para que ela seja exclusivamente destinada às várias modalidades de beneficência maçônica;

• visitar os obreiros enfermos, dando conhecimento à Loja de seus estados e circunstâncias e propor auxílios necessários, de acordo com a Comissão de Beneficência;

• fazer parte de todas as comissões enviadas pela Loja aos Membros do Quadro, quando doentes, ou das que tiverem de assistir a funerais;

• recorrer ao Grande Conselho quando a Loja der outra destinação ao produto arrecadado;

• informar a Loja sobre a condição dos Obreiros que recebem auxílio, para constar se as pensões devem ser mantidas, aumentadas, diminuídas ou suprimidas;

• comunicar à Loja qualquer ocorrência que tornem desnecessários os socorros e auxílios;

• ter um livro de Receitas e Despesas, cujo balancete apresentará no fim de cada semestre para ser examinado pela Comissão de Beneficência;

• passar a seu sucessor relação da assistência prestada pela conta Hospitalaria, acompanhada do Balancete que lhe for fornecido pela Tesouraria;

• representar, na Loja, a Grande Secretaria dos Serviços Sociais Maçônicos.

ARQUITETO

O Arquiteto é o responsável por tudo que se referir a decoração e ornatos do Templo. Suas atribuições são:

• conservar o Templo ornado e preparado, segundo as sessões que a Loja tiver de celebrar, podendo ser auxiliado por outro Obreiro ou empregado remunerado;

• relacionar o material necessário às sessões da Loja e ao expediente, a fim de que o Venerável possa dar autorização para a entrega dos recursos necessários ou possa comunicá-lo à Loja, para sua apreciação;

• ter a seu cargo o Livro Carga de Material, com o registro de todos os utensílios, alfaias e móveis da Loja, mantendo-os em ordem;

• fornecer ao Secretário material necessário ao expediente;

• apresentar propostas para reparação e reformas do Templo, angariando as tomadas de preços orçamentárias para a execução;

• apresentar, anualmente, as suas contas, documentos e o livro a seu cargo, anotando o estado em que se encontra o material, o que será examinado pela Comissão de Finanças;

• comunicar ao seu suplente na eventualidade de não poder comparecer à Sessão.

COBRIDORES

São os Cobridores responsáveis permanentes pela segurança dos trabalhos. Essa função é considerada de grande importância e há Lojas cujos Veneráveis só podem ser eleitos se já tiverem exercido a função de Cobridor.

COBRIDOR INTERNO

• guardar internamente o Templo;

• zelar assiduamente pela segurança dos trabalhos;

• verificar se os que desejam acesso ao Templo têm qualidades para tal, se estão convenientemente vestidos e encaminhá-los segundo o Ritual;

• verificar quanto à saída dos Obreiros do Templo, se para tal estão devidamente autorizados;

• manter em dia o registro dos trabalhos e festas da Loja, competindo-lhe informar os irmãos sobre o grau e trabalho em realização ou a realizar-se;

• receber e distribuir a correspondência, mediante livro protocolo;

• servir de intermediário entre o exterior e o interior através do Cobridor Externo, comunicando ao Primeiro Vigilante;

• manusear a porta do Templo, cuja incumbência é exclusivamente sua, pois essa atribuição é vedada a qualquer outro;

• comunicar ao seu suplente na eventualidade de não comparecer à Sessão.

COBRIDOR EXTERNO

• Recepcionar os visitantes que se apresentem depois de iniciados os trabalhos, bem como verificar se estão devidamente trajados e revestidos com as suas insígnias;

• preservar com todos os meios possíveis a segurança de todos os irmãos que se encontram no interior do Templo, sendo que para tal fim deve estar sempre atento;

• é o intermediário entre o que ocorre fora do Templo para o seu interior, via Cobridor Interno;

• comunicar ao seu suplente na eventualidade de não poder comparecer

à Sessão.

DIÁCONOS

Primeiro Diácono

• manter as comunicações entre o Venerável e o Primeiro Vigilante;

• comunicar ao seu suplente na eventualidade de não comparecer à Sessão.

Segundo Diácono

• fazer observar a mais perfeita ordem nas Colunas, podendo usar livremente da palavra, para pedir atenção dos Vigilantes, sobre a conduta do inconveniente de qualquer irmão;

• cumprir e transmitir as ordens do Primeiro Vigilante.

PORTA-BANDEIRA

Ao Porta-Bandeira compete o importante encargo de portar o Pavilhão Nacional, cumprindo com escrúpulo o estabelecido no Protocolo de Recepção.

PORTA-ESTANDARTE

Ao Porta-Estandarte compete o cargo de guardar o Estandarte da Loja e as condecorações que lhe forem atribuídas.

PORTA-ESPADA

É o encarregado de acompanhar o Venerável Mestre, transportando a Espada Flamejante, conforme previsto em Ritual.

MESTRE DE HARMONIA

Cabe ao Mestre de Harmonia:

• selecionar as músicas adequadas e propícias, de acordo com os trabalhos da Loja, ouvido o Venerável e os Vigilantes;

• manter em perfeito estado de funcionamento os aparelhos e

instrumentos musicais indispensáveis à produção de música sonoplastia, exigidos para execução dos Rituais;

• sintonizar-se com o irmão Arquiteto, para a aquisição e registro dos aparelhos e instrumentos pertencentes à Loja;

• sintonizar-se com o Mestre de Cerimônias no caso de ensaios para Sessões Magnas.

MESTRE DE BANQUETES

É o encarregado de:

• promover, sempre que for possível, a realização de almoços ou jantares fraternais;

• providenciar todo o necessário ao bom andamento dos banquetes ritualísticos ou não, de confraternização ou de comemorações, patrocinados pela Loja;

• solicitar a colaboração de outros Obreiros para auxiliá-lo em seus trabalhos, principalmente quando os banquetes tenham a presença de convidados.

BIBLIOTECÁRIO

É o responsável pela biblioteca da Loja e a ele compete:

• estimular os irmãos a fazerem doação de obras maçônicas à Loja;

• incentivar os irmãos a realizarem estudos e pesquisas nos livros da biblioteca;

• manter a biblioteca em ordem e segura, a fim de preservarem as suas obras;

• manter cadastro atualizado de todas as obras existentes, possibilitando aos irmãos fácil consulta e acesso a elas;

• acompanhar o desenvolvimento de uma Corrente do Livro.

COMISSÕES

Comissão Central

À Comissão Central de uma Loja compete, dentro do prazo que lhe for concedido:

• dar parecer sobre as propostas, indicações e mais matérias que a Loja lhe submeter;

• analisar os assuntos que não forem da competência privativa das outras comissões.

Comissão de Finanças

É da competência da Comissão de Finanças:

• examinar os balanços, livros, contas e mais papéis da Tesouraria, funcionando no caso como um Conselho Fiscal de sociedade civil comum;

•examinar se as rendas foram arrecadadas devidamente; propor medidas para reprimir falhas ou faltas que porventura sejam notadas e glosar as despesas não autorizadas;

• dar parecer sobre todas as propostas e assuntos que interessam à Loja, do ponto de vista financeiro;

• receber os metais, no caso de vaga do Tesoureiro ou do Hospitaleiro, entregando-os, logo que as contas tenham sido aprovadas, aos novos oficiais mediante recibo.

Comissão de Beneficência

Compete à Comissão de Beneficência, no momento oportuno ou no prazo que lhe for determinado:

• tomar conhecimento das condições dos Obreiros do Quadro e quando algum, por moléstia ou acidente, estiver necessitado, independentemente do seu pedido, reclamar da Loja o auxílio cabível;

• servir de intermediário entre a Loja e a Mútua Maçônica, auxiliando o Hospitaleiro a respeito;

• dar parecer sobre o Balanço do Hospitaleiro e sobre todos os assuntos que a ele, o Venerável ou a Loja endereçarem.

Comissão de Relações Públicas

Cabe à Comissão de Relações Públicas representar a Loja nas suas relações internas e externas, segundo instruções do Venerável Mestre.

Comissão de Segurança

À Comissão de Segurança cabe:

• zelar pela conservação, asseio e segurança do edifício, propondo os

reparos, consertos e obras que julgar convenientes, em ligação estreita com o Arquiteto;

• velar pela manutenção da ordem dentro do edifício e fora das sessões, fazendo guardar sossego e decência, e advertindo os Obreiros que infringem esta regra, de acordo com as instruções estabelecidas.

Comissão de Esporte

A ela compete:

• promover a prática de esportes;

• incentivar o intercâmbio esportivo com os irmãos de outras Lojas;

•representar a Loja junto a departamentos esportivos de qualquer natureza;

• manter em perfeita ordem os troféus e materiais esportivos da Loja.

Comissão de Lazer

Suas atribuições são:

• promover excursões com os irmãos do Quadro;

• promover eventos festivos.

Comissão de Família

Tem por finalidade promover a integração com as famílias dos irmãos, favorecendo o convívio saudável e cordial entre todos. Para isso, deve:

• realizar visitas periódicas entre os irmãos;

•colaborar com a Associação Feminina na promoção de eventos que favoreçam a reunião das famílias;

• aconselhar os irmãos entre os irmãos em caso de conflito.

Comissão de Grau e Ritualística

De grande importância da Loja, cabe a ela:

• preparar e ministrar instruções aos Aprendizes e Companheiros na hora antecedente às sessões;

•organizar e distribuir temas para Elevação e Exaltação;

• sabatinar Aprendizes e Companheiros;

•elaborar Trabalhos Ritualísticos, nos três Graus Simbólicos, expondo-os em Loja.

AS JÓIAS DOS CARGOS

CAPÍTULO 11

VENERÁVEL MESTRE: ESQUADRO

O Esquadro é o símbolo da retidão, uma vez que o Venerável Mestre deve ser o Maçom mais reto e justo da Loja. Simboliza a grandeza, a sabedoria de julgamentos e dos ensinamentos aos membros da Oficina.

PRIMEIRO VIGILANTE: NÍVEL

O Nível é o emblema de igualdade. Segundo Ragon, "o Nível simboliza a igualdade social, base do direito natural e a Perpendicular significa que o Maçom deve/precisa possuir, uma retidão de julgamento que nenhuma afeição - de interesse ou de família - deve impedir".

SEGUNDO VIGILANTE: PRUMO OU PERPENDICULAR

É símbolo da busca da verdade nas profundezas onde se oculta; assim como da elevação dos sentimentos maçônicos em direção às alturas. Na posse, o Venerável, ao entregar a jóia ao Segundo Vigilante, diz: "O Prumo vos recordará a retidão e a integridade que devem guiar, não só vossa conduta, como também a todos que trabalham na Arte Real."

ORADOR: LIVRO ABERTO

A jóia do Orador é um Livro Aberto, simbolizando que nada se esconde, nada pode haver de duvidoso. Esse Livro representa a consciência da Loja.

SECRETÁRIO: PENAS CRUZADAS

As duas Penas Cruzadas indicam que o secretário garante a história e a tradição da ordem na sua Loja, registrando os fatos importantes.

TESOUREIRO: CHAVES CRUZADAS

A Chave é considerada como símbolo do silêncio, da circunspecção, da inteligência, da prudência e da discrição, qualidades necessárias ao bom desempenho do cargo.

CHANCELER: TIMBRE OU CHANCELA

Simboliza o cargo do Chanceler, como Guarda do Selo e responsável pela documentação da Loja.

MESTRE DE CERIMÔNIAS: RÉGUA GRADUADA

A Régua Graduada representa o aperfeiçoamento moral e simboliza o infinito, uma vez que a linha reta não tem começo e nem fim.

HOSPITALEIRO: SACOLA

A Sacola simboliza o farnel do peregrino, do viajante, do pedinte.

DIÁCONOS: POMBA

A jóia dos Diáconos é uma pomba com um ramo ou uma sobrecarta no bico, sendo o emblema do mensageiro.

EXPERTOS: PUNHAL

O Punhal é o emblema do castigo reservado aos perjuros e o remorso que deve despedaçar-lhes o coração.

COBRIDOR EXTERNO: ALFANGE

O Alfange é o símbolo da Morte, castigo simbólico reservado àqueles que ousam tentar entrar sem permissão.

COBRIDOR INTERNO OU GUARDA DO TEMPLO: ESPADAS CRUZADAS

As Espadas Cruzadas representam simbolicamente os ferros cruzados, em guarda para o combate, recomendando a luta e a constante defesa dos bons princípios e dos segredos da Loja.

PORTA-BANDEIRA: PAVILHÃO NACIONAL

A jóia simboliza a Bandeira Nacional, sem outro simbolismo maçônico específico, a não ser o patriotismo que deve nortear as ações de todo maçom.

PORTA-ESTANDARTE: ESTANDARTE

A jóia representa o estandarte da oficina.

PORTA-ESPADA: ESPADA FLAMEJANTE

Segundo Ragon, "a Espada Flamejante é uma arma simbólica que significa que a insubordinação, o vício e o crime devem ser repelidos de nosso Templos".

MESTRE DE HARMONIA: LIRA

A Lira é tida como símbolo da Música Universal.

MESTRE DE BANQUETES: CORNUCÓPIA

A Cornucópia simboliza a fartura, a abundância.

BIBLIOTECÁRIO: O LIVRO E A PENA

O símbolo do Bibliotecário é um livro aberto, com uma pena cruzada sobre ele e a simbologia é bastante clara, numa alusão ao conteúdo e ao autor. A pena sobre o livro é o autor que emprega seu intelecto para elaborar o livro, produto final de seu engenho e arte.

DICIONÁRIO DE TERMOS MAÇÔNICOS

A

À Ordem: posição ritualística que o Maçom deve manter em Loja, conforme o grau em que ela estiver trabalhando.

Abóboda Celeste: forro da Loja, representando o céu.

Acácia: símbolo maçônico da imortalidade pela sua resistência, mantendo-se verde, mesmo nas areias do deserto.

Aclamação: sinais, palavras e/ou frases usados em Loja para aprovação.

Adormecido: Maçom que interrompe sua freqüência regular à Loja, sem perder seus direitos maçônicos ou Maçom que não está filiado a uma Loja.

Adornos: peças que constituem o traje maçônico, como o avental, o colar e as jóias.

Adornos da Loja: conjunto de peças que adornam a Loja: o Pavimento Mosaico, a Orla Dentada e a Estrela Flamígera.

Ágape: banquete informal, sem obedecer a um ritual.

Água: um dos quatro elementos purificadores usados na cerimônia de iniciação.

Alfaias: móveis, adornos, jóias e distintivos da Loja e de seus oficiais.

Altar: local onde ficam localizadas as grandes Luzes da Loja: o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso.

Altar dos juramentos: o mesmo que altar, onde são prestados os juramentos dos candidatos.

Anderson, Reverendo James: teólogo, ministro da Igreja Presbiteriana de Londres, nascido na Escócia em 1675. Foi o promotor da Reforma Maçônica

realizada na Inglaterra em 1717, compilando as leis, os usos, os costumes e Landmarks da Maçonaria Moderna, na obra denominada de "Livro das Constituições", o que deu origem à Grande Loja da Inglaterra, com vinte Lojas, em 1723.

Ano Mundi: ano da "Verdadeira Luz". É obtido acrescentando-se 3.760 anos ao calendário Gregoriano. O ano da "Verdadeira Luz" inicia-se em setembro de cada ano.

Aprendiz Maçom: Maçom do Grau 1 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Ar: um dos quatro elementos purificadores usados na cerimônia de iniciação.

Arte Real: o mesmo que Maçonaria.

Aumento de salário: indica a elevação do Maçom a um grau superior.

Avental: vestimenta obrigatória durante os trabalhos de uma Loja. Sua forma e decoração variam de acordo com o grau que representa. O do Aprendiz é branco, símbolo da inocência. É usado com a abeta levantada, simbolizando que, por não saber ainda trabalhar corretamente, o Aprendiz deve proteger-se ao desbastar a Pedra Bruta.

B

Balandrau: vestimenta semelhante a uma beca, usada para o Maçom participar dos trabalhos maçônicos. Substitui o traje a rigor usado nas cerimônias maçônicas. Seu comprimento deve ser até as canelas e deve ser usado fechado até o pescoço.

Balaústre: ata das seções maçônicas.

Bateria: aplauso que se faz em loja, batendo as mãos ou com o malhete.

Bola branca: símbolo de aprovação em um escrutínio.

Bola preta: símbolo de reprovação em um escrutínio.

Bolsa de Propostas e Informações: sacola onde são depositadas as comunicações que o Maçom faz à Loja. É também chamado de Saco de Propostas e Informações.

C

Cadeia de União: cerimônia realizada em Loja para transmissão da Palavra Semestral. Há lojas que também a utilizam com uma finalidade esotérica, para orar por um irmão adoecido, por exemplo.

Capitel: parte superior de uma Coluna.

Capítulo: Lojas de perfeição, especificamente as dos graus 10 ao 18, no Rito Escocês Antigo e Aceito.

Cinzel: instrumento de trabalho do Aprendiz.

Cobrir o Templo: retirar-se da Loja em plena Sessão, por motivo justificável.

Coluna: fileira de cadeiras onde sentam-se os Maçons durante as sessões. Ocupam as laterais da Loja, deixando o centro para livre movimentação dos oficiais.

Coluna do Norte: designação da chamada coluna "B", sob a responsabilidade do Primeiro Vigilante, onde ficam os Aprendizes.

Coluna do Sul: designação da chamada coluna "J", sob a responsabilidade do Segundo Vigilante, onde ficam os Companheiros.

Coluna Gravada: correspondência escrita.

Colunas: à entrada da Loja situam-se duas Colunas, chamadas de «B» e «J»

Companheiro Maçom: título dado ao Maçom do Grau 2 do Rito Escocês Antigo e Aceito, superior ao título de Aprendiz Maçom e intermediário entre este e o de Mestre Maçom.

Compasso: a terceira das três Grandes Luzes que iluminam a Loja.

Cunhada: tratamento que os Maçons dão às esposas de seus irmãos da Ordem.

D

Decoração: conjunto de adornos de uma Loja, conforme o grau em que está funcionando.

Delta Luminoso: local no fundo da Loja, acima do trono do Venerável Mestre, simbolizando o Poder Supremo, a Onisciência.

Desbastar a Pedra Bruta: trabalho do Aprendiz Maçom, feito com o Maço e o Cinzel, simbolicamente desbastando a pedra-bruta para livrar-se das asperezas do seu caráter.

Despojar-se dos metais: ato que simboliza o estado de desapego do candidato profano em relação aos bens materiais.

Deus: Ser Supremo, denominado pela Maçonaria como o Grande Arquiteto do Universo. Abreviadamente, escreve-se G.A.D.U.

Dignidades: são os cinco cargos mais importantes da Loja: o Venerável Mestre, o Primeiro Vigilante, o Segundo Vigilante, o Orador e o Secretário.

E

Entre colunas: local onde um Maçom fica, à frente da porta da Loja, para falar, ser sabatinado, apresentar um trabalho. Significa também que aquilo que se vai dizer ou que está sendo dito deve ser mantido no mais profundo segredo.

Escada de Jacó: refere-se à escada vista por Jacó (Gênesis), símbolo da constante busca e trabalho do homem pela sua evolução. É o trabalho diuturno de todo Maçom.

Escrutínio: o mesmo que votação.

Esferas: bolas brancas e pretas, usadas nos escrutínios secretos, exprimindo os votos. A branca aprova e a negra reprova.

Espada: acessório utilizado simbolicamente nas cerimônias maçônicas, indicando poder e autoridade.

Espada Flamejante ou Flamígera: espada de lâmina sinuosa, manuseada apenas pelo Venerável Mestre titular da Loja e usada nas iniciações.

F

Filiação: processo de adesão de um Maçom, iniciado em outra Loja, a uma Loja regular.

Fogo: um dos quatro elementos purificadores usados na cerimônia de iniciação.

Força: um dos três sustentáculos de uma Loja, representado pelas Colunas sob o comando do Primeiro Vigilante.

Franco-Maçom: Maçom.

Franco-Maçonaria: o mesmo que Maçonaria.

Fuste: parte da Coluna compreendida entre a base e o capitel.

G

Gêmeos: designa os irmãos iniciados numa mesma data e num mesmo Templo.

Goteira: termo maçônico que indica alguém que não pertence à Maçonaria.

Grande Arquiteto do Universo: Deus.

Grande Loja: potência Maçônica a que estão subordinadas as Lojas Simbólicas a ela afiliadas. Fundada com a reforma de 1717, em Londres.

Grão-Mestre: nome da autoridade máxima de uma Potência Maçônica.

Graus Simbólicos: são os três primeiros graus da Maçonaria, compreendendo os graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre Maçom.

Gravar: o mesmo que escrever.

Gravar uma coluna: escrever uma carta.

H

Homem livre: em Maçonaria, quem não é escravo nem servo nem vive à mercê de preconceitos.

Huzé: grito de aclamação do Maçom no Rito Escocês Antigo e Aceito, originado de uma antiga aclamação escocesa, que significava "Viva o Rei".

I

Idade maçônica: senha de reconhecimento do Maçom. Cada grau corresponde a um número simbólico.

Impuro: profano rejeitado pelas sindicâncias, quando proposto para ingressar na Maçonaria.

Iniciação: cerimônia ritual de admissão de profanos na Maçonaria.

Instalação: cerimônia ritual de regularização de uma Loja ou de posse do Venerável Mestre e Oficiais de uma Loja.

Instrução: nome dado às reuniões ou a um determinado período da Sessão Maçônica, com a finalidade de instruir os Obreiros na doutrina, simbolismo ou na liturgia maçônica.

IOD: letra cabalística que significa Deus ou Princípio.

Irmão da Ordem: um Maçom em relação a outro Maçom.

Irmão do Quadro: irmãos de uma mesma Loja.

Irmão em Trânsito: Maçom em visita a uma Loja de uma outra cidade.

Irmão Terrível: oficial designado na iniciação, responsável pela coordenação, preparação e condução dos iniciandos.

J

Jóias fixas: são a Prancha de Traçar, a Pedra Bruta e a Pedra Cúbica e são adornos permanentes de uma Loja.

Jóias móveis: são o Esquadro, o Nível e o Prumo, referindo-se aos cargos de Venerável Mestre, Primeiro Vigilante e Segundo Vigilante, respectivamente.

Justa, Perfeita e Regular: designa uma Loja legalmente constituída e instalada.

L

Landmark: regras que direcionam a Maçonaria. São imutáveis, consensuais e devem ser mantidas intactas, à mercê de compromissos solenes e invioláveis.

Levantar colunas: indica que uma Loja voltou a funcionar regularmente. Oposto de "abater colunas".

Limpo e puro: profano aprovado para admissão numa loja.

Livro da Lei: a Bíblia Sagrada ou Livro Sagrado dos membros de uma Loja.

Livro Negro: Livro onde são registrados os nomes e as sentenças dos irmãos expulsos da Ordem e dos profanos recusados à admissão da mesma.

Livro Vermelho: Livro que contém as acusações, faltas e penalidades contra os irmãos.

Loja: local onde os Maçons se reúnem. Sua entrada principal localizase no Ocidente e o trono do Venerável Mestre, no Oriente. Uma Loja regular deve contar com pelo menos sete mestres e a reunião deve ser feita em um local coberto e devidamente fechado.

Loja de São João: antiga denominação dada às Lojas Simbólicas, precedendo a sua denominação. Hoje é usada para denominar uma Loja Maçônica.

Loja Justa: Loja com cinco membros apenas, não podendo iniciar ou conceder aumento de salários.

Loja Justa e Perfeita: Loja constituída por pelo menos sete Mestres.

Loja Simbólica: Loja que funciona nos três graus iniciais.

Lojas Irmãs: Lojas de uma mesma obediência ou unidas por tratados de amizade.

Lowton: filho ou neto de Maçom, entre 7 e 12 anos, apresentado e adotado por uma Loja de acordo com um ritual próprio. O Lowton poderá, depois, ser iniciado aos 18 anos de idade, com prévio consentimento do pai ou responsável.

Luvas brancas: símbolo da pureza, recebidas no dia da iniciação, lembra o Maçom dos compromissos assumidos.

Luzes: são os cinco primeiros dignitários de uma Loja: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante, Orador e Secretário. As Três Grande Luzes da Loja são o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso, colocados sobre o altar.

Luzes litúrgicas: luzes que iluminam o Altar e os pedestais.

Luzes místicas: são as três Luzes Menores, posicionadas no Oriente, ao Sul e no Ocidente, representando o Pai, o Filho e o Espírito Santo da Divindade.

M

Malhete: pequeno malho, com duas cabeças, normalmente de madeira, utilizado em Loja pelo Venerável Mestre e pelos Vigilantes.

Marcha: passos utilizados pelo Maçom em Loja. Cada grau tem sua respectiva marcha.

Medalha cunhada: dinheiro entre os Maçons, o mesmo que metais.

Meia-noite: em Maçonaria, indica simbolicamente a hora em que os

Aprendizes, Companheiros e Mestres encerram seus trabalhos.

Meio-dia: indica, simbolicamente, a hora em que os Aprendizes, Companheiros e Mestres iniciam seus trabalhos.

Metais: dinheiro entre os Maçons ou sinais exteriores de riqueza e de paixões humanas.

Mútua: espécie de seguro de vida pago pelos Maçons juntamente com a mensalidade da Loja.

N

Ne varietur: assinatura para os Maçons.

Neófito: Maçom recém-iniciado.

o

Obediência: grupo de Lojas sob uma mesma autoridade.

Obreiro: Maçom atuante de uma loja.

Oficial: Mestre Maçom responsável por um cargo da Loja.

Olho que tudo vê: simboliza a onisciência do Grande Arquiteto do Universo.

Oriente: local da Loja onde está posicionado o altar do Venerável Mestre, oposto à entrada principal.

Oriente eterno: estado após a morte.

Orla dentada: ornamento da Loja, representado por uma borda marchetada de branco e preto, circundando o Pavimento Mosaico ou o piso.

P

Padrinho: designação do Maçom que apresenta um profano para ser iniciado.

Painel da Loja: quadro de pano, papel ou madeira, onde estão desenhadas as figuras utilizadas para instrução maçônica ou para representar o grau em que se está trabalhando. É exposto depois de aberto os trabalhos e fechado no encerramento das seções.

Palavra de passe: senha de reconhecimento entre os Maçons, conforme o grau.

Palavra em família: conversa informal, autorizada em Loja pelo Venerável Mestre.

Palavra sagrada: senha de reconhecimento usada em cada grau, exclusivamente nas cerimônias maçônicas.

Palavra semestral: senha de reconhecimento entre os Maçons, recebida da Potência a que a Loja pertence e repassada pelo Venerável Mestre aos Obreiros regulares de sua Loja a cada seis meses, para que estes sejam reconhecidos em outras Lojas da sua Potência. Essa transmissão é feita ritualisticamente, numa Cadeia de União.

Paramentos: indumentária necessária para o Maçom participar de uma Sessão. Compreendem o traje, o avental e a faixa de oficial ou do grau.

Passar o malhete: ato simbólico de transferência do comando de uma Loja de um Venerável Mestre para outro.

Past master: Ex-Venerável.

Pavimento mosaico: piso da Loja, circundado pela Orla Dentada.

Peça de arquitetura: trabalho de pesquisa maçônica.

Pedra bruta: pedra simbólica posicionada ao lado do Primeiro Vigilante, onde os Aprendizes aprendem a trabalhar, desbastando-a simbolicamente.

Pela ordem: prerrogativa que um Obreiro solicita para interferir em um assunto de sumo interesse, com uma observação pertinente.

Potência maçônica: órgão superior a que uma Loja está subordinada.

Prancha: correspondência endereçada à Loja ou expedida por ela.

Profano: pessoa não iniciada na Maçonaria.

Provas: viagens simbólicas efetuadas pelo neófito durante a Cerimônia de Iniciação.

Q

Quadro: relação dos membros de uma Oficina.

Quite Placet: autorização para o Maçom desligar-se definitivamente do Quadro de Obreiro de sua Loja.

R

Receber a luz: ser iniciado.

Recreio: suspensão temporária dos trabalhos, quando os irmãos podem se comunicar entre si, passar de uma Coluna para outra e mesmo sair por alguns momentos do Templo, sem ter que pedir autorização.

Régua de 24 Polegadas: instrumento de trabalho do Aprendiz Maçom.

Remido: livre do compromisso de presença em Loja.

Rito: Rito, com letra maiúscula, é o conjunto de graus maçônicos, formando um todo coerente, como o Rito Escocês Antigo e Aceito, o Rito Andorinamita, o Rito de York e outros. Com letra minúscula, é o conjunto de regras que fixam o desenvolvimento e a forma de trabalho em Loja com seus diversos cerimoniais.

Rito de York: é um dos mais antigos Ritos da Maçonaria, composto de 4 graus, e um dos mais praticados no mundo.

Rito Escocês Antigo e Aceito: criado a partir do Rito de Perfeição ou Rito de Heredon, composto de 25 graus. Em 1761, foi outorgado a Estevan Morin o título de Grande Inspetor do Rito de Perfeição. Morin ampliou os 25 graus para os 33 atuais e levou o Rito para os Estados Unidos. Em 31 de maio de

1801, foi criado em Charleston, na Carolina do Sul, Estados Unidos, o primeiro Grande Conselho.

Ritual: manual em que contém os procedimentos de cada grau maçônico.

Romã: fruta de origem oriental, cujas sementes são perfeitamente unidas entre si, simbolicamente representando a união entre os Maçons de todo o mundo.

s

Sabedoria: uma das três Colunas-mestras de uma Loja. As outras duas são denominadas de Força e Beleza. A Coluna da sabedoria é personificada pelo Venerável Mestre. A da Força e a da Beleza, pelos Primeiro e Segundo Vigilantes, respectivamente.

Sala dos passos perdidos: antesala geralmente localizada antes da entrada do Templo.

Saudação: reverência prestada pelo Maçom ao entrar na Loja ao Venerável Mestre, ao Primeiro Vigilante, ao Segundo Vigilante.

Sereníssimo: tratamento dispensado ao Grão-Mestre de uma potência maçônica.

Sessão: reunião maçônica, também denominadas de trabalhos. Pode ser ordinária ou econômica, extraordinária, administrativa, financeira, de iniciação, magnas, de instalação, de instrução, de famílias, fúnebres e brancas, em datas comemorativas.

Sessão branca: reunião maçônica onde são admitidos Não-maçons.

Sinal: senha de reconhecimento maçônica por gestos.

Sinal de ordem: sinal simbólico que corresponde ao grau em que se está trabalhando em uma Loja.

Sinal de reconhecimento: sinal que permite a um Maçom ser reconhecido por outro Maçom.

Sindicância: investigação realizada por um mestre Maçom para verificar a vida, a conduta moral e os costumes dos candidatos indicados para a Maçonaria.

Sobrinho(a): tratamento que os Maçons dispensam aos filhos dos demais irmãos da Ordem.

T

Telhar: instruir ou sabatinar um Maçom regular, quanto aos toques, palavras, sinais e o significado do seu grau. Telhar um visitante é questioná-lo para confirmar que se trata de um Maçom regular.

Templo: local onde os Maçons se reúnem. O mesmo que Loja.

Terra: um dos quatro elementos purificadores na cerimônia de iniciação.

Toque: senha de reconhecimento por contato físico entre os Maçons.

Traje maçônico: o traje normal do Maçom é a rigor, com roupas em cor escura, preferencialmente pretas, sapatos pretos e gravata branca ou preta, conforme a potência. Nas sessões normais, pode ser usado o balandrau em substituição ao terno escuro. O avental é indispensável para todos os graus.

Tripontuação: sistema de abreviação maçônica.

Trolha: instrumento de pedreiro de forma triangular, chamado também de colher de pedreiro, utilizado na Maçonaria de forma simbólica. É o emblema do amor fraternal que deve unir todos os Maçons.

Tronco: bolsa, saco ou sacola onde os Maçons depositam valores.

Trono do Rei Salomão: simbolicamente, é o local onde fica o Venerável Mestre em uma Loja maçônica.

v

Venerável: tratamento dado ao Presidente das Lojas Simbólicas.

Venerável Mestre: título do Presidente de uma Loja Simbólica.

Vestido: estar devidamente paramentado, usando o avental do grau.

Vestir-se: paramentar-se.

Viagem: cada uma das peregrinações simbólicas do candidato, ao redor do Templo, durante as provas de iniciação.